

**Novas formas de apropriação midiática na sociedade espetacular.
Os casos Next Five Minutes e o Mídia Tática Brasil.**

Karina Sena Gomes

Sumário:

Introdução	2
1. Acumulação flexível e a ascensão dos bens culturais de massa.....	10
1.1 Do industrialismo ao infomacionalismo.....	12
1.2 Indivíduo local X Elite global.....	16
1.3 A privatização do imaginário público.....	19
2. A Mídia Tática.....	26
2.1 Desobediência Civil Eletrônica.....	64
2.2 O Uso Tático de Mídia e a Ecologia das Mídias.....	74
2.3 Laboratórios Táticos de Mídia e o TML brasileiro.....	95
3. Mídia Tática Brasil.....	98
3.1 O local de resistência e a educação tática de mídia.....	101
3.2 O coletivo Metáfora uma forma organizacional midiativista brasileira.	111
3.3 O potlatch e a economia do dom hi-tech.....	116
3.4 A noção de comum associada ao uso e a “filosofia <i>open source</i> ”.....	126
3.5 O projeto AUTOLABs: comunidades em rede e inclusão digital.....	128
3.6 Os objetivos e dificuldades encarados pelos coletivos: Um balanço crítico.....	144
4. Considerações Finais.....	153
Anexos	157
Bibliografia	161

Introdução.

O objetivo principal deste trabalho é analisar os novos meios de apropriação midiática, informativa e cultural pelos coletivos midiativistas que compuseram o Mídia Tática Brasil (MTB a partir de agora) e o Next Five Minutes (N5M), ressaltando o conceito de mídia tática. Esses coletivos poderiam ser englobados dentro do que se denomina como “movimentos sociais anti-globalização”, grupos independentes que se organizam em torno de um objetivo comum e que constroem durante seu processo de organização um ambiente colaborativo de trocas de experiências e conhecimento. O “resultado” desse processo se materializa na forma de intervenções, protestos, redes de distribuição de informação, bens culturais (músicas, vídeos, documentários, etc.), conhecimento, encontros, laboratórios, etc.

O N5M é um encontro que reúne a(r)tivistas, midiativistas e teóricos de várias partes do mundo; teve início em 1993 em Amsterdã e já realizou quatro edições desse festival (1993, 1996, 1999, 2003). Tem como intuito principal produzir espaço para experimentação, troca de experiências e táticas de ação entre grupos e indivíduos de vários países distintos, procurando abordar temas relacionados à democratização da informação e dos bens culturais, mas prioritariamente objetivam promover a democratização dos meios de comunicação e de difusão cultural. Para tanto fazem críticas às mídias de massa e ao monopólio corporativo ou estatal, às formas de produção e difusão comunicativas, instigando a reflexão teórica e, particularmente, prática. Discutem como as relações de poder e as formas de relações culturais podem ser modificadas a partir do desenvolvimento e impacto das novas tecnologias de comunicação e informação.

A idéia de se observar os movimentos que utilizam o uso tático de mídia nos surgiu como tema de estudo a partir de leituras que realizávamos sobre a questão da validade, ou não, de se afirmar a Pós-Modernidade como uma periodização válida para nossa sociedade. No decorrer dessas leituras que foram iniciadas com Fredric Jameson e David Harvey, e posteriormente se estenderam a Perry Anderson, Anthony Guiddens, Zygmunt Baumann, dentre outros, percebemos que não havia uma unanimidade quanto a aceitação ou não desse termo, e muito menos uma mesma abordagem e perspectiva quanto ao assunto. Pode-se ter idéia das múltiplas abordagens só pela variedade de títulos que encontramos para determinar nosso período: Capitalismo Tardio, Condição

Pós-Moderna, Acumulação Flexível, Modernidade Líquida, Modernidade Reflexiva, Sociedade da Informação, Sociedade do conhecimento, entre outros.

Entretanto, o que mais nos chamou a atenção e despertou a curiosidade para o objeto de pesquisa que escolhemos foram algumas das características comuns atribuídas a nossa sociedade e que encontramos referências nos trabalhos de vários desses autores, a saber: a ênfase desse estágio do capitalismo nas formas culturais, comunicacionais e tecnológicas, paralelamente a uma crescente resistência as metanarrativas no cenário político contemporâneo após a queda da União Soviética e a proliferação de discursos finalistas como o fim da história, das ideologias, das utopias, do sujeito, etc.

Paralelamente a esse processo presenciamos uma proliferação de movimentos civis, Ongs e ativismo que começaram a despontar e que passaram a obter maior visibilidade social na década de 1990 com os acontecimentos de Seattle e Gênova, muitos deles enfocando como forma de protesto a utilização de meios comunicacionais como ferramenta de inserção e atuação social.

Estas duas características (a aparente vitória e hegemonia do modelo capitalista e a proliferação vertiginosa dos movimentos sociais contestatórios sem vínculo partidário) nos chamaram a atenção principalmente no que dizem respeito às características de atuação e organização desses movimentos contestatórios dentro desse dado contexto.

Utilizamos como fundamentação teórica uma perspectiva materialista crítica, que nos permitiu apreender as contradições de nosso sistema econômico, ao focar questões relacionadas às formas de produção materiais e ideológicas. Tal referencial nos permitiu, particularmente no primeiro capítulo, abordar aspectos particulares das transformações sociais a partir do pós-guerra, quando está em curso o desenvolvimento de novas tecnologias e de processos culturais que tem nessas tecnologias o substrato material. São, pois, esses novos aparatos eletrônicos que darão o suporte às ações dos grupos que aqui iremos analisar. Autores contemporâneos como Hakin Bey, Félix Guatarri, Jesus Martin Barbero e Michel de Certeau, comprometidos em suas análises com o impacto dessas novas tecnologias, foram também fundamentais para a construção de nosso texto, na medida em que apresentam um panorama que privilegia a visão desses coletivos, o que nos permitiu melhor compreensão sobre os mesmos. Nem sempre esses e outros autores aqui utilizados seguem orientações ou perspectivas de análise compatíveis com os autores marxistas enfocados no primeiro capítulo, não obstante, a leitura que tais autores fazem desses coletivos e do momento atual provocam importantes aspectos para reflexão.

A própria fundamentação teórica que os coletivos utilizam para justificar e apresentar suas perspectivas e argumentações é diversa e muitas vezes conflitante, adquirindo formatos muito diferenciados. Esses coletivos, como se poderá observar, não se colocam como revolucionários, mas como contestadores de uma situação que julgam desfavorável ao desenvolvimento cultural da população, sejam em comunidades de grande ou pequenas cidades, de países desenvolvidos, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Inspiram-se particularmente nos Situacionistas franceses, inspiração essa que se materializa em intervenções urbanas mais localizadas, e na urgência em se desenvolver as potencialidades de um movimento colaborativo maior que também possa atuar e atingir repercussão na “esfera pública global”. O leitor notará que o texto é atravessado por referências a diversos autores Situacionistas; em diferentes momentos do texto essa inspiração se apresenta nas formas de organização e de ação dos coletivos analisados. A tônica é sempre de crítica à cultura espetacular, de massa, bem como à apropriação mercadológica dos meios de comunicação. As virtudes e os limites dessa perspectiva mais culturalista, esperamos, o texto poderá apontar sem, evidentemente, resolvê-los ou esgotá-los.

Optamos, nesse trabalho, por uma exposição de fundamentação mais empírica do que propriamente teórica, considerando a imensa diversidade desses coletivos e, em particular, sua não restrição à esta ou aquela orientação teórico filosófica, ou de consciência política, até pela proposta dos grupos, que é exatamente a de promover e estimular ações e intervenções localizadas, pontuais, mas que logrem mudanças no comportamento dos indivíduos frente aos meios de comunicação massivos ou hegemônicos. A intervenção desses grupos visa, portanto, a transformação dos indivíduos sem, necessariamente, radicalizar essa ação para uma transformação estrutural do sistema.

O festival N5M, sempre patrocinado e apoiado pelo WAAG, Paradiso, V2_Organization e de Balie¹, teve seu início como um encontro mais localizado – não somente no que diz respeito ao espaço físico, mas também no que se refere à dimensão de temas de discussão - com algumas mostras de vídeo experimental, e alguns usos de mídia em geral. Predominantemente realizado por ativistas de países mais desenvolvidos economicamente, foi se ampliando gradualmente para realidades e contextos distintos de coletivos que estavam inseridos em países com realidades

¹ Todas instituições ou organizações culturais de Amsterdã e de Roterdã, na Holanda, e que procuram estimular eventos relacionados com os meios de comunicação e democratização cultural. Sites: www.paradiso.nl; www.debalie.nl; www.waag.org.

econômicas e políticas que não são tão favoráveis a uma inserção mais ativa na esfera comunicativa. Depois do primeiro encontro, a euforia de descobrir coletivos e pessoas em diversas partes do mundo que utilizavam vários meios e formas comunicacionais para realizar críticas ao sistema econômico e as práticas corporativas foi decrescendo e as diferenças ideológicas e de ação foram tomando seu espaço no debate. Essa ampliação e descoberta de outras realidades, de outras formas de ação e de outras culturas, foram necessárias para o enriquecimento das discussões, porém não se deu sem contradições e conflitos. Essa experiência diversificada, bem como a noção de mídia tática, foram analisadas no decorrer do segundo capítulo.

O Mídia Tática Brasil foi um laboratório tático de mídia que compôs o N5M, que em sua quarta edição realizou um encontro que procurasse abranger a diversidade dos usos táticos de mídia em seus diferentes contextos sociais, políticos, econômicos e culturais. O N5M4 propôs então que diversos laboratórios táticos de mídia fossem realizados em seus próprios países, atendendo suas demandas particulares e que posteriormente o material produzido dentro de cada laboratório pelos coletivos locais pudesse ser reunido no festival para que se propiciasse uma oportunidade mais concreta de troca de experiências e táticas entre os vários coletivos e laboratórios táticos de mídia.

Esses grupos realizam encontros que só são possíveis graças aos trabalhos constantes de diversos indivíduos que acreditam nessa tática de ação e apropriação cultural e que (re)agem constantemente, mesmo sem o suporte diário dos encontros. O MTB foi composto por uma série de coletivos que em seu conjunto compõe o quadro midiativista brasileiro, como o *Anomia*, por exemplo, que se baseia numa tática situacionista de intervenção do cotidiano através do teatro ou urbanismo; coletivos como o *Metáfora* que proporciona suporte e estrutura colaborativa para uma série de iniciativas independentes de desenvolvimentos de tecnologias comunicacionais e informacionais junto a comunidades locais, que dentre suas vários projetos tem como destaque o *Metareciclagem*, que trabalha com oficinas de sucata digital e produção de informações por um sistema operacional alternativo ao hegemônico, o LINUX. Existe ainda “a revolução não será televisionada”, coletivo que trabalha com vídeo-arte, cujo objetivo é criar uma conscientização com humor através de seus vídeos, além de outras infinidades de grupos dessa natureza. A importância de investigar de perto esses eventos está no fato deles proporcionarem momentos e espaços para divulgação e conhecimento de um uso diferenciado das potencialidades midiáticas e das formas de ação que são

possíveis em nosso tempo, graças aos grandes avanços tecnológicos e a maior dificuldade de controle do que é produzido.

A idéia de se focar o estudo especificamente nesses encontros e não num coletivo particular, que adote apenas uma forma de apropriação, produção e difusão cultural, vem do fato de se poder ter uma compreensão mais ampla do campo de ação, do movimento, do processo e do que significa o conceito que os suporta (mídia tática), conceito esse que engloba não só uma forma de apropriação cultural e produção da mesma, mas de múltiplas formas de se agir, de acordo com as possibilidades e dificuldades concretas de cada coletivo. Por ser um momento de reunião de diversos grupos com diferentes trabalhos, esses encontros proporcionam uma visão mais ampla da utilização do que se define como mídia tática, ou para que fique mais bem objetivado, dos vários usos táticos de mídias (englobando alta e baixa tecnologia).

Realizamos, assim, uma investigação a respeito da origem do conceito de mídia tática, tomando como estudo de caso o N5M (1993, 1996, 1999, 2003) e sua versão brasileira, o Mídia Tática Brasil (única edição em 2002). Buscamos analisar sua forma organizacional e de ação, objetivos, possíveis concepções políticas ou ideológicas e o desenvolvimento de projetos e manifestações no movimento social anti-globalização, tanto através de comunicação pelo ciberespaço quanto de suas ações e projetos fora desse universo, tendo como enfoque o uso ou a apropriação tática de mídia e produção cultural de intervenção no cotidiano. Tratamos, nesse terceiro capítulo, de experiências particularmente direcionadas a jovens de periferias no Brasil, mas não exclusivamente. O intuito desses coletivos nessa situação é mostrar que a discussão não gira apenas em torno da produção e do acesso às novas tecnologias, mas também da necessidade de se apropriar criticamente desses aparatos.

Vale ressaltar que este trabalho resulta de uma pesquisa mais ampla da Iniciação Científica iniciada em 2004 e que contou, durante os anos de 2005 e 2006, com o financiamento da FAPESP. Desse modo, algumas partes da pesquisa foram suprimidas, como, por exemplo, o caso McLibel da Inglaterra, o dos Zapatistas do México e os coletivos que trabalham nas zonas de processamento de exportação na Ásia, que apesar da contribuição e envolvimento com o movimento de uso tático de mídia, achamos por bem não incorporar ao presente trabalho monográfico. A quantidade e variedade desses tipos de ação que se norteiam por essa noção de uso tático de mídia na atualidade é muito ampla e mesmo dentro do “microcosmo” do festival N5M existe uma gama tão diversa de propostas e tipos de ação que vão da produção de impressos até ações que

envolvem alta tecnologia, e mesmo biotecnologia. Acolher e relatar todos os coletivos e iniciativas nesta monografia seria inviável; procuramos, na medida do possível, reunir apenas algumas das ações, sem prejuízo para a elaboração de uma base para definição de uso tático de mídia.

Foi, pois, necessário realizar um recorte desses encontros para que pudéssemos realizar uma análise das características que consideramos mais significativas e emblemáticas do uso tático de mídia, a saber: a reapropriação de bens e signos culturais cultuados pela mídia de massa, a utilização tanto de baixa, quanto da alta tecnologia, e uma tentativa de se romper com a passividade cotidiana internalizada pelos sujeitos.

Essas ações podem tanto ter como início uma demanda ou objetivo mais localizado, e se manter nesse espaço, quanto se aglutinar com demandas maiores e globais e realizar alianças temporárias em prol de um objetivo comum. As ações mais propriamente globais normalmente ocorrem quando um “inimigo comum” é identificado, como corporações multinacionais ou organizações econômicas mundiais, como é o caso mais freqüente de ações articuladas contra empresas como The Gap, Nike, McDonald’s, ou contra organizações econômicas mundiais como foram os encontros de Seattle e Gênova, ou mesmo ainda contra um Estado opressor como foi a causa Zapatista que mobilizou uma série de organizações, coletivos e teóricos do mundo inteiro.

Procuramos analisar como é o funcionamento e a organização desses encontros, de modo a verificar como ocorre a comunicação, como é realizada a plataforma central de debates, além de verificarmos a forma de organização e o formato proposto por esses encontros. Valemos-nos, para tanto, do material disponível em sites especializados, da “brochura virtual” e de outros sites que produzem e disponibilizam material escrito e visual do que foi produzido em cada encontro. Uma vez que esse trabalho visa descortinar e analisar novos meios de táticas críticas e informacionais, o ciberespaço se apresenta como um *lócus* privilegiado, mas não único.

Paralela à pesquisa empírica realizamos ainda um levantamento e estudo bibliográfico preliminar sobre a Teoria Situacionista, que inspira os métodos e táticas de intervenção cultural utilizados pelos grupos em questão. Michel De Certeau, Félix Guattari, Hakim Bey, são alguns pensadores que inspiram esses movimentos e foram, por isso, objeto de nossa investigação teórica, como já apontado no início do texto. Acreditamos que tal análise poderá também nos proporcionar uma visão parcial do debate teórico vivenciado pelos midiativistas. Dizemos visão parcial porque esses

mediativistas, reafirmamos, não têm, rigorosamente, uma preocupação teórica ou filosófica definida. Trata-se de aproveitar todas as formas para promover intervenções pontuais, causar algum impacto e desaparecer, para reaparecer em outra situação, com diferentes táticas.

Nesse sentido elaboramos um trabalho que também evidenciasse alguns conflitos ideológicos e metodológicos que envolvem diferentes grupos e suas distintas perspectivas sobre as ações táticas de mídia. Esses coletivos definem suas ações de resistência a partir de suas diferentes concepções sobre a localização do poder na atualidade e onde reside a fonte opressora de nosso sistema. Faz-se importante evidenciar essas distinções, visto que é essa visão – particular de cada coletivo - que acaba por definir quais tipos de ação eles priorizam. Procuramos analisar também algumas das dificuldades e limitações que esses distintos coletivos enfrentam para alcançar seus objetivos e a importância de se conjugar interesses, a primeira vista tão distintos, para opor resistência a uma gigantesca força econômica que se materializa em diferentes frentes.

Observamos algumas peculiaridades e particularidades locais onde são realizados os encontros, com o intuito de realizar uma análise dos meios (de alta ou baixa tecnologia) que são mais utilizados em cada local. Abordamos também a noção de coletividade, do local e do global para estes coletivos, paralelamente a questão da desvalorização dos espaços públicos e das representações tanto culturais quanto sociais de coletividade. Nosso interesse foi evidenciar o tipo de posicionamento que esses coletivos tentam tomar frente a todo esse processo de privatização e extrema individualização que está sendo levada a cabo em nossas sociedades.

No contexto brasileiro, privilegamos abordar as ações que valorizam a capacitação de indivíduos e comunidades para poderem interagir e atuar em sua realidade cotidiana, tanto no que se refere a uma visão mais crítica de como valores corporativos e dominantes vem sendo inseridos em suas vidas, quanto ao que se refere à tentativa de que esses mesmos indivíduos passem a encarar suas comunidades e seus espaços locais com responsabilidade e como algo que deve ser mantido e preservado através de uma mediação autônoma.

Para o auxílio da análise crítica nos valem ainda de alguns teóricos como, por exemplo, Manuel Castells, Naomi Klein, além de teóricos mais especializados sobre mídia tática, com Geert Lovink, David Garcia, Eric Kluitenberg, dentre outros que contribuem para a lista de discussão Nettime e que nos auxiliaram em nossa discussão.

Procuramos encaminhar nossa investigação de modo a produzirmos um texto reflexivo e informativo sobre os usos táticos de mídias como formas de resistência ao processo de aculturação e de massificação em nossa sociedade, o que nos capacitaria para organizar as críticas feitas a esses grupos e destacar possíveis limitações que os mesmos apresentem perante a realidade ao tentarem realizar e concretizar suas propostas.

A justificativa maior desta pesquisa está, pois, exatamente em tentar desvelar o alcance do desafio inovador lançado por esses grupos para realizar uma crítica da cultura na atualidade. Pretendeu-se, no decorrer da pesquisa, não apenas explorar e conhecer melhor as novas formas de mídia tática que esses grupos utilizam para uma produção cultural crítica, mas também verificar a forma como as novas e velhas tecnologias (*high and low tech*) são utilizadas para denunciar a passividade espetacular da hodierna cultura. Mais do que isso, a intenção foi verificar como esses encontros promovem a concretização do ideal da verdadeira interação cultural, isto é, uma democratização que possa tornar os mais fracos, a partir dos aparatos disponíveis, mais fortes.

Acreditamos que nessa era da informação, mas também da fragmentação do pensamento e da ciência em favor de uma tecnocracia burocratizada, é preciso mais do que nunca a apropriação destes meios de uma forma mais humanizada, para que uma verdadeira democratização da informação, e principalmente uma democratização na produção e na divulgação destes aconteça.

1. Acumulação flexível e a ascensão dos bens culturais.

Para que possamos desenvolver nossa análise dos estudos de caso propostos, faz-se necessário a realização de uma breve explicação das transformações dos modos de apropriação e gerenciamentos das forças produtivas pelas quais a nossa sociedade tem passado nas últimas décadas. Buscamos, assim, a especificidade do contexto histórico no qual o uso tático de mídia opera e qual tipo de desenvolvimento material e cultural esses coletivos procuram confrontar. Isto é, metodologicamente, assumimos a posição de que as transformações ocorridas no âmbito da cultura não são espontâneas, nem completamente autônomas; antes, dialeticamente, respondem às transformações ocorridas nos meios concretos de produção e de transmissão de mensagens e de bens culturais.

David Harvey, em seu livro *Condição Pós-Moderna* (2002) , faz uma análise sobre o processo pelo qual nossa sociedade passou, destacando o período desde 1914, primórdios do fordismo, até nossos dias. O autor demonstra em sua explanação como as transformações nas formas e modos de produção capitalista podem ter profundos impactos nas formas de relações sociais. Ele adota a perspectiva teórica de Lipietz, conhecida como a Escola da Regulamentação, que objetiva demonstrar como o sistema capitalista tem que ser regulamentado e controlado para funcionar e se manter como sistema vigente através do tempo. Para que o sistema capitalista se sustente, segundo essa corrente de pensamento, é necessário mais do que a “mão invisível” teorizada por Adam Smith. É preciso um forte mecanismo de regularização em todas as esferas sociais desse suposto “livre” mercado e da forma como a produção e reprodução desse sistema são internalizadas em cada indivíduo. Podemos perceber, sob esta perspectiva de análise, que para que o sistema capitalista perdure é necessária a constante mobilização de “artifícios” para a sua constante afirmação, e portanto manutenção, enquanto sistema fomentador da acumulação.

Segundo Harvey, o que distinguia o fordismo das formas de produção anteriores (e posteriores) não está fundado estritamente no desenvolvimento de um aparato tecnológico extremamente desenvolvido, ou propriamente numa arrancada técnico-científica, mas sim, mais especificamente, em uma nova apropriação destas, numa nova forma de organização desta produção. Isso também implicava a consciência de que não bastava produzir mercadorias em massa se não se criasse também um público consumidor ávido e “carente” dos produtos produzidos em massa.

Os novos métodos de trabalho ‘são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida’. Questões de sexualidade, de família, de formas de coerção moral, de consumismo e de ação do Estado estavam vinculadas, ao ver de Gramsci, ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador ‘adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo’. Contudo duas décadas depois dos movimentos iniciais de Ford, Gramsci julgava que ‘sua elaboração ainda está apenas em seu estágio inicial sendo, portanto, (aparentemente) idílica. (HARVEY, 2002, p.122)

Com a revolução tecnológica da segunda metade do século XX, a capacidade de se produzir/reproduzir símbolos aumenta significativamente. Com a expansão desses meios, a cultura passa a ocupar um lugar de maior representatividade em nossa sociedade. Segundo Harvey, a necessidade de se passar do capitalismo rígido (fordismo), que dependia de uma constância maior do mercado, para uma acumulação mais flexível, fez com que o mercado cultural entrasse em ascensão, dado suas características efêmeras e, portanto, de alta rotatividade. Assim, no bojo das transformações tecnológicas, em função da possibilidade de encurtamento do espaço-tempo de geração e consumo das mercadorias, o sistema fordista torna-se “desatualizado”, e a acumulação flexível começa a ascender como novo sistema político-social distinto, mais dinâmico e mais rentável. Nas palavras precisas de Harvey,

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamaria de compressão ‘espaço tempo’ no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transportes possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado. (HARVEY, 2002, p.140)

A acumulação flexível passa, assim, a se configurar como uma nova forma organizacional de um mesmo sistema, o capitalista. E não surgiu por acaso, ganhou forma e se consolidou em nosso tempo, pois já existiam fatores concretos - objetivos e subjetivos - para sua realização.

As condições concretas e históricas para a realização desta nova forma de acumulação podem ser resumidas a partir de um grande desenvolvimento tecnológico, informacional e comunicacional, fomentado já na anterior expansão do modo de produção fordista pelo mundo, proporcionando também a abertura de novos mercados globais, onde a força de trabalho é mais barata, já que os países industrialmente menos

desenvolvidos ou com menor tradição industrial têm um contingente enorme de mão de obra desempregada. Também não podemos esquecer que com as novas tecnologias, aliadas à abertura desses novos mercados globais, foi possibilitada a instalação de indústrias norte americanas ou européias em todos esses países, indústrias essas que podem ser gerenciadas de qualquer lugar do mundo, provocando o fenômeno chamado Mundialização do capital.

Assim, enquanto o modelo fordista contribui para a modernização e também para a “estética do modernismo”, o modelo flexível, em vigor em quase todo o mundo desde os anos setenta, vem sinalizando uma nova ofensiva do capital, que na atual fase expansionista se vale ainda mais da prática estética para ampliar o consumo, seja de bens corpóreos, seja de imagens e signos.

Todo esse processo tem intrínseca relação com o encurtamento espaço/tempo, fator de importância ímpar para esse novo regime de acumulação. Apesar de, no senso comum, termos a sensação de que o espaço e o tempo são formas naturais de nossa sociedade, se analisarmos mais profundamente perceberemos que estes são espaços construídos por formas de organização social. E a forma como estas são organizadas possuem um forte caráter ideológico.

Faz-se necessário, portanto, uma breve análise do desenvolvimento da base tecnológica e ideológica que tornou possível a implementação da acumulação flexível e que proporcionou tanto ao sistema capitalista quanto aos novos movimentos sociais ferramentas comunicacionais, informacionais, de produção e distribuição de símbolos sociais e culturais, conforme veremos a seguir.

1.1 – Do industrialismo ao infomacionalismo:

Manuel Castells, em seu livro *A Sociedade em Rede* (2003A), nos apresenta a idéia de que estamos inseridos em um determinado período em que o rápido avanço das novas tecnologias de informação passaram a contribuir para uma reestruturação do capital, na forma de base material da sociedade capitalista, a qual ele nomeia de sociedade informacional. O autor não pretende criar uma teoria de mera causalidade ou determinismo tecnológico sobre a sociedade ou o inverso, pois segundo ele “a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas.”(CASTELLS, 2003A, p.43)

Em seu artigo *Internet e Sociedade em rede* (2003B), Castells procura explicitar algumas características da forma organizacional, da arquitetura e das origens da internet. Segundo o autor, ao contrário do que muitos pensam, a internet não foi um fenômeno desenvolvido para aplicações unicamente militares e nem de desenvolvimento exclusivamente americano. Recebeu investimento financeiro inicialmente militar – entre as décadas de 1940 e 1960 o exército americano, temendo ataques a sua rede de comunicação pela União Soviética, investiu em estudos que pudessem produzir uma rede comunicacional descentralizada e indestrutível - com seu locus inicial de desenvolvimento nos EUA; todavia, no decorrer de seu desenvolvimento ocorreu uma espécie de processo “colaborativo” não intencional entre ciência, pesquisa universitária fundamental, programa de pesquisa militar nos EUA e a contra-cultura libertária da década de 60 do século XX. Castells afirma que essa tecnologia foi, portanto, sendo desenvolvida paralelamente em países como a França e Grã-Bretanha, e que grande parte de suas aplicações foi construída a partir de seus usuários, isso porque, segundo o autor, a internet proporciona, dadas suas características, um efeito de retroação em tempo real, que está na base do dinamismo e do desenvolvimento da rede. Esse dinamismo é devido a própria política aberta e de livre acesso aos protocolos centrais que se apresentam como princípio constitutivo da rede, a interação. Segundo Castells é justamente a esse princípio de livre interação da Internet que se deve o alto dinamismo de seu desenvolvimento.

Terceira lição: a Internet desenvolve-se a partir de uma arquitetura informática aberta e de livre acesso desde o início. Os protocolos centrais TCP/IP da Internet, criados em 1973–1978, distribuem-se gratuitamente e à sua fonte de código tem acesso qualquer pesquisador ou técnico. (CASTELLS, 2003B, p. 258)

Apesar da geografia da internet ainda estar se modificando e em expansão, esta conseguiu ao longo de sua recente história, nos últimos 40 anos de desenvolvimento, um locus privilegiado não só nos países mais industrialmente desenvolvidos, mas por todo o globo. Sua capacidade de comunicar, em tempo real, computadores sediados em locais dispersos no mundo proporcionou um meio de comunicação, de interação e de organização social distintos do modelo fordista. Basta considerarmos os grandes conglomerados econômicos que gerenciam seus negócios sediados em locais cada vez mais distantes dos países em desenvolvimento, mas que se apropriam cada vez mais de segmentos dessas economias mais dependentes. Dentro de uma forma de acumulação

flexível, onde a especulação financeira se afirmou como uma rentável e rápida forma de revalorização do capital, o valor das informações na hora e no lugar certo nunca foi tão alto. (CASTELLS, 2003A)

A agilidade com que as informações podem ser processadas e disseminadas na internet e sua estrutura organizacional fizeram desse espaço um elemento fundamental em um período quando o encurtamento espaço-tempo materializa-se como padrão referencial de competitividade na atualidade.

Como resultado desse curioso e descentralizado processo de construção de sua arquitetura, a internet cumpriu sua missão, resultando em uma rede comunicacional horizontal, não controlável a partir de um centro. Programada para enfrentar qualquer barreira como obstáculo a ser contornado e composta por milhares de pontos espalhados pelo mundo, essa rede em transformação contínua foi sendo apropriada de formas distintas e cumprindo funções distintas. Somente após 25 anos da criação do primeiro embrião da rede o mercado empresarial se apropriou desse veículo, o privatizou e o disseminou para a sociedade. A partir do alto desenvolvimento desse tipo de tecnologia informacional e de investimentos feitos nesse setor durante toda a década de 1980, a sociedade se preparava para entrar em uma nova fase da economia capitalista e de formas distintas de organização social; é quando a informação torna-se como um dos seus principais produtos.

Castells constata em seu trabalho que primeiro se observa um crescimento produtivo na área da informática e computacional por volta da década de 1990, e posteriormente há uma difusão desses aparatos pelas empresas.

Portanto, o crescimento extraordinário de produtividade na indústria dos computadores pode, e deve, ser interpretado como o formato do que está por vir, e não como um acidente anormal na paisagem plana da rotina econômica. Não há motivo por que esse potencial de produtividade, uma vez desencadeado por seus produtores, não se difunda na economia em geral, embora com cronologia e divulgação desiguais, contanto que naturalmente, haja mudança organizacional e institucional, e que a mão-de-obra se adapte aos novos processos de produção. (CASTELLS, 2003A,p.135-136)

Nessa nova ofensiva do capital, as tecnologias da informação proporcionaram uma maior flexibilidade de gerenciamento da produção, criando a base material para uma maior descentralização das empresas que agora se organizam interna e externamente com outras empresas em rede, aumentando assim sua agilidade e, conseqüentemente, acirrando a competitividade.

Outro aspecto importante que compõe essa nova economia é que o paradigma “mais produtividade mais lucratividade” não mais se impõe da mesma forma. Isso porque as empresas estarão motivadas não pela produtividade, e sim pela lucratividade e pelo aumento de valor de suas ações. A globalização das economias, os avanços nas tecnologias informacionais tornaram tal premissa realidade. A lucratividade e a competitividade são os verdadeiros determinantes da inovação tecnológica e o crescimento da produtividade. (CASTELLS, 2003A)

Com o acirramento da competição após a institucionalização de um mercado global, as metas de reduzir custos da produção (mão de obra), aumentar a produtividade, ampliar os mercados e acelerar o giro de capitais puderam ser aplicadas de modo mais eficiente.

Para abrir novos mercados, conectando valiosos segmentos de mercado de cada país a uma rede global, o capital necessitou de extrema mobilidade, e as empresas precisaram de uma capacidade de informação extremamente maior. A estreita interação entre a desregulamentação dos mercados e as novas tecnologias da informação proporcionaram essas condições. Os primeiros e mais diretos beneficiários dessa reestruturação foram os próprios atores da transformação econômica e tecnológica: empresas de alta tecnologia e empresas financeiras. Possibilitada pelas novas tecnologias da informação a integração global dos mercados financeiros desde 1980, teve um impacto tremendo na dissociação crescente entre o fluxo de capital e as economias nacionais. (CASTELLS, 2003A, p.138)

Na atual fase da economia, mais marcadamente informacional/global, o modo de inserção depende da capacidade diferenciada de países ou de alguns segmentos econômicos aderirem aos processos informacionais para competir no mercado global “em pé de igualdade”.

Assim, a mudança do industrialismo para o informacionalismo não é o equivalente histórico da transição das economias baseadas na agropecuária para as industriais e não podem ser equiparadas ao surgimento da economia de serviços. Há agropecuária informacional, indústria informacional e atividades de serviços informacionais que produzem e distribuem com base na informação e em conhecimentos incorporados no processo de trabalho pelo poder cada vez maior das tecnologias da informação. O que mudou não foi o tipo de atividade em que a humanidade está envolvida, mas sua capacidade tecnológica de utilizar, como força produtiva direta, aquilo que caracteriza nossa espécie como uma singularidade biológica: nossa capacidade superior de processar símbolos. (CASTELLS, 2003 A, p. 141-142)

Assim como a economia industrial não se instaurou apenas pela descoberta de novas fontes de energia e sim pela difusão de uma cultura industrial e uma divisão social do trabalho, a economia informacional não se instaura apenas pela descoberta de novas tecnologias, mas pela difusão de uma cultura tecnológica, e de uma nova forma de organização social e técnica do trabalho, forjando inclusive um novo padrão de trabalhador.

1.2 Indivíduo local X Elite global

Toda essa reestruturação, que proporcionou uma maior mobilidade e também um acirramento da competitividade entre as economias globais, contribuiu também para um aumento das desigualdades sociais, já que essa descentralidade, baseada nas novas tecnologias da informação, acompanhada de uma maior desregulamentação das economias nacionais, permitiu que determinados e distintos segmentos de cada economia nacional – dependendo de sua maior ou menor habilidade para lidar com as novas tecnologias e se inserir no mercado - fossem isoladamente incorporados nessa economia global, ou totalmente abandonados. Isso inclui toda a massa de trabalhadores ou cidadãos pelo mundo, que têm de se adaptar às novas exigências e imposições globais dentro de seus espaços e condições locais.

Dentro da lógica desse “novo” modelo organizacional do capitalismo, é perfeitamente “justificável” e “natural” que determinado segmento da economia de um país se desenvolva amplamente e que outros segmentos econômicos dessa mesma nação sejam progressivamente eliminados, ou seja, os que não conseguirem adaptar suas situações locais às exigências globais dificilmente conseguirão resistir.

Somos indivíduos baseados ou fixados fisicamente em espaços e locais limitados onde nossa esfera de ação conhece e alcança, mas recebemos influências e determinações de uma elite econômica cada vez mais desterritorializada em escala global e, conseqüentemente, cada vez mais distante de cada um de nós. Com o Estado destituído de seu suposto papel “protetor” (ou clientelista como afirmaria Habermas, 1987), parece se apresentar cada vez mais limitado e restrito localmente, frente a maior mobilidade e globalidade do poder corporativo. Tal impossibilidade de exercer uma maior autonomia na tomada de decisões é decorrente também da própria ordem econômica, já que as influências do poder corporativo e a tomada de decisões políticas

se apresentam cada vez mais “fora do alcance” dos olhares públicos. Nesse sentido a diferenciação que Brandão, em sua obra *Miséria da Periferia: desigualdades raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro* (2004), faz do que significa flexibilização para o capital e o que significa flexibilização para o trabalhador dentro desse modelo econômico contemporâneo informacional faz-se de grande importância para a mais concreta explicitação da situação de segregação local a que cidadãos do mundo inteiro se encontram submetidos:

Se para o capital a flexibilidade significa a possibilidade de se libertar de todas as variáveis que não contribuem ou que atrapalham o processo de acumulação, do lado da força de trabalho a flexibilidade corresponde a uma situação de total instabilidade, na tangência de empregos que podem ser eliminados sazonalmente, diante das regras de contratação e dispensa de mão-de-obra, sobre os quais os trabalhadores não podem ter controle [...]. (BRANDÃO, 2004, p.42)

O autor identifica em seu trabalho uma maior fragilidade da situação dos trabalhadores nessa sociedade informacional (tanto no mundo “desenvolvido” quanto no mundo “subdesenvolvido”) apresentando uma forma de valorização do capital que, segundo o autor, se estrutura sobre o tripé: novas tecnologias, desregulamentação do comércio internacional e desregulamentação financeira internacional.

Para demonstrar essa maior fragilidade e segregação às quais populações do mundo inteiro estão submetidas Brandão utiliza uma análise de Sennet sobre dois modelos de relação entre o Estado e a economia global. Um modelo Sennet nomeia de “Reno”, que seria característico de nações que possuem sindicatos com maior poder de mobilização e onde o Estado ainda possui relativo poder de garantias sociais, e o segundo modelo seria o anglo-americano, quando o Estado se encontra mais subordinado à ordem econômica, tendo assim menos poder de garantir direitos sociais. O autor constata que nos anos 1990 o primeiro modelo, mesmo garantindo uma maior estabilidade, não conseguiu conter a diminuição da criação de postos de trabalho e no mesmo período o segundo modelo, mesmo estabelecendo menos garantias aos cidadãos, se deparou com aumento das disparidades de distribuição de renda, quando os trabalhadores que se inseriram dentro do mercado informacional conseguiram significativos aumentos salariais, mas ao mesmo tempo a massa da população que não conseguiu essa inserção é submetida cada vez mais às condições mais degradadas de sobrevivência.

É exatamente dentro desse quadro de uma sociedade onde a economia se torna cada vez mais informacional e global, que é forjada uma elite global (que poderia ser traduzida por poder corporativo, já que essa Elite não poderia ser identificada em uma pessoa ou em um grupo de pessoas) dotada de uma intensa mobilidade, que poderíamos denominar aqui –utilizando um termo do coletivo Critical Art Ensemble – como *Nômade*, contraposta a uma população segregada e cada vez mais enraizada, localizada e não dotada do mesmo leque de possibilidades.

Na maioria dos casos, populações sedentárias se submetem à obscenidade do espetáculo, e alegremente pagam o tributo que lhes é exigido sob forma de trabalho, bens materiais e lucro. Primeiro Mundo, Terceiro Mundo, nação ou tribo, todos devem pagar tributo. As nações, classes, raças, gêneros diferenciados e hierárquico da sociedade sedentária moderna, todos se fundem sob o domínio nômade e passam a ter o papel de prestadores de serviço – zeladores da cibereélite. (CAE, 2001, p.25)

Dentro desse quadro o coletivo apresenta o ciberespaço como espaço que deve passar a ser também disputado e ocupado pelos cidadãos locais. O espaço virtual, segundo a perspectiva desse coletivo, surge como único meio para que esses cidadãos possam também se interconectar com outras comunidades, se articular, cooperar e, ao mesmo tempo, podem também adquirir certa mobilidade, pelo menos no que se refere a fluxos de informação.

Se o poder cínico se retirou do espetáculo e foi para a rede eletrônica, então é lá também que os bolsões de resistência devem emergir. Embora a classe tecnocrática que resiste possa proporcionar a imaginação para o hardware e a programação, os trabalhadores culturais de resistência são responsáveis por disponibilizar a visão necessária para o apoio popular. Essa classe deve usar a imaginação para intercruzar zonas de tempo, e fazê-lo usando todas as vias e mídias disponíveis. (CAE, 2001, p. 121-122)

A elite *Nômade*, portadora do poder econômico (poder corporativo) ou poder da sociedade informacional em rede é global, dotada de uma mobilidade que alcança todos os lugares do mundo, graças às bases materiais proporcionadas pela tecnologia da informação e também de locomoção. Essa nova configuração do poder pode agora transitar livremente, estar e controlar todos os locais ao mesmo tempo, sem precisar estar fisicamente neles. Percorre diversas cidades sem pertencer ou se reter em nenhuma delas, já que possui poder econômico e tecnológico para se impor a elas e se encontra em um determinado período de maior desregulamentação comercial e institucional. É um poder móvel, nômade. Inversamente, porém, a massa da população pobre ou

assalariada (em franca expansão quantitativa e decadência qualitativa de vida), encontra-se cada vez mais enraizada e segregada localmente. É também uma época em que o Estado do bem estar social, que era visto como a última instituição capaz de garantir alguns “direitos” básicos à sobrevivência coletiva, é substituído por uma responsabilização do indivíduo isolado na busca por esses direitos.

Assim, flexibilização do trabalho parece soar como uma resposta muito conveniente a interesses econômicos que, como resposta à crise crescente de desemprego e precarização do trabalho, apresenta uma meta do pleno emprego um tanto quanto obscura. Nesse cenário cada indivíduo, limitado localmente e economicamente desprivilegiado, tem de enfrentar agora a elite nômade global isolada e individualmente; não luta mais por conquistas coletivas, mas pela possibilidade de consumo para a obtenção de uma sobrevivência individualizada.

Na medida em que a elite contemporânea se desloca das áreas urbanas centralizadas para o ciberespaço descentralizado e desterritorializado, o dilema de Mills se agrava cada vez mais. Como se pode avaliar criticamente um objeto que não pode ser localizado, examinado ou sequer visto. (CAE, 2001, p.27)

A economia global permite maior flexibilidade de gerenciamento e de livre acesso a alguns grupos sobre segmentos econômicos do mundo inteiro que podem ser terceirizados como mão de obra e matérias primas, além de potencial mercado consumidor. O mundo agora pode se apresentar ao poder corporativo como um grande shopping center, livre de maiores responsabilidades, onde se pode transitar livremente comparando os preços e vantagens promocionais e se apropriando das que mais lhe convém.

A transferência das fábricas Dupont e da General Motors para o México, por exemplo, demonstra esta habilidade nômade. Como colônia fonte de mão-de-obra, o México também permite a redução dos custos unitários, eliminando os padrões salariais de Primeiro Mundo e os direitos trabalhistas. A sustentada fragmentação do tempo e do espaço faz com que isso seja possível. O tamanho e o desespero da mão-de-obra do Terceiro Mundo, em conjunto com sistemas políticos cúmplices, deixam as classes trabalhadoras organizadas sem uma base a partir qual possam barganhar. (CAE, 2001, p. 30)

A fartura de mão de obra barata já se apresenta naturalizada como lugar comum, e é dessa fartura associada a uma necessidade latente pela manutenção da sobrevivência, não mais garantida por nenhuma instituição, que a noção de flexibilização se apresenta

convenientemente ao poder corporativo. Ao indivíduo localmente limitado resta a submissão à falta de opções impostas por uma economia global, e a aceitação da única opção que se apresenta a ele.

1.3 A privatização do imaginário público:

A amplitude da dominação e imposição desse poder corporativo, ou elite global, é manifestada também como privatização do espaço público, mas não se dá apenas na esfera material de existência, e sim também como uma colonização do imaginário público e de sua cultura, através de uma enxurrada de imagens, signos, estilos e informações unilateralmente produzidas e disseminadas de maneira descentralizada, contaminando a esfera da comunicação.

A busca de novos espaços para expressar o significado da marca coincidiu exatamente com o abandono da esfera pública por nossos governos sob seu Mac-modelo de governo tamanho único, que tem combatido, desacreditado e ridicularizado constantemente a esfera pública como ineficiente, como algo inferior à moderna esfera privada. (KLEIN, 2003, p.177)

Naomi Klein em seu artigo – *Marcas Globais e Poder Corporativo (2003)* – aponta como todo esse imbricado processo descentralizador e ao mesmo tempo fragmentador da economia global tem intrínseca relação com o estabelecimento de um importante mediador entre os indivíduos locais e as marcas globais, núcleo principal no processo de auto-valorização do capital e conseqüentemente de manutenção do mesmo enquanto sistema dominante. Klein usa um termo interessante para denominar esse mecanismo de manutenção e de produção da marca: casulo de marca.

A Virgin é mestre na construção do casulo de marca. Richard Branson, presidente da empresa, orgulha-se de não estar vendendo um real produto, mas sim o tipo de pessoa que quer consumir os produtos. Ele vende a pessoa Virgin, a identidade Virgin, o tipo de pessoa que tem uma certa atitude em face a vida, que gostaria de viajar num avião Virgin e, enquanto bebe um refrigerante Virgin, aplicar num banco Virgin e ter um celular Virgin. E aqui estamos falando do mundo da Barbie para adultos. (KLEIN, 2003, p.178-179)

Esse fenômeno que Klein descreve pode ser identificado nas grandes fusões de megacorporações, freqüentemente praticadas na atualidade, que não se dão apenas entre grupos que são concorrentes diretos por comercializarem produtos semelhantes; também ocorrem entre empresas ou corporações que produzem diferentes produtos a

fim de expandir estrategicamente sua ação sobre o mercado. Além da forma de fusão de setores produtivos, podem ocorrer fusões das marcas dos produtos e a terceirização da produção dos mesmos para empresas que realizam o mesmo processo com custos mais baixos, fazendo com que esta empresa se dedique apenas à produção do produto enquanto a empresa ou corporação proprietária da marca se encarrega apenas da área da publicidade, divulgação e da mediação de seu produto com os consumidores.

A Coca-Cola sempre entendeu que teria margens de lucro mais altas caso não possuísse as próprias engarrafadoras, e na verdade só controlasse a receita, a idéia. A propriedade intelectual é o que importa. (KLEIN, 2003, p. 182-183)

Tudo isso tem estrita relação com o acirramento da competitividade global, quando cada vez mais as empresas têm que buscar mais alternativas para aumentar a velocidade de giro de seus produtos, aumentar a lucratividade e reduzir custos de produção para que possa investir na manutenção e desenvolvimento dessa mediadora entre os cidadãos locais e as marcas globais. A necessidade de se reduzir custos, aliada à necessidade de se ter mais tempo para se obter informações e traçar estratégias para atingir o mercado consumidor, estimulam a relação *Business-to-Business* (B2B), negócios que relacionam empresa com empresa.

A melhor maneira de conseguir este tipo de ganho é fazer com que outros fabriquem seus produtos. Começar a terceirizar o próprio produto. Ouvimos cada vez mais: ‘Estamos agora terceirizando para a China, o que significa: ‘Estamos comprando nosso próprio produto’. Melhor ainda, conseguir uma rede global de fornecedores e subfornecedores e trabalhadores domiciliares e temporários que se empenhem para ganhar o seu contrato, e então se compra de quem quer cobrar menos. (KLEIN, 2003, p. 181)

Uma boa parte do lucro obtido nesse processo é reinvestido na parte estratégica da marca, que direciona suas ações tendo em foco um público alvo específico, enquanto busca uma maior exposição possível de suas imagens e sugestões de consumo associada a “estilos de vida”, que segundo Klein, são muito mais hábitos de consumo do que propriamente liberdade de escolha. Dentro desse cenário onde as corporações agora tendem a apenas gerenciar a produção e conduzir mais propriamente o setor estratégico de informação, presenciamos o transbordamento de informação privatizada penetrando em todos os espaços que poderiam destinar-se a interesses públicos, ou eram de caráter público, ocupando as ruas com outdoors e cartazes, os jornais e as rádios, patrocinando

programas televisivos e jogos esportivos; as imagens e signos culturais estão também sendo privatizados e transformados em referentes para estilos de “marca”.

Este é o verdadeiro assunto de No Logo e foi por isso que escrevi o livro: a cisão entre o mundo da imagem e o mundo da produção criou um relacionamento muito instável com as corporações mais poderosas e visíveis na paisagem, porque estão ao mesmo tempo, em toda parte, onipresentes, tentando tecer relacionamentos íntimos conosco enquanto consumidores, penetrando em cada fissura do espaço público. (KLEIN, 2003, p.183)

Quanto à importância de se manter atualizada essa mediação entre a marca global e os cidadãos locais, se infiltrando na esfera pública com mensagens e informações imperativas, Ignacio Ramonet alerta para o fato de que essas grandes corporações, além de darem ênfase em estratégias que visam atingir mais diretamente o público consumidor, ainda dotam o sistema organizacional de uma base material tecnológica avançadíssima, que a revolução digital pôde proporcionar: a difusão de informações que utiliza simultaneamente o texto, a imagem e o som. Paralelo a esse desenvolvimento que proporcionou a fusão desses três meios, as empresas passaram a se apropriar dos mesmos para atingir o alvo desejado com mais eficiência e rapidez.

O uso do aparato midiático pode colaborar ainda na manutenção da lógica hegemônica de uma classe dominante; as grandes corporações por sua vez são portadoras de um poder econômico, capital de investimento, que financia ou “patrocina” a informação com o intuito de atingir o público que freqüentemente as consome através de vários veículos, mas que parecem sempre estar repetindo as mesmas informações.

Segundo a análise do autor, as empresas passam a se fundir também na esfera da produção e disseminação da comunicação, basta olhar para a fusão de grupos como Timer Warner com a América On Line, que abarcam um público gigantesco. Podemos perceber hoje que a informação, além de possuir o papel lucrativo na forma de mercadoria, também é dotada de um potencial legitimador e justificador de uma ideologia dominante.

O autor ressalta que a informação, hoje, é cada vez mais distribuída gratuitamente – através dos programas de televisão, do rádio e da internet -, e isso porque quem paga a informação hoje é a publicidade das grandes corporações.

É preciso refletir sobre o que isso significa em termos de difusão: quantos milhares de pessoas em todo o mundo têm relação com o grupo Time, com a revista Time, com o cinema Warner, ou ainda com a CNN, que faz parte do

grupo, e, agora, com a AOL, que é um portal de entrada na Internet para centenas de milhões de usuários pelo mundo afora. (RAMONET,2003, p. 245)

Essa gratuidade de símbolos sociais e culturais disponibilizadas pela sociedade espetacular pode parecer para muitos como uma suposta democratização desses bens culturais que agora são difundidos em escala global, mas o que essa suposta “democratização cultural e informacional” dissimula, é que ao mesmo tempo em que a cultura toma uma dimensão maior em nossa sociedade, está sendo apropriada pelo sistema capitalista não somente como produto consumível, mas também como instrumento de produção e reprodução da ideologia de uma sociedade onde todas as esferas da vida humana estão mercantilizadas. Nas palavras de Jappe (1999):

O espetáculo é o “resultado e o projeto do modo de produção existente”, é “a afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção, e o consumo decorre desta escolha” (Sde, § 6). Não só o trabalho, mas também outras atividades humanas, o que se chama “tempo livre”, são organizados de modo a justificar e a perpetuar o modo de produção vigente. A produção econômica transformou-se de meio em fim e o espetáculo é a expressão disso: com seu “caráter fundamentalmente tautológico” (Sde, §13), só visa reproduzir as suas próprias condições de existência”. (JAPPE, 1999, p.25)

Uma outra característica que compõe a esfera da informação/comunicação em nossa sociedade espetacular, segundo Ramonet, seria a da alta velocidade, onde o imediatismo e o encurtamento do intervalo de tempo entre uma informação e outra não deixa espaço para uma ação reflexiva sobre a mesma, não há tempo para analisar e processar o fluxo contínuo e acelerado da atualidade. Nas palavras do autor, “A informação é feita cada vez mais de impressões, de sensações.” E dado seu caráter predominantemente comercial, não se dirige para educação ou formação de um cidadão crítico, mas à indução de um consumidor em potencial.

Pois bem, qual é a característica do discurso das grandes empresas midiáticas? É a retórica. Analisando o discurso da informação ou da publicidade ou da cultura de massas, observa-se que ele apresenta, retoricamente, as mesmas características. Em primeiro lugar, é um discurso rápido, não há efeitos longos; na imprensa, os artigos são cada vez mais curtos, as frases são breves, os títulos impactantes, como um modelo publicitário ou qualquer discurso da cultura de massa. Primeira característica: a rapidez para evitar o tédio. (RAMONET,2003, p. 249)

Trata-se, portanto, de um discurso rápido, simples e dramático, que utiliza apelos ao imaginário emocional, apropriando-se de símbolos culturais, que é nomeado pelo autor como um discurso infantilizante por ser muito próximo à forma como normalmente nos dirigimos às crianças, mas que se coloca de maneira eficiente e de rápida absorção, mesmo que irrefletida. O que leva o autor à questão de como produzir e disseminar amplamente uma contra informação que desvele as obscuridades estabelecidas e que possa re-inserir na esfera pública um debate crítico sob esses mesmos parâmetros ou em pé de igualdade no que se refere a amplitude e eficácia. Isso porque, segundo o autor, não basta saber uma verdade, ou desvelar obscurecimentos ideológicos, se não soubermos comunicar esses fatos. Para que a contra informação pudesse concorrer em pé de igualdade com a enxurrada de informações comerciais que se infiltram na esfera pública seria preciso o domínio de mais técnicas e ferramentas que também são utilizadas pela cultura de massa para conseguirmos transmitir também em massa enfrentando dessa forma as ideologias que até então seguem legitimadas.

Muitos grupos civis que estão inseridos dentro do que poderíamos chamar de esfera pública global já se articulam e desenvolvem ferramentas para a produção e disseminação de uma contra-informação, mas de alguma maneira esta ainda tem de ser construída em uma escala maior para que o “público” possa ter uma voz mais ativa dentro das tomadas de decisões sociais. Um dos exemplos emblemáticos de uso tático dessas ferramentas para a obtenção de uma maior repercussão das questões e causas ativistas foram as mobilizações levadas a cabo em 1999 em Seattle, quando uma série de coletivos independentes, ativistas e midiativistas se uniram para realizar protestos contra a Organização Mundial do Comércio e produzir e distribuir suas próprias coberturas do encontro.

Para a realização dos protestos e a manutenção de informativos jornalísticos independentes diários, foram necessários os esforços e as mobilizações de centenas de pessoas meses antes do encontro para captar recursos e organizar as manifestações. O Indymedia, que é uma rede de coletivos de mídia independente espalhadas pelo mundo, teve um papel fundamental para a articulação dessas movimentações, tendo inclusive o escritório do Indymedia de Gênova – num desdobramento das manifestações em Seattle, contra o G8 – invadido pela guarda comandada pelo então premiê Berlusconi. Essas manifestações conseguiram obter uma repercussão mundial por meio de uma apropriação do espaço virtual e uma re-apropriação dos espaços públicos visando objetivos comuns, isto é, a contraposição ao sistema e à mídia hegemônica.

Uma vez que é a atuação desses grupos civis nosso objeto, no capítulo seguinte nos deteremos nas suas táticas e inspiração. O objetivo é conhecer como tais grupos enfrentam, a seu modo, a sobrecarga sensorial e ideológica do mercado capitalista global.

2. A Mídia Tática sob inspiração dos Situacionistas:

No bojo de todo esse contraditório processo, a massificação da informação é uma particularidade que vem merecendo atenção de grupos de artistas e midiativistas que estão se apropriando de ferramentas de comunicação capitalista, na tentativa de democratizar não somente a informação, mas também sua produção e difusão. Estamos falando, em particular, dos grupos, ou coletivos, que compuseram e organizaram os encontros **Mídia Tática Brasil (MTB)** e o **Next Five Minutes (N5M)**.

Esses grupos e seus encontros, se vistos apenas por suas características aparentes, poderiam ser rotulados de fragmentários, heterogêneos, não-hierarquizados e espetaculares, como muitos teóricos – como Jameson (2000), Kurz (1999) e Jappe (1999) - afirmam ser as características pós-modernas. Nada mais compreensível se percebermos que os mesmos formaram-se historicamente dentro de um processo de mercantilização de todas as esferas humanas e, além disso, por utilizarem instrumentos tecnológicos que são frutos do desenvolvimento desse sistema social no qual estamos inseridos. Mas os objetivos desses grupos parecem vir na contramão dessa lógica mercantilista, pois, de certa forma, para além da crítica às hierarquias simbólicas, acreditam na necessidade de desapropriação dos meios de dominação cultural e informacional das mãos de uma elite dominante, com vistas a transformar o cotidiano. Buscam se apropriar desses meios com o fim de criar uma nova situação, não só teoricamente, mas também na prática, movidos por um desejo concreto de ser ao invés de parecer, de viver ao invés de assistir, de interferir e interagir na e através da cultura.

Esses encontros ou festivais são portadores de um caráter muito mais profundo do que apenas uma reunião que tem como tema a mídia, na medida em que propõem criar, pelo seu próprio formato, um espaço de experimentação, aprendizado, ampliação e apropriação desses meios diversos de arte e comunicação, com o objetivo de realmente diversificar e conseqüentemente denunciar o modo sócio-cultural-ideológico dominante ao qual estamos submetidos. Caminho muito próximo ao da Internacional Situacionista, conforme se pode identificar neste trecho:

“A fórmula para transformar inteiramente o mundo, não buscamos nos livros mas, sim, errando”(OCC, 251): a reformulação das teorias de Marx por Debord, analisada no capítulo anterior, não nasceu de um estudo erudito, e menos ainda, de uma atividade militante nos pequenos ou grandes partidos de esquerda. A elaboração e difusão da teoria de Debord tiveram muito mais o caráter de uma

aventura apaixonada que o de um seminário de estudos marxológicos. (JAPPE, 1999, p.67)

A **Internacional Situacionista** foi um movimento que surgiu na França em 1957, resultado de uma fusão de integrantes da Internacional Letrista e do Movimento para uma Bauhaus Imaginista. Entre seus integrantes mais destacados temos Guy Debord, Michele Bernstein, Gilles Ivain (pseudônimo de Chtcheglov), Constant, Asgner Jorn, Nash, Jong, Lindell, Raoul Vaneigem, dentre outros. (HOME,2004)

A Internacional Situacionista trouxe junto com seu surgimento uma série de idéias e projetos que acompanhavam seus integrantes em movimentos anteriores e traziam uma característica comum: além do uso da arte, uma intensa preocupação com o desenvolvimento urbano e geográfico e suas potencialidades revolucionárias dada a influência que a organização e disposição desses espaços têm na formação dos indivíduos.

La recreación de la teoría de la subversión moderna se abrió con un campo de experimentación, la creación de instantes vividos, de situaciones, en cuyo plano desarrolló una crítica práctica a todos los niveles de la vida social, del lenguaje, del urbanismo, de la vida cotidiana o del orden jeraquizado en el interior de los grupos llamados revolucionarios. (SUBIRATS, 1973, p. 9-10)

Como por exemplo o texto “Fórmula para uma nova cidade”, de Ivan Chtcheglov, escrito em 1953, época que este autor compunha a Internacional Letrista, publicado em 1958 pelo primeiro número da Internacional Situacionista. Nesse texto o autor via *a arquitetura como uma ferramenta para a transformação da vida*. Foi a partir desse trabalho que Debord, também em 1953, escreveu o artigo “Uma introdução crítica da geografia urbana”, publicado em 1955, quando forjou o termo “psicogeografia”. Estes temas têm sido explorados inclusive por coletivos nacionais como o Nomads, formado por arquitetos da USP, que é voltado para a criação de soluções e ações nos ambientes e que também atuam multidisciplinarmente.

Muitos conceitos criados pelos Situacionistas foram aproveitados por coletivos diversos como teremos a oportunidade de observar no decorrer deste trabalho, e inclusive por Hakim Bey para construção de seu conceito TAZ (Zona Autônoma Temporária).

Apesar de ter deixado em seu legado uma série de propostas e conceitos, o desenvolvimento da Internacional Situacionista foi muito conturbado, marcado por

muitas expulsões e inclusive dissidências por razões ideológicas, e que gerou a formação da Segunda Internacional Situacionista, por Nash e Jong, dentre outros, contraposta a primeira IS que era ideologicamente conduzida, ou dominada, por Debord, Vaneigem e Bernstein. Durante nossa pesquisa nos utilizaremos conceitos de ambas as correntes para melhor apreensão de nosso objeto em questão.

A **Mídia Tática** pode ser descrita como uma forma de ação que procura se aproveitar da maior mobilidade comunicacional disponível, bem como do próprio desenvolvimento tecnológico, que é posto à disposição dos produtores de todo o tipo de arte, cultura ou informação, para que possa manter maior agilidade, mobilidade, de forma a poder trabalhar com todo tipo possível de propagação e produção de idéias. Para essas pessoas parece existir um número sem fim de possibilidades de não se aceitar passivamente uma informação ou uma cultura dominante, e ao mesmo tempo de fazer denúncias. Valem-se não só da alta tecnologia, mas também do teatro, de intervenções urbanas, de rádio transmissores, TVs de rua, oficinas de impressão em telas de *silk*. Para dar um exemplo de ação midiática LowTech que ocorria no Leste Europeu poderíamos citar o *samizdat*, forma de ação difundida durante a época do stalinismo, que utilizava máquinas de escrever realizando cópias com papel carbono de textos, poesias e denúncias que eram censuradas no regime vigente. Segundo Lovink e Schenider em seu artigo *Um mundo virtual é possível. Dos meios táticos a multidões digitais* (2002):

O termo ‘mídia tática’ surgiu depois da queda do muro de Berlin como símbolo do renascimento do ativismo dos meios, em uma fusão da atividade política da velha escola e do compromisso dos artistas com as novas tecnologias. No princípio dos anos noventa, se produziu uma maior conscientização coletiva sobre temas do gênero, um crescimento exponencial das indústrias midiáticas e uma disponibilidade cada vez maior de produtos econômicos que não requeriam demasiada experiência para sua montagem ou utilização; este conjunto de fatores gerou um novo sentido de autoconsciência entre ativistas, programadores, teóricos e artistas. (LOVINK e SCHENEIDER, 2002)

As facilidades comunicacionais, como a internet, certo barateamento nos equipamentos de produção e manipulação de imagem textual, e uma sociedade que vinha se desenvolvendo sob o consumo passivo dessas imagens e signos culturais, proporcionaram a uma parte da população a oportunidade de se utilizarem também desses meios como ferramentas de crítica e intervenção social, de uma forma contemporânea, porém questionadora. E foi a partir desse barateamento que entre as

décadas de 1980 e 1990 se deu a explosão do DIY – DO IT YOURSELF (“Faça você mesmo”) – que foi uma espécie de início de todo esse movimento. (METAFORA, 2005A)

O **Next Five Minutes** teve seu primeiro encontro realizado em 1993, e atualmente está em sua quarta edição (1993, 1996, 1999 e 2003); conta com a participação de artistas, intelectuais e midiativistas de várias partes do mundo. O evento holandês é realizado graças ao patrocínio do instituto Waag Society e seus encontros são sediados em De Balie, Melkweg e Paradiso, em Amsterdã e Roterdã. Os locais onde se realizam os encontros são espaços que normalmente incentivam a cultura e atividades do gênero, como uma espécie de centros culturais que proporcionam espaço físico e estrutural não só para esse tipo de evento, mas para eventos culturais em geral. O encontro contou inclusive com apoio governamental, como o Ministério das Relações Exteriores (HGIS-C) e com fundos públicos para artes de Amsterdã, além de outras instituições como a Mondriaan Foundation, Salto, ThuisKopie Foundation e a Backbone². Um dos motivos pelo qual pode ser atribuído a quantidade de eventos proporcionados na Holanda é o amplo suporte governamental e institucional que o país disponibiliza para esse tipo de prática civil.

De tempos em tempos organizamos o Next Five Minutes, uma conferência a nível global baseada na Mídia Tática. Por fim desfrutamos de uma base (De Waag) a partir da qual esperamos nos consolidarmos e seguir construindo a longo prazo. Entendemos este edifício como um lugar para planejar eventos e encontros regulares, incluindo o próximo Next Five Minutes. Vemos esse encontro, e as discussões que o conduzem, como partes de um movimento que intenta criar um antídoto ao que Peter Lamborn Wilson descreve como: ‘a lei inevitável do dinheiro sobre o ser humano’. (GARCIA e LOVINK, 1997)

Segundo David Garcia “Não foi por acidente que o termo mídia tática apareceu pela primeira vez em Amsterdã. A cidade tem uma história notável em experimentação anárquica de mídia e rede de comunicação civil”. (GARCIA, 2002)

O N5M parece ter surgido também graças a uma cultura de mídia intensa em Amsterdã durante décadas de 1980 e 1990, a qual girou em torno de estações de rádio locais como as rádios 100, Patapoe e Rádio de Vrije Keyser, e estações locais de tv tais como Staats TV Rabotnik, de Hoeksteen e Vrije Keyser. Essa quantidade de transmissoras de rádio e tv locais se deve ao fato da Holanda ter sido o primeiro país europeu a estabelecer uma infraestrutura 100% a cabo, fato que, aliado a uma política de

² Para informações mais detalhadas sobre os financiamentos dos encontros consultar o site waag.org

desenvolvimento de uma rede de comunicação aberta, teria facilitado, estimulado e servido como suporte a uma série de projetos de mídias experimentais e táticas. Um outro fator que colaborou para uma intensa e diversa cultura de mídia, especificamente em Amsterdã se deve, segundo David Garcia em seu artigo *Islamismo e Mídia Tática em Amsterdã* – escrito em agosto de 2002 para o debate sobre profundidade local do N5M4 – à condição demográfica da cidade, que é sede de um porto marítimo “poliglota” de escala mundial mantendo a cultura da cidade em contato com viajantes e migrantes do mundo inteiro. (GARCIA, 2002)

Amsterdã é também a única e maior cidade da Holanda (talvez da Europa) que tomou vantagem ‘tática’ da televisão a cabo. Nenhuma outra cidade (exceto possivelmente por Berlin) tem a história em televisão experimental ou de política de ‘acesso comunitário’ à TV e rádio como a da Holanda. Uma política, que é interessante e importante por causa de sua combinação com uma diversidade demográfica significativa. Qualquer um com uma TV em Amsterdã pode receber os dois ‘canais abertos’. Esse desenvolvimento em rede de comunicação aberta tem hospedado mídias experimentais e táticas (bem como transmissões mais conservadoras) por mais de vinte anos. (GARCIA, 2002)

A proliferação de coletivos que procuravam utilizar a televisão como meio de inserir, na esfera pública, outras perspectivas que não as mercadológicas ou hegemônicas, tem estreita ligação com os contextos políticos particulares em que tiveram origem. Nas décadas de 1960 e 1970 muitos coletivos já realizavam uma série de experimentações com vídeos ou documentários mas as incursões televisivas foram se dar de uma forma geral nas décadas de 1980 e 1990. Como no Estados Unidos que, no caso específico de televisão comunitária, tem dois exemplos emblemáticos: a Paper Tiger Television e a Deep Dish Television Network, que tiveram seu início na década de 1980. Ambas tomaram parte logo dos primeiros encontros do N5M quando este abrangia principalmente produções de vídeo e televisivas, dada a prévia existência desse tipo de produção alternativa em países onde o acesso tinha sido facilitado pela implementação da tecnologia à cabo.

A Paper Tiger Television teve seu início em 1981 e atua na cidade de Nova York. Além de programações semanais promove também workshops sobre produções televisivas de baixo custo. Segundo Stein (2002) seus programas são transmitidos em televisões comunitárias de Manhattam, Brooklyn e no Bronx, além de serem veiculados também em universidades e museus.

Os programas são produzidos por voluntários que giram em torno de um “núcleo” central composto por cerca de dez ativistas que já colaboram com o projeto a

mais tempo e uma série de participações ocasionais dependendo do projeto ou programa específico no qual estes estejam envolvidos. Nenhum dos participantes recebe remuneração advinda desses programas, todos trabalham em outras atividades e atuam na Paper Tiger em seus tempos de folga. Todavia, como bem assinala Derek Holzer³ em entrevista cedida a Caros Amigos em 2003, o contexto americano, diferentemente do contexto holandês, não conta com o mesmo suporte e apoio governamental. Para manter a estrutura material de seus programas como fitas, transporte e equipamentos ela conta com a contribuição de seus próprios membros e da arrecadação que conseguem com a venda e a locação de fitas produzidas por eles mesmos, além de uma parte que é financiada pelo conselho de artes de Nova York (STEIN, 2002).

Não há uma hierarquia ou uma divisão rígida de tarefas destinadas especificamente para cada membro, característica comum a vários projetos colaborativos que fazem uso tático de mídia. Não sendo direcionados por determinantes mercadológicos que primam por “eficiência” e especialismos, podem fazer dessa experiência uma oportunidade de aprendizagem e troca de conhecimentos enriquecedora. Todos os membros podem tomar parte de todo o processo produtivo, desde pesquisa, entrevistas, operação de câmera, edições. As decisões são tomadas coletivamente em reuniões semanais geridas pelos membros, quando cada um relata as atividades realizadas durante a semana, trocam idéias e sugestões.

As temáticas principais tratadas pela cooperativa dizem respeito a análises críticas sobre os conteúdos das mídias corporativas, visando colaborar para a formação de cidadãos críticos. A Paper Tiger também vem atuando diretamente com uma série de ativistas procurando colaborar para uma cobertura mais idônea das manifestações dos mesmos, como em greves, manifestações concernentes ao direito ao aborto, as manifestações de Seattle, apoio aos levantes zapatistas entre outros temas. Enfim, procuram tratar de uma gama de assuntos que por motivos econômicos ou políticos não são representadas de maneira adequada nas emissoras corporativas.

Além dos conteúdos e da forma de tratá-los, a estética utilizada pela Paper Tiger também procura desmistificar e se contrapor à implementada pela televisão corporativa. Sem enfatizar um perfeccionismo na edição, deixa passar propositalmente eventuais falhas ou pequenos erros humanos cometidos durante a gravação; a cooperativa faz

³ Na Europa, muitos países financiam seus artistas para apoiar o que acham que é cultura. O N5M teve bastante apoio do governo, nunca precisamos ir atrás de patrocínio comercial. Uma das razões que me fizeram sair dos EUA é que era impossível fazer mídia fora de uma atmosfera comercial, todo mundo que eu conhecia trabalhava como designer gráfico durante o dia e à noite era ativista usando o dinheiro ganho no emprego.

questão de evidenciar a natureza forjada, a ação humana que produziu intencionalmente aquele programa. Como bem coloca Stein, a Paper Tiger faz de seu baixo orçamento mais uma ferramenta da estética alternativa da televisão comunitária.

Embora o conteúdo se concentre em leituras críticas das representações da mídia, a estética visa oferecer ao público uma experiência alternativa de televisão. O estilo e o desenrolar dos Programas da Paper Tiger são deliberadamente diferentes dos da tevê comercial. Não há um desenrolar uniforme. Os cenários e os letreiros gráficos apresentam cores vividas e geralmente são feitos a mão. As tomadas às vezes revelam os equipamentos e a equipe. Essa estética, que se empenha num visual “caseiro” ou “amistoso”, tem diversas funções declaradas. (STEIN, 2002, p.398)

Como pudemos perceber, a intenção da Paper Tiger é de operar a televisão como um meio que proporcione uma perspectiva crítica ao cidadão, mas não por meio asséptico, aparentando imparcialidade e eficiência; e ao mesmo tempo quer, dentro desse espaço, inserir conteúdos que não são veiculados pela mídia de massa, apostando que esse meio comunicador independente tem uma função política relevante.

A Deep Dish Television Network, teve seu início em 1986, e foi fruto de um projeto da Paper Tiger que visava realizar uma rede nacional de produtores independentes locais por transmissão via satélite. Ela é veiculada em 250 canais públicos nos Estados Unidos, coordena séries nacionais e conta com três funcionários remunerados e mais uma centena de produtores e coordenadores voluntários dispersos por todo o EUA.

A Deep Dish compõe uma rede nacional que transmite uma série de produções locais, opera segundo um modelo mais estruturado, conta com um núcleo estratégico de três membros sediados em Nova York que estão encarregados de arrecadar fundos e operacionalizar a difusão dos programas, além de contar com um corpo de diretores, advindos de várias partes do país, para a seleção de tópicos dos programas e para o desenvolvimento de planos de ação. Apesar da Deep Dish prezar a diversificação e a maior des-hierarquização possível, uma rede tão ampla, que almeja fortalecer e colaborar para a proliferação de pontos difusores, acaba tendo que contar com uma estruturação mínima para que possa garantir a transmissão de programas tão diversos operacionalmente.

O estilo de produção inclusivo da DDTV sai ativamente em busca das vozes marginalizadas e as amplifica. Esse método de produção consome tempo e é complexo do ponto de vista administrativo. A ex-diretora de programas Cynthia López observa que uma organização comercial dificilmente adotaria esse tipo

de procedimento. [...], a DDTV está engajada no projeto de estender as atividades e lutas dos ativistas para o reino da mídia e da cultura. Como não há modelos para esse tipo de projeto, as estratégias são constantemente testadas, avaliadas e reformuladas. (STEIN, 2002, p.405)

Como pudemos constatar, os dois exemplos exploram duas potencialidades distintas de se utilizar um meio de comunicação que possui limitações técnicas, quando comparado com a internet por exemplo, no que diz respeito a interatividade do receptor. Por outro lado, proporciona uma maior horizontalidade e maior amplitude nacional no que diz respeito a quantidade de pessoas que pode atingir se comparado também com a internet. Repetimos, levando-se em consideração uma esfera nacional, é fato que a internet atinge uma esfera global infinitamente maior do que uma televisão poderia atingir, mas levando-se em consideração as mídias que atuam dentro de seu próprio território nacional, a televisão ainda se constitui como a mídia de massa mais influente para a formação da opinião pública nacional, dada à ampla recepção pelos cidadãos locais. Deve-se levar em consideração também que nem todos podem ter acesso a outros meios que necessitam de um suporte de hardware muito mais caro.

O primeiro exemplo, da Paper Tiger, explora a potencialidade que esse meio tem - ao optar por uma forma de produzir seus conteúdos que evidencia sua natureza forjada e ao mesmo tempo privilegia conteúdos que questionem a mídia - de viabilizar uma forma de produção televisiva que convida seu “público” a refletir e questionar o conteúdo proposto e as mensagens difundidas pela mídia corporativa. O segundo exemplo, da Deep Dish, explora a potencialidade que esse meio tem de organizar e fortalecer um espaço mais amplo para que indivíduos localizados em cidades dispersas pelo país tenham a oportunidade de representarem a si mesmos frente a um fórum público nacional.

Ao produzir um espaço (apesar de suas limitações e muitas dificuldades de financiamento) não diretamente subordinado a interesses e determinações econômicas, essas duas experiências potencializam esse espaço como uma ferramenta de comunicação política. Como bem aponta Stein ao analisar as contribuições que essas experiências e as televisões comunitárias como um todo podem proporcionar para a comunicação democráticas:

Ao criticar e rever a própria forma televisiva, esses projetos reposicionam o que, do contrário, poderia ser percebido como significado transparente num palco de antagonismo. Ao desafiar o conteúdo da mídia oficial e introduzir perspectivas alternativas sobre a realidade social, a televisão radical convida os

telespectadores a reexaminar e talvez reformular seus atuais pontos de vista. Os projetos de televisão radical também afirmam o direito das pessoas comuns de representar seus próprios interesses e perspectivas no meio televisivo. (STEIN, 2002, p.408)

Ao viabilizar espaços para que uma comunicação com propósitos políticos (mesmo que não partidários) incorpore as funções da linguagem televisiva, acaba contribuindo para que os cidadãos “comuns” realizem o exercício de definição de problemas frente sua comunidade e explicitação de seus posicionamentos e proposições de soluções dentro da mesma e entre elas. É interessante observar a atuação do uso tático de mídia dentro de um meio que, dado suas características tecnológicas – um emissor para vários receptores –, pode ser classificado como um meio inerentemente massivo, que permite menos interação com o público. Ao observar a forma de gestão desses dois casos de televisão comunitária podemos perceber que mesmo um meio que possui limitações técnicas no que concerne a interação mais imediata com o público pode acabar se configurando como uma ferramenta de uso tático de mídia inclusiva e que proporciona uma abertura para o tratamento de questões de interesse público que não são veiculadas pelas mídias corporativas.

Entretanto, como assinala Stein, a dificuldade de obter uma fonte estável de financiamento, e a não existência de uma legislação que garanta uma regulamentação de distribuição dos canais públicos, contribui para uma subtilização do meio e para conseqüente marginalização dessas outras potencialidades de apropriação do mesmo. Segundo a retrospectiva histórica realizada por Stein, a origem das televisões comunitárias, entre as quais ele privilegia a Americana, aconteceu na década 1970, com a implementação da tecnologia de radiodifusão via cabo, possibilitando a abertura e demanda por programações locais. Isso porque a tecnologia de transmissão via cabo proporcionou uma ampliação de canais disponíveis e uma maior acessibilidade a esse meio de comunicação. Um fator interessante que Stein identifica na estrutura que possibilitou esse avanço é a coligação temporária de forças estatais, privadas e “não-institucionais” para a viabilização desse espaço, que chega a se assemelhar com a coligação de forças que deu origem a internet.

Os ativistas vislumbravam a possibilidade de se criar no país vários focos produtores de mídias locais; já os órgãos reguladores federais pretendiam, por meio da tecnologia a cabo, expandir o sistema televisivo para locais onde a televisão por radiofusão não conseguira atingir, e as operadoras de cabo viam nessas iniciativas uma

forma de conseguirem posteriormente concessões municipais e obter preferência dos órgãos federais. (STEIN, 2002)

Essa colaboração entre distintas iniciativas não perdurou por muito tempo nos EUA. Logo após o período que os órgãos reguladores suspenderam as restrições que limitavam a expansão das empresas privadas sobre a operação dos canais públicos e as mesmas já possuíam seus contratos municipais, o suporte que elas proviam para os canais públicos foi quase completamente suspenso. Ao mesmo tempo o estímulo de produções locais começou a se apresentar como um obstáculo para as indústrias de entretenimento, que queriam utilizar esses espaços para distribuir seus próprios conteúdos. Como vimos, o desenvolvimento do acesso comunitário nos Estados Unidos não obteve um apoio governamental tão sólido quanto o da Holanda, entretanto, as iniciativas que perduraram, como no caso da Paper Tiger e da Deep Dish, que têm mais de 20 anos de existência, ainda colaboram para o desenvolvimento e o fortalecimento das iniciativas independentes da mídia contra-hegemônica.

Outro coletivo americano que tomou parte dos encontros do N5M com produções de vídeo e contribuindo para as discussões é o **ACTUP (Aids Coalition to Unleash Power)**. Este coletivo é costumeiramente citado, tanto nos sites do N5M, como no do MTB, bem como em alguns sites de coletivos dispersos, como um dos precursores do uso tático de mídia e como um exemplo emblemático dessa prática em consequência do amplo uso que eles fazem de vários meios de comunicação simultaneamente, como sites, subversão de outdoors, produção de vídeos, panfletos e cartazes, intervenções urbanas etc.

Esse grupo teve início na década de 1980 e foi um dos primeiros a conseguir chamar a atenção, por meio de um forte apelo publicitário, para os problemas relacionados às pessoas vítimas da AIDS e quanto à discriminação ao homossexualismo, em uma época de explosão da doença e quando não se tinha muita informação sobre o assunto. Ricardo Rosas relata que já existia uma tradição artística ativista intensa desde os anos setenta, tradição essa que permitiu que no final dos anos 1980, com o boom da AIDS, se travasse um confronto direto nas ruas contra o descaso do governo e da grande imprensa. Denunciava a dificuldade de financiamento de suplementos médicos para os infectados, e investia contra o Cardeal O'Connor que pregava um discurso discriminatório contra as relações homossexuais e contra a utilização de preservativos. Foram utilizados bottons, camisetas, adesivos, cartazes, intervenções de rua, que procuravam gerar impacto e evidenciar o descaso das

instituições para procurar solucionar o problema e informar a população.

John Dowing, em seu livro *Mídia Radical* (2002), também se refere a esse grupo e realiza um breve relato do contexto no qual esse coletivo se consolidou. Além dessas ações diretas o autor também ressalta a utilização de cartazes, murais e montagens que ele denomina como *bombas mentais*, fazendo alusão as suas características: utilização de um pequeno espaço com informações de alto impacto e forte apelo emocional. Como no caso da utilização que o ACTUP fez do triângulo rosa, que segundo notas do autor, era o símbolo que os homossexuais nos campos de concentração nazista foram obrigados a utilizar, com o objetivo de diferenciá-los dos judeus que utilizavam uma estrela amarela. Estima-se que os homossexuais compunham um grupo de meio milhão dentro dos campos de concentração.

Seu trabalho de maior alcance foi o triângulo rosa nazista impresso sobre um fundo escuro com os dizeres ‘Silêncio = Morte’, que aparecia em cartazes, *buttons*, adesivos e camisetas – embora o grupo tenha convertido o triângulo rosa nazista em declaração de resistência. O ACT-UP também interrompeu as operações da bolsa de valores em Wall Street e uma missa na Catedral de St. Patrick, em Nova York. (DOWING, 2002, p.195)

Um dos motivos pelo qual o ACTUP se destacou no cenário midiativistas foi o fato, como já destacado acima, deste coletivo articular uma série de ações e meios distintos simultaneamente para conseguir alcançar visibilidade e inserir na esfera pública questões que não estavam sendo contempladas nem por meios privados nem estatais. Utilizando-se de *detournements*, intervenções urbanas, protestos, cartazes e outros meios de divulgação normalmente utilizados em campanhas de marketing para mobilizar a opinião pública, construíram uma experiência participativa e colaborativa de uso tático de mídia.

Estendendo-se e atravessando seus 15 anos de história, ACTUP (AIDS Coalition to Unleash Power) tem ajudado a transformar a consciência do mundo sobre o HIV e sobre a AIDS, e fez do ativismo uma parte vital da paisagem política para lésbicas, homossexuais, bissexuais, transsexuais e portadores do vírus da AIDS. Amplamente documentado por midiativistas e por coletivos audiovisuais, as estratégias insolentes, de forte apelo publicitário, e a presença de espírito decididamente gay do ACT UP permanece como uma fonte ainda fresca de inspiração para os artistas e ativistas de hoje e de uma valor inestimável [...]. (N5M4, 2003)

Aqui podemos perceber que uma série de iniciativas independentes que procurava utilizar diversos meios de comunicação já existentes muito antes do surgimento do festival; mas foi somente após o surgimento da internet e sua mais ampla

difusão social que essas várias iniciativas tornaram-se conhecidas em várias partes do mundo e passaram a ter maior visibilidade. Só então começaram a se delinear definições e conceitos comuns existentes entre atividades aparentemente tão distintas. O próprio N5M, em seu início, contemplou apenas a produção de vídeos ou conteúdos televisivos, por ainda não existir essa visão que interconectasse as diversas iniciativas.

Segundo Derek Holzer⁴, o Next five Minutes começou em 1993 basicamente como festival de vídeos, e posteriormente teve edições em 1996, 1999, 2003, e aos poucos foi atingindo a diversidade e amplitude atual, tanto no que se refere à quantidade de pessoas envolvidas quanto à variedade de temas abordados.

Foi em maio de 1997 que David Garcia e Geert Lovink, passados quatro anos desde o primeiro encontro, escreveram o manifesto inicial “**The ABC of Tactical Media**” – O abc da mídia tática – que de certa forma procura traçar um panorama geral dos pontos principais que poderiam definir esse tipo de prática difundida inicialmente pela Europa e América do Norte, e que foi se espalhando posteriormente para outras partes do mundo.

Esse artigo foi divulgado pela internet através da lista de e-mail Nettime. Essa lista de discussão foi criada por Geert Lovink e Pit Schultz em 1995, com o intuito de propagar e difundir o “netcriticismo”- *netcriticism* - que envolve arte, cultura e política, e propõe uma discussão com o objetivo de compreender e refletir sobre como o conteúdo e as práticas de culturas comunicacionais têm sido afetadas ou influenciadas pelo surgimento da internet. Essa lista foi se ampliando e atualmente centenas de teóricos, estudiosos, praticantes ativistas, dela têm participado, ampliando-a, trazendo novos temas para discussão, além de colaborarem para enriquecer as fontes com trabalhos trazidos ao conhecimento público sobre a área. Vários destes encontros e ações colaborativas realizadas por diversos coletivos distintos, inseridos em realidades política, econômica e socialmente desiguais, só puderam se concretizar a partir do surgimento do relativo barateamento dos custos dos meios de comunicação virtual. Essa lista é também muito utilizada para traçar e articular ações colaborativas entre vários coletivos e ativistas em várias partes do mundo.

Nesse manifesto disponibilizado na lista de discussão da Nettime é esboçada a distinção entre *tático* e *estratégico* – criada por Michel de Certeau em 1974 em *A*

⁴ Um dos produtores do Next five Minutes, que teve seu envolvimento com o encontro devido ao conhecimento já adquirido com rádios on-line, participou do net congestion de 1999/2000, evento organizado pelo Next 5 Minutes sobre mídia streaming e tornou-se produtor da mais recente edição do N5M4 que incluiu o Brasil em seus tml's (tactical media labs – laboratórios de mídia tática).

invenção do cotidiano –, conceitos que os dois teóricos e idealizadores do Next Five Minutes – David Garcia e Geert Lovink - “atualizaram” e incorporaram às práticas atuais. Os conceitos elaborados por Certeau tinham como objeto de análise o caráter subversivo da interpretação aparentemente passiva dos sujeitos/consumidores de símbolos e valores impostos pela sociedade.

Seu trabalho procura realizar um estudo das práticas e das “fabricações” do consumidor cultural. O autor define esse consumidor cultural como o indivíduo que não tem a possibilidade de inscrever e difundir o que produz porque os sistemas dominantes de produção televisiva, urbanística, comercial, etc., permitem que se inscreva neles o que o consumidor cultural produz a partir da recepção dos bens culturais simbólicos. Ele denomina essa produção silenciosa dos consumidores culturais de *maneiras de empregar* produtos impostos por uma cultura dominante. *Uma marginalidade que se tornou maioria silenciosa*.

Segundo o autor, seu trabalho está diametralmente oposto ao Vigiar e Punir de Michel Foucault, pois este privilegia a análise dos aparelhos produtores de disciplina e Certeau, por sua vez, está interessado em mapear e observar formas e maneiras de empregar, de burlar, de tapear, astúcias que compõem o que ele denomina rede de *antidisciplina*.

Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a rede da “vigilância”, mais urgente é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. (CERTEAU, 1994, p.41)

Segundo esse autor essa disposição de valores, controle e imperativos dominantes, fazem parte ou compõem o elemento estratégico que é sustentado pela manutenção de uma idéia de “espaço próprio”, no sentido de manutenção do poder, quando o outro é encarado como inimigo. Essa estratégia seria dominante e a noção de tática – que foi apropriada pelos midiativistas como mídia tática - seria distinta da noção de estratégia, pois a ação tática seria praticada por quem não é possuidor de um espaço ou meio próprio, mas se realiza utilizando um espaço e os instrumentos de quem exerce o poder.

A ação tática se caracteriza também por não enfrentar ou atacar diretamente um inimigo externo e dominante, mas por dar conformidade a um conjunto de ações de infiltração temporárias, vindas de dentro, capazes de provocar pequenos danos a ordem

estratégica. Resumidamente, estratégia seria a forma como os fortes disponibilizam seus aparatos e espaços para dominar os mais fracos e para a manutenção da ordem, e tática seria o meio pelo qual os mais fracos, que não possuem esses instrumentos, se apropriam temporariamente dos mesmos para se tornarem mais fortes.

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças [...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento "dentro do campo de visão do inimigo", como dizia von Bülow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as "ocasiões" e delas depende, sem bases para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. "O que ela ganha não se conserva". (CERTEAU, 1994, p. 100)

Mas há uma diferenciação sobre a noção de tática de Certeau da noção de mídia tática, “atualizada” pelos midiativistas, que merece aqui ser destacada: trata-se da relativa passividade discursiva presente na noção de tática de Certeau frente à noção mais ativa de tática dos midiativistas. Isso porque, segundo Certeau, o poder subversivo do indivíduo frente às imposições sociais estaria contido no seu poder interpretativo, como uma ação silenciosa que se dá no momento da leitura dos símbolos/signos. Apesar dos símbolos e signos estarem sendo dispostos de maneira dominante, cada indivíduo o interpreta da maneira como mais lhe convier, sem que o poder estratégico tenha controle sobre essa ação. A noção de tática dos midiativistas é mais ativa, visto que estes a transformaram não em uma ação silenciosa de leitura, mas construindo um caminho no qual a produção ou subversão ativa de símbolos e signos pode tornar-se tática em contraste com as estratégias da mídia de massa.

Talvez a coisa mais interessante sobre a teoria da mídia tática seja a extensão com a qual ela mais propriamente abandona do que paga tributo para Certeau, fazendo das táticas não uma produção silenciosa através de uma leitura de signos sem alterá-los, mas esboçando maneiras pelas quais produções ativas podem tornar-se táticas em contraste com as estratégias da mídia em voga. Os exemplos de mídia tática têm se tornado quase canônicos atualmente: publicidade pirateada pelos Adbusters, websites plagiados pelos hackers

italianos 0100101110101101.org, os websites simulados para G.W. Bush e para a OMC realizado pelo coletivo ARTMARK, e suas representações de representantes da OMC que não alteram as posições da OMC mas superidentificam (intensificam) as mesmas até o ponto do absurdo⁵. Em contraste à mídia em voga, intervenções táticas não ocupam um lugar ideológico estável a partir do qual eles colocam contra argumentos avançados; eles falam em línguas temporárias, oferecendo revelações temporárias. Mas enquanto movem a ênfase do consumo de signos para uma forma ativa de produção de mídia, a teoria da mídia tática parece ter perdido algo do contorno original da distinção de Certeau. (RICHARDSON, 2002)

Podemos perceber porque apesar da proposta conceitual e analítica de se enxergar as operações táticas e estratégicas de exercício do poder (respectivamente apropriação temporária e manutenção) de Certeau ao mesmo tempo em que abre uma possibilidade teórica de análise e de relevância das práticas ativistas atuais, tem seu limite para ser utilizada pelos ativistas de mídia. Se por um lado Certeau procura romper com determinismos quanto à passividade do sujeito “atomizado”, mostrando e procurando evidenciar astúcias microssociais e a produção silenciosa dessa maioria marginalizada, por outro ele deixa claro que seu estudo está voltado para a *síntese intelectual* desse consumidor cultural que *tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião”*. (CERTEAU, 1994) É também nesse sentido que os praticantes de mídia tática acabam se afastando da teoria de Certeau e procuram outras formas, metáforas, teóricas e conceituais – como a TAZ, happenings situacionistas, o distúrbio eletrônico, os agenciamentos maquínicos – para definirem suas práticas, tendo em vista que estas são acima de tudo discursivas e têm como intencionalidade proliferar e multiplicar as formas de inscrição e difusão do que

⁵ Para que fique mais claro que tipo de atuação seria essa de “representar representantes da OMC” podemos utilizar aqui a descrição de Adrea Dip para a revista Caros Amigos de uma ação do ARTMARK: “Um homem beirando os 30 anos de idade, supostamente representante do Gatt (acordo geral sobre tarifas e comércio internacionais), dá uma palestra sobre indústria têxtil para cerca de 180 PHDs em economia, na Finlândia. Após dizer que Gandhi era um individualista de atitudes marqueteiras e que a escravidão na Índia deveria ter continuado – a um público atento, é importante frisar –, o homem finaliza com a solução para a economia do ramo: “A tecnologia moderna nos trouxe uma ótima ferramenta para monitorar as condições de trabalho no Terceiro Mundo. Para termos certeza de que as crianças estão trabalhando bastante na produção de tecidos e ficarão cegas quando chegarem aos 15.”. Puxa seu terno preso na verdade por velcros e se torna o “Supercapitalismo”, um herói dourado dotado de um enorme falo com uma microtela de televisão na ponta, onde se vêem crianças nas linhas de produção da Índia. “Poderemos monitorar de perto nossos investimentos”, conclui o portador do arrojado big stick. Essa cena, apesar de ter acontecido em uma palestra no mundo real, para PHDs de carne e osso na Finlândia, foi organizada por um grupo ciberativista (ativismo pela Internet) chamado Art Mark, que, por exemplo, copia sites oficiais ligados a corporações, empresas financiadoras da guerra, governos fascistas etc. e insere neles informações falsas e/ou absurdas. Quando alguém digita o endereço do site oficial (da empresa/corporação) na Internet, cai na página deles e assim eles são chamados para conferências e eventos, em nome das corporações “clonadas”. “Eles vendem ações e com o dinheiro financiam atos subversivos”, diz o americano radicado na Holanda Derek Holzer, membro do Next Five Minutes, precursor do conceito de mídia tática – o apelido desse tipo de ativismo.

produzem. O objetivo principal dos midiativistas é, nesse sentido, oposto ao “objeto” de estudo que Certeau se propôs observar e pelo qual criou toda sua teoria, já que um dos pilares fundamentais dos praticantes de mídia tática é *inscrever ou ampliar discursividades e formas de discurso na esfera pública*.

Mas apesar de ser fundamental traçar essa distinção entre o uso tático de mídia “atualizado” pelos midiativistas, e a noção de ação tática de Certeau, não podemos duvidar da relevância de sua perspectiva teórica para o desenvolvimento dessas práticas mais atuais como importante ferramenta de análise e reflexão. Pois apesar de Certeau se concentrar nas ações táticas não produtoras de uma discursividade, ele desenvolve importantes ferramentas conceituais para a análise de ações que, por não serem portadoras de um espaço próprio, têm de atuar no terreno do inimigo (como um caçador nômade). E, principalmente, por ele focar sua reflexão nas relações existentes entre a razão e a ação, manifestadas em uma racionalidade situacional, dado que a ação tática não é dotada da mesma visão ampla ou panorâmica das disposições estratégicas, ela atua golpe por golpe.

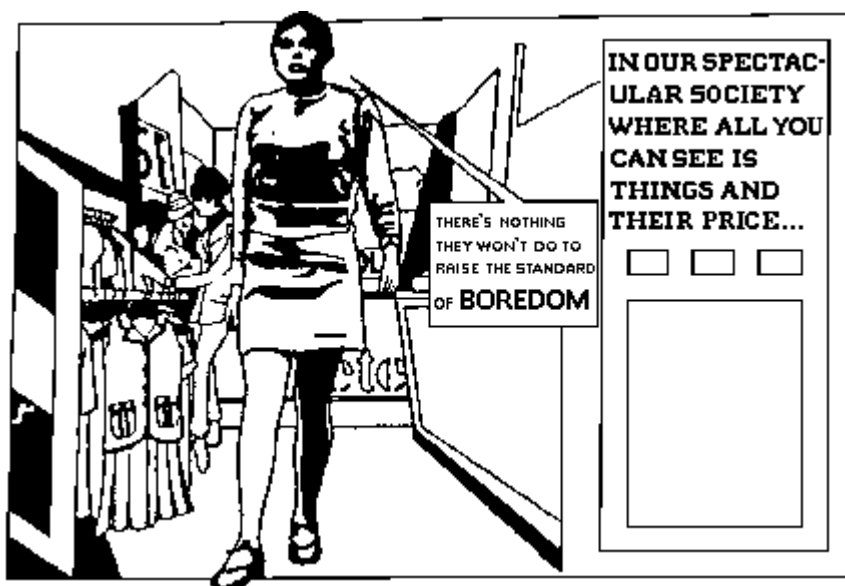
No espaço tecnocraticamente construído, escrito e funcionalizado onde circulam, as suas trajetórias formam frases imprevisíveis, “trilhas” em parte ilegíveis. Embora sejam compostas com vocabulários de línguas recebidas e continuem submetidas a sintaxes prescritas, elas desenham as astúcias de interesses outros e de desejos que não são nem determinados nem captados pelos sistemas onde se desenvolvem. (CERTEAU, p.45, 1996)

A lógica funcional capitalista deixou em seu rastro uma série de códigos e símbolos ideológicos descartáveis, que legaram às populações mais recentes imperativos paradigmáticos. Nesse sentido, esses coletivos não realizam uma reapropriação somente dos meios, mas também da linguagem, da estética dos signos e seus significantes, cortando a cadeia de sintagmas e colocando em voga outros significados possíveis para essas heranças simbólicas de status falaciosas impostas pela ordem dominante, criando ou inventando canais alternativos para outras interpretações possíveis e subversivas do ponto de vista da ideologia dominante.

O Critical Art Ensemble (CAE), um coletivo que integrou várias das discussões do N5M, e que tem contribuído amplamente para a discussão teórica sobre o “netcriticismo”, em publicações como o *Distúrbio Eletrônico* (2001) discute esse caráter da apropriação de formas comunicacionais e o papel do *trabalhador cultural*. Nessa obra analisam o papel do trabalhador cultural hoje, também inspirado na Internacional Situacionista, para caracterizar alguns dos seus conceitos. Dentre eles

temos a descrição do trabalhador cultural, ou o usuário de mídias táticas, como um *plagiador* que se apropria de símbolos culturais hegemônicos, que podem ser exemplificados como os logos, propagandas, monumentos, outdoors, ou os grandes ícones da tv, sites na internet etc., e os subverte, os descontextualiza e procura, através desse trabalho, ironizar e satirizar os símbolos dominantes e cultuados de nossa sociedade espetacular. No livro o coletivo difere, ainda, o trabalho desses midiativistas do trabalho de artistas que também desdenham da crítica cultural dominante, mas o fazem ainda de forma limitada, procurando atingir somente os críticos de arte. Segundo o CAE, o trabalho criativo do *plagiador* vai mais além do que realizar apenas uma crítica cultural e procura, através da cultura e da comunicação, num jogo conceitual, atingir e criticar outras esferas como a da política e da sociedade.

Esse jogo conceitual tem sido repetido inúmeras vezes no século XX, às vezes com propósitos muito estreitos, como no caso dos *combines* de Rauschenberg – feitos com o objetivo de atacar a hegemonia crítica de Clement Greenberg – enquanto em outras ocasiões tem sido feito para promover uma reestruturação política e cultural em larga escala, como no caso dos situacionistas. Em cada caso, o plagiador tenta abrir o significado por meio da injeção de ceticismo no texto cultural. (CAE, 2001, p.87)



Informe publicitário “detournado” por Asgner Jorn. (“Em nossa sociedade espetacular tudo o que você pode ver são as coisas e seus preços...” “Não há nada que eles não queiram fazer para elevar o padrão da CHATICE”).

Essa prática tática de trabalhadores culturais que procuram utilizar-se de símbolos e signos dominantes, descontextualizando-os com o objetivo de ampliar a gama de interpretações possíveis sobre o mesmo, parece muito semelhante ao conceito

de *detournement* criado por Lautreamont, e utilizado por Debord e Wolman na Internacional Situacionista, em seu artigo “Métodos de *Detournement*”, publicado em 1956.

26. O método *detournement* (palavra francesa para ‘desvio’, ‘descaminho’, ‘roubo’ ou ‘rapto’) foi criado por Lautreamont. A idéia é modificar frases existentes pela troca de algumas palavras ou pela adição de outras cuidadosamente escolhidas. Nas palavras de Lautreamont: ‘Palavras que expressam o mal são destinadas a terem um significado positivo. Idéias se aprimoram. O significado das palavras faz parte desse processo. O plágio é necessário. O progresso exige. (HOME,2004, p.38 nota de rodapé)

Jappe (1999), assinala que os Letristas (movimento precedente a Internacional Situacionista, do qual muitos membros e conceitos se mantiveram) adotavam esse tipo de prática não somente artisticamente mas também nas construções de teorias, onde Marx e Lautréamont foram alguns dos autores utilizados.

A “imagem” e o “espetáculo” de que fala Debord devem ser entendidos como um desenvolvimento posterior da forma-mercadoria. Têm em comum a característica de reduzir a multiplicidade do real a uma única forma abstrata e igual. De fato, a imagem e o espetáculo ocupam, em Debord, o mesmo lugar que a mercadoria e seus derivados ocupam na teoria marxiana. A primeira frase de *A sociedade do espetáculo* proclama: “Toda a vida das sociedades em que se reinam as condições modernas de produção apresenta-se como uma imensa acumulação de *espetáculos*.” Trata-se de um “afastamento” da primeira frase de *O Capital*: “Toda vida das sociedades modernas nas quais reinam as condições modernas de produção apresenta-se como uma imensa acumulação de mercadorias”. (JAPPE, 1999, p.36)

O autor explica que este tipo de prática situacionista também estava movida por um desejo de se contrapor a uma tradição burguesa que prezava a originalidade e a propriedade privada, e enfatiza que eles não realizavam apenas um trabalho destrutivo, mas também criativo ao re-contextualizar sejam teorias sejam signos ou símbolos publicitários, possibilitando novos significados ou interpretações.

Enquanto a *colagem* dadaísta se limita a uma desvalorização, o *afastamento* baseia-se numa dialética de desvalorização e revalorização (IS, 10/59), negando “o valor da organização anterior da expressão” (IS, 3/10). Os elementos assumem aí um novo sentido. Já se pode observar aqui a aspiração de Debord a superar a pura negatividade que havia distinguido Dada. (JAPPE, p.84, 1999)

O autor ainda identifica a obra de Debord, *A Sociedade do Espetáculo*, como o maior exemplo desse tipo de prática. Segundo Jappe, o conjunto de aforismas que compõe a obra seria uma compilação de uma série de *afastamentos* (ou *detournement*) de muitos teóricos, dentre eles Marx, Bossuet e Thomas De Quincey.

Teorizado sistematicamente num artigo do Debord e Wilman, em 1956, o *afastamento* foi um dos aspectos mais característicos dos letristas e dos situacionistas: os quadros *kitsch* reproduzidos por Jorn, os desenhos animados compostos com novas legendas, os filmes de Debord quase exclusivamente construídos a partir de fragmentos de outros filmes, constituem diferentes formas de *afastamento*. O exemplo máximo é *A sociedade do espetáculo*. Reconhecer todas as citações alteradas presentes no texto exige uma sólida cultura. (JAPPE, 1999, p.84)

A questão da originalidade, da autoria e da propriedade, presente como alguns dos alvos principais das críticas e ações Situacionistas também aparece como alvo do midiativistas na atualidade. Mas com um forte potencializador, proporcionado pelo arcabouço tecnológico, que facilita mixagens de imagem, texto e som, além de facilitar as produções colaborativas como o hipertexto, e também proporcionar uma série de canais de livre distribuição de informações pela internet. Dentro desse novo paradigma tecnológico para esses midiativistas a *originalidade artística* parece ter perdido a ênfase em prol da *criatividade artística*, e prioriza então a habilidade desses atores de intervir artisticamente em produções já existentes.

Lucia Santaella (1996) denomina este tipo de produção artística ou cultural como um ato de *tradução*, como se esse trabalho de *afastamento* cultural fosse uma espécie de interpretação atualizadora de bens e signos culturais. Antes de mera cópia ou reprodução de algo já existente numa colagem sem significado, esta tradução sempre transmite uma intencionalidade e um posicionamento político, já que ao se optar por um projeto estético sempre há de se fazer escolhas sobre quais elementos do passado se utilizará e com que outros elementos ou símbolos se re-contextualizará os mesmos; não há como realizar essas escolhas sem estar automaticamente expondo o posicionamento de quem as realizou.

Esse processo não se dá mecanicamente, ao se realizar essas escolhas, ao se posicionar, é preciso também inserir um esforço criativo para se alcançar o objetivo almejado. O que a autora tenta explicitar é que essas novas formas de produzir arte, com todas as dificuldades de se definir exatamente o que seria arte, apesar de utilizarem outros meios e de não se enquadrarem em um sentido mais clássico de originalidade,

não deixam por isso de serem imbuídas de um impulso criador e também produtor de sentido.

Explicando: embora a criação possa coincidir com o que ainda é designado como sendo arte, tal coincidência nem sempre ocorre. Há produtos que, sob o peso da tradição, são considerados artísticos sem que por eles perpassasse nenhuma pulsação criadora. Há outros, de outro lado, que, por não estarem pousados ou circulando nos circuitos ditos artísticos, podem estar cintilando como “pontos luminosos” bem na frente de nossos narizes, sem que se alerte para sua força criativa. (SANTAELLA, 1996, p.168)

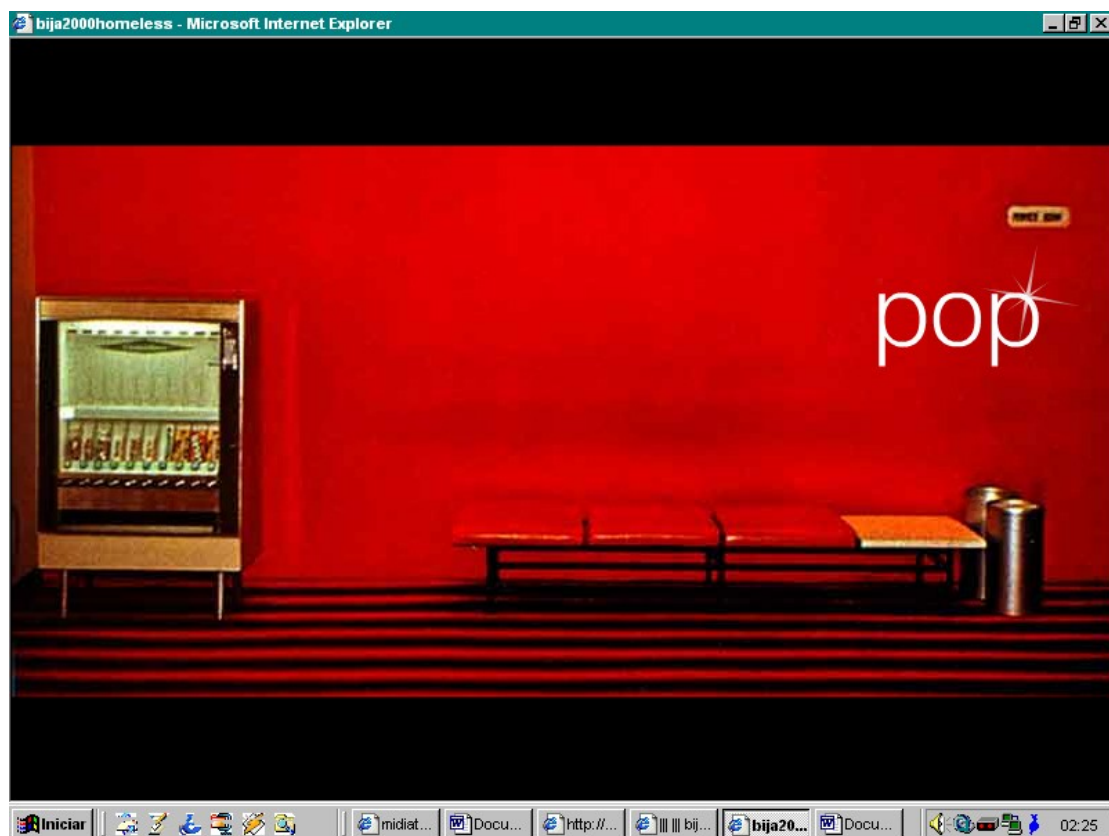
Esse tipo de *afastamento* praticado pelos midiativistas na atualidade, pode ser exemplificado com ações freqüentemente utilizadas por eles, como subversão de outdoors – que pode ser realizada através de pichações ou colagem de informações adicionais e questionadoras no outdoor - , pichação de monumentos, colagem de Lambe-lambes nas ruas – como por exemplo o satírico Lambe Lambe desenvolvido para o MTB, contendo uma imagem do rosto Cid Moreira no estilo silk de Andy Warhol em cor de rosa, acrescido de uma frase que foi utilizada em campanhas evangélicas : “A TELEVISAO É A IMAGEM DA BESTA”.



Ou ainda pode ser caracterizada como subversão de logotipos como as realizadas pelo coletivo americano ADBUSTERS, que tem interessantes intervenções como com

os logos da COCA-COLA ou da Nike. São intervenções visuais que “brincam” ironicamente com os logos ou simplesmente os encobrem com um *black spot* (ponto preto) que colam sobre os logos ou sobre o rosto das fotos de modelos nos outdoors, ou mesmo o trabalho de alguns coletivos que atuam na área audiovisual, mais tecnológica, como o coletivo brasileiro Bijari, que produz curtas vinhetas com alto padrão de imagem, muito próxima da linguagem publicitária, mas que contém um grau de crítica muito forte como a “campanha” ANTIPOP disponível em seus sites.

O projeto ANTIPOP surgiu em 2000, na cidade de São Paulo. Nascia como uma crítica ao mundo superficial da publicidade e pretendia revelar na realidade cotidiana urbana pontos de resistência a esse ideal imposto. Ao ser deslocado para Havana criou duplo sentido, pois em Cuba não existe publicidade e tão pouco o estrelato: a estrela é o símbolo nacional ? o que és ANTIPOP? (BIJARI, 2005)





Foi interessante observar, dada as devidas distinções históricas, que o projeto Antipop tenha se deparado, ao tentar transpor seu trabalho para Cuba – um dos últimos redutos do mundo que ainda se auto intitulam socialistas-, com um modelo de espetáculo que Debord denominaria *espetacular concentrado*, bem amparado pela forte

figura do estadista Fidel Castro, que poderia ser, com as devidas proporções, comparado a um ícone de Cuba, e talvez até mesmo do imaginário mundial, dado sua forte popularidade como símbolo de resistência em um período em que o triunfo capitalista parece se apresentar como inevitável.

Uma das características principais do espetáculo para Debord é sua eterna reafirmação do presente, por meio de uma negação da história, num processo de eterna tautologia, que se presta a justificar e manter as próprias condições de existência. Mas o espetáculo para Debord não se restringiria apenas às sociedades capitalistas, ele se configura, para o autor, como o último estágio do desenvolvimento das formas produtivas e da mercadoria, e como tal este se configura como um fenômeno mundial. Ele se desenvolve em todos os sistemas sócio-políticos do mundo, mas não de forma homogênea. Segundo ele existem diferentes formas de desenvolvimento do espetáculo é por isso que ele diferencia o *espetacular concentrado* do *espetacular difuso*.

Para ele o *espetacular difuso* seria mais desenvolvido economicamente e se manifestaria de forma mais sutil, lançaria mão de diversas formas de entretenimento, publicidade e consumo, e seria portador de outras formas de ludibriar, formas de não permitir que os indivíduos se inter-relacionem e se inter-comuniquem sem suas mediações “lúdicas”. Enfim conseguiria impor sua dominação sobre os indivíduos de forma mais velada. O *espetacular concentrado*, por sua vez, seria menos desenvolvido economicamente, e não teria os mesmos recursos para exercer uma dominação velada. Este para impor e manter sua hegemonia, lançaria mão de formas mais explicitamente coercitivas, como aparatos policiais, violência, ou mesmo a figura forte de um estadista.

Ao lado dos países em que a mercadoria se desenvolve livremente, aparece sua pseudonegação: as sociedades dominadas pela burocracia de Estado, como a União Soviética, a China e muitos países do terceiro mundo. Esses regimes, bem como os governos fascistas instaurados nos países ocidentais em tempos de crises, são chamados por Debord, em 1967, de “poder *espetacular concentrado*”. O fraco desenvolvimento econômico dessas sociedades, comparado com o das sociedades do “*espetacular difuso*”, é compensado pela *ideologia* como mercadoria suprema; seu ponto culminante é a obrigação para todos de identificarem com um chefe, que se chame Stálin, Mao ou Soukarno. O espetacular concentrado é pouco flexível e, em última instância, governa graças à sua polícia. Sua imagem negativa tem, no entanto, sua função na “*divisão mundial das tarefas espetaculares*” (Sde, §57): a burocracia soviética e suas ramificações nos países ocidentais, isto é, os partidos comunistas tradicionais, representam ilusoriamente a luta contra o espetacular difuso. (JAPPE, 1999, p.23/24)

É óbvio que Debord está se referindo há outro contexto histórico, e que realizar esses tipos de transposições pode ser uma operação perigosa, em muitos casos até mesmo desastrosa, mas entendemos aqui que para o autor todas as formas que não proporcionam autonomia aos indivíduos, que estabelecem condições de opressão, veladas ou não, se configuram como uma forma de negação da emancipação humana. Assim como viver em um sistema aparentemente democrático, onde se pode ter acesso a mercadorias, a “livre expressão”, e até mesmo a meios de comunicação não significa que vivemos em uma sociedade emancipada; viver em uma sociedade que se auto intitula socialista, que nega a propriedade privada, onde não se veiculam enxurradas publicitárias, nem atuam mídias corporativas de massa, não quer dizer necessariamente que esteja se encaminhando para uma emancipação humana, outras experiências históricas anteriores, como bem aponta Debord, já nos demonstraram isso.

Seguindo com os exemplos de *detournement*, há ainda o trabalho de adaptação livre de uma letra por Daniel Lima - de música americana do compositor Gil Scott Heron (The Revolution Will not be televised) -, do coletivo A Revolução não será Televisionada, que criou inclusive um curta musical muito instigante apresentado no MTB. Nessa adaptação brinca-se com nomes de grandes ícones da TV brasileira, e as frases da livre adaptação, disponível no site integralmente no blog inclusive impressa em folhetos para divulgação do evento com os seguintes dizeres:

A REVOLUCAO NÃO SERÁ TELEVISIONADA

Você não poderá ficar em casa, irmão. Você não poderá sentar na poltrona.

Você não poderá se perder na troca de canais durante o jogo de futebol, porque

A revolução não será televisionada. A revolução não será televisionada

[...]

Roberto Marinho, Roberto Civita, Silvio Santos e bispo Edir Macedo

Não decidirão o que todos vão ver e ouvir. Empregados, escravos e malandros

Não serão a cara da minha nação, pois os negros estarão nas ruas por um dia

Melhor. A revolução não será televisionada.

A revolução não virá a seguir, depois dos comerciais de pasta de dente

Refrescante, cerveja gelada e absorvente extrafino. Você não terá que se

Preocupar com a sujeira da cozinha, os juro mais baixos ou com a pele mais

Suave

A revolução não será melhor com Coca Cola. A revolução não será o melhor

Carro popular. A revolução colocará você na direção. A revolução não terá

reprise;

A revolução será ao vivo. (MTB, 2004A)

O coletivo “A Revolução não será Televisionada”, assim como as experiências de televisão comunitária analisadas anteriormente, é composto por um núcleo de quatro integrantes para realizar a edição, a direção, a produção, a redação e a pesquisa. As

tarefas são executadas coletivamente, não havendo hierarquização ou subdivisão na execução dos projetos. Além desse núcleo, que poderíamos aqui denominar de “central” ou mais propriamente “constante”, o coletivo trabalha em colaboração com uma série de outros grupos, dependendo e variando do tipo de projeto e da disponibilidade desses indivíduos ou coletivos. Eles realizam projetos na área da vídeo-arte – tendo alguns de seus vídeos exibidos pela TV USP -, performances e intervenções urbanas, de rádio, e estão iniciando projetos na internet.

Para entender A REVOLUÇÃO NÃO SERÁ TELEVISIONADA temos que imaginar um macro sistema. No centro gravitacional temos os integrantes ativos Daniel Lima, André Montenegro, Fernando Coster e Daniel Labra. Girando ao redor, estabelecendo participações constantes temos o núcleo musical Unidade Móvel que dá apoio sonoro. Um pouco mais distante, mas não menos importante seguem os artistas e grupos que têm grande correspondência com os princípios da Revolução como: Lia Chaia, Bijari, Ricardo Ramalho, Tiago Judas e outros. (ROSAS, 2006)

O trabalho produzido pelo coletivo se propõe a ser explicitamente político, e apesar de trabalhar principalmente na área da vídeo-arte – mais comumente popularizada pela mídia de massa e tendo como principal veículo disseminador a MTV, fortemente influenciada pela cultura pop americana – apostam na possibilidade de inserir um conteúdo crítico por meio da apropriação desta forma de linguagem. Isso porque o coletivo parte do pressuposto de que toda a *criação, assim como toda a ação, é sempre política*. Nesse sentido o coletivo acredita que mesmo quando uma produção tende a aparecer esteticamente como superficial ou imbecilizante está se posicionando politicamente. A escolha desde a abordagem dos temas até a forma de dispor os mesmos implica em um posicionamento ético, estético e político. A escolha dos temas e da forma de abordá-los realizada pelo coletivo prima pela criação de ações comunicativas que questionem e indaguem a hegemonia do discurso dos meios de massa. Ricardo Rosas apresenta uma interessante definição do trabalho do coletivo:

O resultado por vezes causa um certo mal-estar, ou seja, incomoda (no melhor sentido da palavra), o que, para bom entendedor, passa bem longe das amenidades *tutti-frutti* da TV brasileira, acostumada a Big Brothers, Faustões e bobagens do tipo, e faz pensar – coisa difícil de imaginar quando se fala de televisão. Não há aqui concessões ao “bom gosto burguês” ou ao pop adocicado e inofensivo da MTV. Há um certo sabor transgressivo de “terrorismo poético”, tal como pensava Hakin Bey, e alguma dose de paranóia (“alguém sabe que você está vendo isso?”), o que não esconde uma risada irônica destes tempos de guerras e fundamentalismos. (ROSAS, 2006)

Esse trabalho rendeu inclusive um outro, o do coletivo de Recife, Mídia Sana, que trabalha com intervenções de rua com telões e áudio, satirizando o conteúdo das emissoras, e realizaram também um curta musical com o título “A TELEVISAO NÃO SERÁ REVOLUCIONADA”.

Além desse conceito de *detournement* reutilizado da Internacional Situacionista, os midiativistas, ao desenvolverem esse tipo de trabalho, parecem adotar esses signos e símbolos de uma forma bem próxima a de outro Situacionista, Raoul Vaneigem, que em sua obra *A Arte de viver para as novas gerações* (2002), explora o terreno da linguagem e destaca o caráter subversivo dos símbolos e signos culturais. Segundo a visão do autor, a linguagem e cada um de seus componentes, as palavras, possuem em si um caráter ideológico, a forma de nos expressarmos e a linguagem que utilizamos e que nos é imposta colaboram para moldar nossas experiências. Nas próprias palavras do autor “a linguagem apodera-se da experiência vivida, aprisiona-a, esvazia-a da sua substância, abstrai-a.”(p.112) Nossas perspectivas sobre a vida são expressas através da linguagem e da utilização de certos signos que, de certa forma, representam nossas hierarquias morais e nossos valores, que são constantemente reproduzidos e internalizados em nosso cotidiano. Por isso, para o autor,

A ideologia é a mentira da linguagem; a teoria radical, a verdade da linguagem. O conflito entre elas, que é o do homem e da parte de desumano que ele segrega, preside à sua transmutação em realidades metafísicas. Tudo aquilo que os homens fazem e desfazem passa pela mediação da linguagem. O campo semântico é um dos principais campos de batalha em que se defrontam a vontade de viver e o espírito de submissão. (VANEIGEM, 2002, p.111)

Mas para o autor, e assim parece ser também para os ativistas atuais que subvertem esses símbolos e códigos culturais, essa linguagem não está perdida, é terreno de disputa, visto que os significados das palavras e símbolos não são inerentes às coisas ou objetos e sim atribuições culturais que aplicamos aos mesmos. Visto que são criações culturais, esses signos e significados podem então ser “re-inventados”. Parece ser dessa forma que o autor enxerga o “duplo-caráter” dos símbolos culturais dominantes, e ainda parece ser com esse propósito que os trabalhadores culturais da atualidade subvertem e ironizam nossos símbolos culturais. Nas palavras de Vaneigem:

Os signos são por isso o ponto de fuga do qual divergem as perspectivas antagonistas que dividem o mundo e o constroem: a perspectiva do poder e a perspectiva do querer viver. Cada palavra, cada idéia, cada símbolo é um agente duplo. (VANEIGEM, 2002, p.112-113)

Esse conceito de mídia tática mais atual também se encontra contextualizado sob um mundo estruturado de signos e símbolos que são apropriados e manipulados ideologicamente pelo sistema capitalista e que assim cria e recria modas e costumes, condutas e estilos descartáveis e consumíveis em constante transformação, mas que mesmo assim são marcados por um forte mecanismo de controle fundamentados na liberdade como defesa da propriedade privada e pela defesa de uma ordem econômica na qual valorizam as coisas acima dos interesses mais propriamente humanos. O mundo continua se apresentando e desenvolvendo em meio à contradições e promessas não cumpridas, mas sob uma *nova intransparência* (HABERMAS, 1987), que através do espetáculo e de uma idéia falaciosa de liberdade baseada no consumo, oculta um sistema produtor de desigualdade, que não representa nem politicamente nem culturalmente a realidade, ou a totalidade concreta de condições as quais a imensa maioria da população está submetida.

Outro importante conceito que é amplamente associado a esse tipo de ação é o de **Zona Autônoma Temporária**, criada por Hakim Bey (2002) e apresentada em seu livro *TAZ* (2001). Segundo esse autor, inspirado em seus estudos sobre Utopias Piratas e nas possibilidades de criação de enclaves livres de Bruce Sterling – escritor de ficção científica cyberpunk – a TAZ (abreviação em inglês de Temporary autonomous zone - zona autônoma temporária), seria uma forma ou tática de ação possível dentro de uma realidade atual onde o Estado assume características de uma megacorporação de informações, poderoso demais para ser confrontado diretamente. Esse espaço denominado TAZ seria um espaço ocupado, por um curto tempo, destinado à experimentação de formas autônomas e alternativas de relações sociais fora do domínio opressor do Estado, e proporcionaria aos indivíduos oportunidades de experienciar novas perspectivas e potencialidades, mas sem correr o risco de que essa zona seja cooptada, mediada e destruída pelo espetáculo.

A TAZ é uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se re-fazer em outro lugar e outro momento, *antes* que o Estado possa esmagá-la. Um a vez que o Estado se preocupa primordialmente com a Simulação, e não com a substância, a TAZ pode, em relativa paz e por um bom tempo, ‘ocupar’ clandestinamente essas áreas e realizar seus propósitos festivos. (BEY, 2002, p.17)

Segundo o artigo de Geert Lovink *Uma recente história da cibercultura dos anos 90 – Futuros recentes: TAZ (Zonas Autônomas Temporárias), Wired e a internet*, (<http://aleph-arts.org/pens/futuros.html>, acessado em 03/03/2005) esse conceito de Bey teve, dentre outros canais de disseminação, uma divulgação a partir da revista Mondo2000, um impresso cyberpunk americano que, segundo Lovink, nesse contexto, ajudou a pavimentar um caminho bem comercial para a cibercultura do oeste do Estados Unidos. Isso porque o conceito criado por Hakin Bey se propõe a ser uma forma que se contrapõe diretamente ao estado, e que preconiza táticas de ação para se manter fora de seu âmbito de ação, o que para ideais ultraliberais pode parecer bem apropriado.

Essa vertente, mais propriamente comercial e mais intensamente individualista, também faz uso das novas tecnologias como uma espécie de “utopia” tecnológica ou digital, e é identificada por Richard Barbrook e Andy Cameron⁶ em seu Manifesto Cibercomunista, como Ideologia Californiana (1996).

E faz-se aqui importante realizar uma breve descrição da mesma, a título de esclarecimento, quanto algumas das distinções ideológicas fundamentais, se assim pudermos classificar, que separam os ativistas norteados pelo conceito de mídia tática de determinados grupos que acreditam em saídas extremamente individualistas fechados exclusivamente nos guetos da Internet e suas ferramentas tecnológicas.

Essa breve descrição também se faz necessária já que ela tem sido mencionada na lista de discussão da Nettime, não só por Geert Lovink, mas também por outros que refletem sobre o Net criticismo como Richard Barbrook e Andy Cameron, que procuram a todo tempo refletir os possíveis rumos que as apropriações midiáticas podem tomar, e os “perigos” que estas pode enfrentar em seu processo. Dentre esses possíveis “perigos”, poderiam ser listados a extrema euforia em relação à tecnologia, a individualização exacerbada de seus objetivos, a apropriação ou direcionamento comercial de suas propostas e assim por diante.

Essa discussão evidencia um debate interno entre os próprios midiativistas, e entre os estudiosos do assunto, quanto a validade ou não de se vincular suas ações a instituições como o Estado, se este se apresentaria mais como um potencializador ou um cooptador dessas ações.

O papel que o netcriticismo procura desempenhar dentro do uso tático de mídia (que apesar de adotar uma forma organizacional dê-s-hierarquizada, des-centralizada,

⁶ São membros e professores do Hypermedia Reaserch Centre da Universidade Westminster, Londres e colabores da lista Nettime e da publicação organizada pela lista *Read Me*.

ênfatisa possibilidades de inserção de práticas ou individuais ou coletivas sobre partes da realidade social) é o de manter suas críticas particulares relacionadas a um conjunto ou complexo de relações sociais mais amplas. Por isso, a auto-reflexão crítica se faz tão importante para atores sociais que parecem caminhar durante todo o seu percurso entre uma linha muito tênue entre um reformismo fragmentado e uma contribuição mais ampla para o desenvolvimento de novas metodologias e noções de comunidade(s).

A Ideologia Californiana, segundo Cameron e Barbrook, surge no contexto norte americano no final do século XX, quando para o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade da informação dependem cada vez mais da intensificação das forças criativas do trabalho humano. Segundo esses autores a Ideologia Californiana foi uma espécie de resultado de uma mistura de duas “correntes” tipicamente americanas, uma que provinha de uma ideologia libertária dos hippies dos anos 60, e outra mais contemporânea dos jovens entusiastas empresariais yuppies.

A revista americana *Wired* seria também uma das principais divulgadoras dessa ideologia, que segundo Bifo (2003) se intensificou e se aprofundou na década de 1990 quando o sistema semiótico e o sistema econômico passaram a funcionar em simbiose. A economia de rede é *um modelo produtivo empresarial que se desenvolveu à medida que a rede ia articulando suas estruturas tecnológicas, suas feições tecnolinguísticas e tecnossociais, seus processos de trabalho e suas modalidades comunicativas.* (Bifo, 2003)

Essa geração de empresários do ciberespaço identificada pelos autores citados acreditava que a rede eletrônica poderia proporcionar um espaço de pleno desenvolvimento das potencialidades sociais se não sofresse interferências diretas do Estado, uma espécie de neoliberalismo hi-tech centrado na produção semiótica.

Há toda uma linha de pensamento que quis apresentar a economia da rede como sendo a perfeição em termos de modelo capitalista, como uma forma de capitalismo finalmente depurado de crises (*the long boom* sobre o qual fala Peter Schwartz e outros autores da *Wired*). Para Kevin Kelly, a rede seria uma espécie de realização do darwinismo. A sobrevivência do mais forte se manifesta na sua forma pura quando os sinais tomam o lugar dos corpos físicos e, portanto, a luta pela sobrevivência se desenrola no terreno de uma perfeição de performances das engrenagens semióticas: programas de informática, mensagens comunicativas, feições linguísticas ou gráficas e assim por diante. (BIFO, 2003, p. 292 293)

Fortemente influenciados pela visão otimista de McLuhan com relação ao desenvolvimento tecnológico e seu suposto potencial emancipador, esta ideologia

originada no oeste americano, por ser um grande pólo de desenvolvimento de alta tecnologia, é pautada por interesses individuais e comerciais, direcionada à “classe” mais privilegiada dentro da era informacional, que seriam todos aqueles indivíduos que conseguiram se inserir em posições mais vantajosas frente às reestruturações produtivas que as novas tecnologias proporcionaram. Os integrantes dessa “nova classe privilegiada”, os *digerati* (Bell, 1973; Toffler, 1980; Kelly, 1994 apud. Barbrook) foram definidos por Cameron e Barbrook como: “nerds de computador, capitalistas inovadores, ativistas sociais, acadêmicos modistas, burocratas futuristas e políticos oportunistas espalhados pelo país (EUA)”. (BARBROOK & CAMERON, 1996)

Quem poderia imaginar que uma mistura contraditória de determinismo tecnológico e individualismo libertário se transformaria numa ortodoxia híbrida na era informacional? E quem poderia ter suspeitado de que nesse movimento a medida que a tecnologia e a liberdade foram sendo mais e mais adoradas, fosse ficando cada vez menos e menos possível dizer qualquer coisa sensível sobre a sociedade na qual eles estão inseridos? (BARBROOK & CAMERON, 1995)

Segundo o artigo desses autores lançado no N5M3 (pela lista nettime) e também na análise desenvolvida por Bifo, a visão extremamente individualista desta corrente se apresenta de forma não crítica e por muitas vezes contraditória. Exaltam o posicionamento privilegiado que dispõem dentro de nosso sistema defendendo com grande otimismo o alto desenvolvimento tecnológico que proporciona, para essa “classe privilegiada”, maior liberdade na produção de seus trabalhos, salários mais altos, dentre outros benefícios, pouco se importando com o quadro mais amplo no qual toda a sociedade está inserida, e não conseguindo perceber que sua própria situação, onde se por um lado se apresentam ligados a contratos de trabalhos bem remunerados, mas por outro não garantem uma colocação estável de emprego por muito tempo frente a precarização e flexibilização do trabalho em todas as esferas.

A visão apresentada por David Ignatius é um prolongamento da realidade que já conhecemos: a realidade das fortalezas superprotegidas e teleconectadas. Os membros da classe virtual planetária se fecham em ambientes herméticos nos quais só é possível entrar conhecendo os códigos de acesso. Enquanto a *underclass* planetária se acotovela lá fora em meio a tempestades de violência, miséria e fogo, a classe virtual conduz os seus tráficos econômicos e culturais sem necessidade alguma de sair da própria cápsula conectada a outras cápsulas. (BIFO, 2003, p.300)

Essa posição contraditória também pode ser percebida em outros aspectos. Segundo os autores, a Ideologia Californiana argumenta que as novas tecnologias proporcionam um maior poder individual, liberdade individual, e uma redução radical dos poderes dos estados-nação. Acreditam e defendem que as estruturas de poder definirão e serão substituídas por interações entre indivíduos autônomos no ciberespaço que se apresenta a esses ideólogos como o espaço propício para a realização dos indivíduos sem a necessidade de mediações ou controles estatais.

Porém, apontam os autores, a despeito dessa repulsa por toda e qualquer instituição governamental esses indivíduos parecem se esquecer, ao se aprofundarem nesse ideal individualista exacerbado, que o próprio desenvolvimento da sua tão aclamada tecnologia só foi possível graças a um processo colaborativo entre financiamento do Estado, desenvolvimento acadêmico, e criação da contra cultura (DIY) da época que desenvolveu boa parte desse sistema sem interesses empresariais.

Um outro fator que Bifo levanta e que vem contrariar a ilusão que a Ideologia Californiana sustenta, a saber, que a infoprodução poderia garantir um espaço seguro e estável para o pleno desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos que tenham as habilidades necessárias para se destacar na mesma, é a crescente crise pela qual esse setor vem passando. Segundo esse autor, a rede eletrônica estaria passando por uma crise da superprodução de sinais. Essa crise seria decorrente da discrepância que existe entre o tempo da produção e o tempo da absorção das informações produzidas. Segundo dados analisados pelo autor, as estruturas para transmissão e reprodução de conteúdos estão sendo continuamente desenvolvidas, e mesmo com a imensa quantidade de conteúdo desenvolvido diariamente e que avoluma o intenso fluxo comunicacional, o mundo inteiro utiliza apenas 2% do total da fibra ótica que é disponibilizada mundialmente.

É nessa assimetria entre espaço cibernético e tempo cibernético que se encontra a base da crise de superprodução que o sistema da *net-economy* vem atravessando. Como no sistema industrial clássico, quando não se encontram aberturas no mercado a produção deve ser contida e reduzida e, portanto, devem ser reduzidos os membros da classe virtual, colocando em situação de desemprego os produtores de mercadoria semiótica. Aqui encontramos a causa principal para a atual crise da classe virtual que vem sendo posta diante da sua realidade social de agente cognitivo. (BIFO, 2003, p.309)

Esperamos ter conseguido deixar claro aqui a distinção entre Mídia Tática e a Ideologia Californiana, embora ambas compartilhem o conhecimento, o

desenvolvimento tecnológico e o reconhecimento de suas potencialidades e que realizam também, mas não exclusivamente, trabalhos relacionados a tecnologia de ponta, seguem ideais e princípios distintos a uma lógica puramente individualista e comercial. O próprio formato dos encontros, a livre disponibilização de materiais na internet, e seus trabalhos com imigrantes ou comunidades oprimidas, deixam claro a diferenciação de seus objetivos. Por mais que os midiativistas sejam movidos por um anseio de interferir e interagir no cotidiano sem que necessariamente haja uma intervenção estatal, ou institucional, estes não são movidos pelo desejo de destruição destas instituições, mas sim pela ineficácia e passividade atual das mesmas para solucionar os problemas existentes, mas com a forte noção de que, assim como a TAZ, o trabalho com o uso tático de mídia muitas vezes emerge sabendo o momento de desaparecer. Quando não é mais útil, funcional, ou foi cooptado por algum interesse mercadológico, perde a razão de existir.

Recentemente, muitas iniciativas morreram devido a sua super exposição ao Sistema. Táticas significam saber como atacar e desaparecer, no momento certo, antes que seja tarde. [...] Agir taticamente nos dias de hoje talvez também signifique desaparecer, não aceitar todas as ofertas e canais, saber selecionar. (NETTIME, 1999)

Entretanto, para além de suas possíveis apropriações comerciais, a TAZ foi uma importante ferramenta conceitual para as práticas dos midiativistas que pretendem realizar uma crítica cultural e social. Ações de coletivos como o **Reclaim The Streets**, que promovem ocupações temporárias nas ruas em várias partes do mundo reivindicando o direito ao uso dos espaços das ruas, praças e locais públicos - mais freqüentemente projetados para a circulação de carros, controlado e vigiados pelas instituições policiais e utilizados para divulgação de material publicitário – é um dos coletivos que adotam o modelo de Zona Autônoma Temporária de forma mais intensa.

É uma das ironias de nossa época que, agora, quando a rua se tornou a mercadoria mais quente na cultura da publicidade, a própria cultura das ruas esteja sitiada. De Nova York a Vancouver e Londres, punições policiais por grafites, colocação de pôsteres, mendicância, arte em calçadas, flanelinhas, jardinagem comunitária e vendedores de comida. Está rapidamente se criminalizando tudo o que, na vida de uma cidade, pertencia à rua. Essa tensão entre a mercantilização e a criminalização da cultura das ruas se revelou de uma forma particularmente dramática na Inglaterra. (KLEIN, 2001, p.226)

Seja para quebrar o fluxo cotidiano e normatizado desses espaços, seja para articular suas ações com protestos ou greves⁷, ou mesmo para protestar contra corporações multinacionais, a tática do Reclaim The Street (RtS) fortemente inspirada também nos happenings Situacionistas, consiste em tomar as ruas inesperadamente e promover eventos festivos, ocupando esses espaços.

Como a localização das raves originais, o local das festas RTS, é mantido em segredo até o dia em que acontece. Milhares se reúnem no lugar de encontro escolhido, do qual partem em massa para um destino conhecido somente por uns poucos organizadores. Antes de a multidão chegar, uma van equipada com um potente sistema de som, sorrateiramente é estacionada na rua a ser resgatada. Em seguida, são planejadas algumas formas teatrais de bloquear o trânsito - por exemplo: dois carros velhos deliberadamente batem e uma falsa luta é encenada entre os dois motoristas. (KLEIN, 2001, p.264)

Existem grupos do RtS em mais de trinta cidades espalhadas pelo mundo, e muitas vezes eles realizam essas ocupações de rua articuladas em várias cidades do mundo simultaneamente. Eles partem do pressuposto de que o sistema dominante comercializa e enfatiza a divulgação do medo e do caos nos espaços públicos para reafirmar seu poder social, e procuram promover ações festivas temporárias nesses espaços como forma de re-apropriação dos mesmos. Como procuram realizar várias dessas ações simultaneamente, não apenas em cidades distintas, mas também muitas na mesma cidade, procuram multiplicar, reproduzir essas pequenas crises de modo que fique mais difícil ao Estado e suas forças policiais tentarem controlá-las.

O sistema dominante comercializa a crise e o medo para reafirmar o controle social. A estratégia ativista, de marcar encontros para ações internacionais coordenadas, poderia ser a de reproduzir, multiplicar estas crises. Essas crises são de curta duração quando os níveis de propaganda e de doutrinação parecem ser indestrutíveis. A crescente dependência da web para divulgar informações pode ser muito perigosa agora que o estado e as transnacionais estão aumentando os recursos de vigilância, e de distorção das propagandas e ações ativistas. Decentralização não é apenas um posicionamento político, mas uma necessidade tática. (AUGUSTIN, 2004)

Geralmente eles divulgam suas ações no momento em que elas estão para acontecer, instalam uma rádio pirata, começam a distribuir panfletos explicando o propósito da ação, colocam aparelhagens de som e convidam as pessoas a participarem

Dentre as colaborações com outros movimentos o RtS de Londres realizou uma grande ação em colaboração com um grupo de Estivadores de Liverpool. Era uma nova aliança que foi além do tático, e que deixou o estado nervoso. Terminou com excessos policiais cercando cerca de 15000 pessoas que festejando ilegalmente nas ruas do centro de Londres, duas semanas antes das eleições públicas. (RTS N5M3)

do evento, quando menos se espera a ação já está ocorrendo, e quando a polícia é finalmente ativada a zona autônoma temporária se desfaz, tudo o que ela deixa é a lembrança da experiência vivida pelas pessoas que tomaram parte dela, cada ação é única.

Mais do que objetivos imediatos (criação, diversão, intervenção imediata contra a violência absurda de nossas cidades, prazer, rebeldia, liberdade, ar limpo, um convite aberto para a comunidade....), a festa de rua tem funcionado como um foco para expandir diversidade e espontaneidade, uma plataforma para promover uma luta mais efetiva. Uma conferência tática onde o assunto se torna mensagem, como percepção de cada indivíduo. Os grupos RtS não encenam eventos para mídia; eles são muito cautelosos sobre seu poder para recuperação e o perigo de se manter relações de dependência. O meio mais efetivo de propagação tem sido oral: pessoas vivem uma experiência importante e então contam para outras pessoas sobre isso. Nunca se recria ou reencena a inspiração para verdade, o Carnaval não regulado é mais velho que o sistema que o repreende. (AUGUSTIN, 2004)

A idéia de se utilizar essas pequenas encenações para instaurar zonas autônomas temporárias tem o propósito de propor aos indivíduos - de forma provocativa num espaço e tempo longe do controle do estado corporação - momentos para romperem com a passividade cotidiana internalizada. As ações promovidas pelo ArtMarkt, descritas anteriormente, e uma série de intervenções urbanas promovidas por coletivos partem desse princípio experiencial, seja para evidenciar o controle já naturalizado pelos indivíduos, seja para promover ações contra corporações multinacionais ou instituições, como foi o caso do ACTUP que promoveu uma ação na Catedral Saint Patrik contra o Cardeal O'Connor. Essas intervenções urbanas, ou happenings foram muito utilizadas pela Internacional Situacionista, que via nessas ações a oportunidade de romper com a passividade cotidiana dos indivíduos por meio de “encenações” nas ruas que procurassem provocá-los.

O grupo de Isou dedica-se, além disso, à organização de pequenos escândalos, fáceis de serem provocados nessa época, interrompendo apresentações teatrais, inaugurações de galerias de arte e festivais de cinema. Tudo isso, ligado a uma prática não conformista da vida, torna o movimento atraente até mesmo para certos jovens cujas preocupações não são, em sentido próprio artísticas. Na Páscoa de 1950, ocorreu um escândalo espetacular na catedral de Notre-Dame: um jovem disfarçado de dominicano sobe ao púlpito e anuncia aos fiéis que “Deus está morto”. Este ato termina com uma tentativa de linchamento, uma prisão e fatos nos jornais. (JAPPE, 1999, p.71)

Podemos perceber pela breve descrição das ações realizadas acima que a noção de uso tático de mídia apropriada pelos coletivos da atualidade não se restringe a utilização de meios tecnológicos. Seu intuito principal é a intervenção e a proposição de formas alternativas de se relacionar e confrontar as relações cotidianas com o espaço e com a passividade. O foco principal do uso tático de mídia é a criação e experimentação de formas alternativa de se relacionar e de se comunicar, e não o desenvolvimento exclusivo de ferramentas comunicacionais como um fim em si mesmo, estas se apresentam apenas como um *meio* para atingir outros *fins*.

Derek Holzer deixa claro em entrevista, concedida a Caros Amigos e realizada por Andréa Dip, que para ele *mídia tática não é Internet. Mídia tática é diálogo direto, sem mediação de alguém com poder ou influência*. Mídia, na concepção da maioria dos coletivos que tomaram parte nesse encontro, não é encarada como um meio propriamente tecnológico. Mídia para os mesmos se configura como qualquer suporte ou meio comunicador, podendo se apresentar como um cartaz ou mural de rua, até um website na internet. Pode se personalizar na figura de uma pessoa na rua interagindo com os pedestres, ou mesmo através de um vídeo veiculado pela televisão. E ação tática de mídia, para os mesmos, é a utilização ou criação de qualquer desses vários suportes para a elaboração ou distribuição de conteúdos que eles mesmos elaboram e não direcionada para fins mercadológicos.

É fundamental, para a compreensão de nosso objeto de estudo, frisar sobre este ponto, pois questionamentos que dizem respeito ao uso da tecnologia, de que tipo de tecnologia e com qual finalidade, são primordiais e compõem o posicionamento ético e responsável que cada coletivo propõe para levar a cabo suas ações. Ressaltamos estes pontos pois durante nosso processo de pesquisa e análise de textos produzidos por esses coletivos estes questionamentos apareceram freqüentemente e sempre tomaram um lugar importante nas discussões. Como podemos perceber ao longo desta pesquisa, alguns dos pontos cruciais dentro do uso tático de mídia são os processos, as formas de se relacionar com o meio e com as pessoas, de solucionar problemas e enfrentar obstáculos, muito mais do que “qual é a última tecnologia mais avançada”, questões estéticas isoladas, ou potencialidades midiáticas *per se*.

Isso porque na visão de boa parte dos praticantes de mídia tática as ferramentas comunicacionais – sejam elas de alta tecnologia ou de baixa tecnologia – têm sua relevância dentro de suas ações principalmente por proporcionar suporte para intercomunicação, para a construção de canais e pontes de solidariedade e de

colaboração, e não pelo simples prazer de se desenvolver tecnologias comunicacionais avançadas.

No Brasil, a maioria não tem acesso à Internet. Você acha que esse encontro em São Paulo terá impacto, ou vai se fechar nele mesmo?

Vi alguns projetos online, como o Centro de Mídia Independente e outros projetos de Internet, mas o que mais vi foram DJs, pessoas fazendo intervenções nas ruas, vídeos, rádios independentes. Essa é a forma como a mídia táctica trabalha no Brasil. Não confunda mídia táctica com webmídia. Meu trabalho não é vir aqui e dizer para as pessoas virarem ciberativistas, e que com isso vamos mudar o mundo. O computador é apenas uma caixa cheia de circuitos, não fará nada se você não colocar o mundo real dentro dele. Os computadores são ótimos para divulgar informações, mas é preciso ir às ruas para ter um efeito real. O ciberativismo é muito bonito, muito poético, mas tem de ter algum efeito físico, algo tem de acontecer com seu corpo, sua voz, algo que as pessoas possam ver. (DIP, 2003)

Estes são pontos fundamentais para podermos compreender de forma mais aprofundada as ações e as formas pelas quais essas são levadas a cabo. O uso táctico de mídia não se propõe a ser uma nova utopia revolucionária no sentido tradicional, mas tem como objetivo primordial criar e recriar tecidos de solidariedade e de troca de conhecimento e experiências. Nesse sentido ela é carregada de sentimentos utópicos, mas não de um projeto coletivo pronto e finalizado, é movida mais por uma curiosidade quanto ao outro e imbuída pelo desejo de intervir e atuar, do que por uma certeza de modificação social ou de um destino certo a ser alcançado.

O leitor pode estar se perguntando o que há de diferente nisso tudo, além do nome bonito e do lado tecnológico, se o fim ainda é o mesmo. Talvez o questionamento da informação “pronta para o consumo”, seja ela jornalística publicitária ou política. Ou a quebra do monopólio da comunicação, incentivando as pessoas a expressar suas idéias de forma criativa independente de seu status social ou intelectual. Talvez a desmistificação da própria mídia independente que muitas vezes se restringe a uma “elite pensante”. Na mídia táctica é o questionamento dos meios que justifica seus fins. (DIP, 2003)

Além das entrevistas cedidas por Derek Holzer podemos ainda perceber essa preocupação mais evidenciada com o como criar canais de relacionamento e de troca do que com o aparato ou suporte tecnológico específico nas várias edições do N5M. No N5M2, por exemplo, o evento se colocou claramente contra a obsessão pela alta tecnologia que tem sido a moda nos círculos de mídia por muitos anos. Ao invés de ficar glamourizando as fantasias high-tec de muitos eventos internacionais de arte e tecnologia, o encontro realizou um grande esforço para atentar para a baixa tecnologia. Isso porque “mídia”, na atualidade, é um termo onde a alta tecnologia parece já estar

automaticamente implicada, mas eles procuraram focar não apenas no potencial tecnológico das novas mídias, como pode ser percebido nas várias temáticas e propostas de trabalho.

Esse fator é de extrema importância, visto que o evento é freqüentado por diversas pessoas que possuem realidades distintas às da Holanda. Mais propriamente em Amsterdã, onde é sediado o evento, há a possibilidade da ampla utilização desses recursos, até mesmo de transmissão através de uma TV alternativa, mas para muitos usuários de mídias táticas, essa é uma possibilidade que se não fosse proporcionada por esse encontro muito dificilmente poderia ser vivenciada. Entretanto, o espaço proporcionado pelo N5M contribui e colabora não apenas para indivíduos e coletivos que vivem realidades mais restritas no que concerne ao acesso à comunicação, mas também levanta questões e contribui aos debates de artistas e ativistas que estão localizados em países ou cidades onde há mais acesso a essas ferramentas.

Durante muitas sessões tem sido mencionado que os midiativistas táticos deveriam ser conscientes do contexto político de seus ativistas. Um muito importante, porém freqüentemente desconhecido, aspecto desse contexto é o fato de que em grande parte do mundo o ambiente de justiça liberal de engajamento público com a mídia não é geral, ou não se aplica a todas as realidades. Comparando, por exemplo, a Ásia, às necessidades para um acesso público da Europa e do Estados Unidos são um problema luxuoso. Também, do ponto de vista dos países do oeste/norte o tão chamado uso tático de mídia nos países do leste/sul podem ser considerados como ‘falta do uso de mídia’. (DIJK, 1996)

O encontro procurava proporcionar meios e técnicas possíveis para o engajamento de comunidades ou coletivos que não tivessem acesso ou condições de se apropriar de tecnologias muito sofisticadas ou de ponta para o desenvolvimento de seus trabalhos. Procurava abranger meios e suportes para mídias mais simples e acessíveis como a das rádios livres; em suas parcerias com a Índia, mais especificamente na cidade de Delhi, procuraram realizar a tradução do software Linux para o idioma oficial de modo que os habitantes locais pudessem se inserir nos debates e se interconectar com as comunidades em rede. Destaque-se os seus trabalhos com o Leste Europeu e a preocupação em desenvolver suportes que pudessem se adaptar a realidade econômica desses países, desenvolvendo programas e ferramentas possíveis de serem utilizadas por essas comunidades.

A escolha da mídia que nós usamos, e a forma como nós utilizamos essas mídias não é completamente auto-evidente ou coincidente. Tão pouco é uma decisão completamente consciente. A construção da tecnologia de mídia é na verdade profundamente política e político-econômica. [...] A falácia da tecnologia hi-tech não é limitada apenas temporalmente, mas também espacialmente. O que os computadores high-tech podem fazer em países onde comunidades ou vilas mal têm água ou comida, que não possuem nem eletricidade nem conexões telefônicas? Como desenvolver estratégias de mídia se a alta tecnologia por razões políticas e econômicas é totalmente ausente nestes lugares? É claro que o N5M3 também englobará campanhas nas quais a tecnologia está sendo usada. Mas será que a crítica, com pouco conhecimento de causa sobre essas realidades tão duras, da desobediência civil eletrônica pode ser uma estratégia proveitosa e aplicável para essas comunidades? (N5M, 2003)

A crítica apresentada nesse extrato acima ao conceito de desobediência civil eletrônica, cunhada pelo CAE, se deu devido às críticas que esse coletivo direcionou aos midiativistas que concentravam suas ações mais propriamente em ações pedagógicas ou simbólicas, acusando-os de apenas promover mais material e publicidade para a mídia de massa, e afirmando o conceito de desobediência eletrônica civil, pautada principalmente no hackerativismo, como a forma de ação direta e efetiva de enfrentamento ao Estado e com as mega corporações.

O CAE lançou especialmente para o encontro o livro *Desobediência Civil Eletrônica* (1999), onde procurava inserir o hackerativismo e os distúrbios na rede como forma mais eficaz e política de ação direta, realizando uma forte crítica aos movimentos sociais e táticos de mídia que ainda concentravam suas ações nos espaços das ruas, utilizando-se de meios de comunicação alternativa.

No livro há também críticas às lutas contra as marcas e logomarcas corporativas, aos centros de mídia independente, e às ações que procuravam disseminar informações alternativas. Acusando-os de travarem simplesmente lutas semióticas que não alteram as configurações de poder, afirmando que ao procurar alterar a ordem simbólica do sistema econômico vigente e dar visibilidade a suas ações, no anseio de atingir uma esfera pública, acabam apenas por promover mais material para ser apropriado por conglomerados midiáticos.

Os autores reforçavam suas críticas afirmando que grandes comunidades ou organizações mais estruturadas acabavam por recair em mais burocratização do movimento e em mais hierarquias opressivas, apontando para a desobediência civil na rede como forma alternativa de se poder manter microcélulas de resistência, mas com uma maior eficácia política. Segundo a visão do coletivo, a única forma de se mover globalmente contra o sistema econômico mais diretamente era a partir do espaço virtual.

2.1. Desobediência Civil Eletrônica:

Para que possamos compreender a lógica argumentativa do Critical Art Ensemble (CAE a partir de agora) realizaremos uma breve síntese do capítulo *Post-Scriptum nas sociedades de controle* da obra de Gilles Deleuze, *Conversações* (1992), e sua descrição sobre os diferentes exercícios de poder nos diferentes estágios da sociedade capitalista e as correspondentes formas de resistência a esse exercício de poder. Utilizaremos também Zigmunt Bauman, para ajudar na descrição dos conceitos propostos por Deleuze.

Deleuze afirma que no capitalismo a única coisa universal é o mercado, e que antes de se constituir como força homogeneizante se manifesta como uma fantástica fabricação de miséria e riqueza. Temos tido a oportunidade de acompanhar e analisar as disparidades que a acumulação flexível (HARVEY, 2002) é capaz de criar. Com as novas tecnologias, a desregulamentação do comércio internacional, e a subordinação do poder estatal à ordem econômica, as corporações transnacionais privadas foram dotadas de uma crescente mobilidade paralelamente a também crescente segregação das populações em áreas não incorporadas por essa “economia global”.

Zigmunt Bauman, em sua obra *Globalização e as consequências humanas*, (1999) analisa as profundas transformações (e contradições) decorrentes do processo de globalização que contrapõe uma liberdade global a uma segregação espacial às pessoas “incapazes” de desfrutar dos novos movimentos extraterritoriais. Nesse sentido ele descreve uma nova elite global que, apoiadas nas novas tecnologias tanto de informações como dos meios de locomoção, conseguem se movimentar sem restrições em detrimento aos excluídos do acesso a essas tecnologias da mobilidade e que acabam subjugados na sua territorialidade.

A globalização tanto divide como une; divide enquanto une – e as causas dessa divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo. Junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informação, é colocado em movimento um processo “localizador”, de fixação no espaço. Conjuntamente, os dois processos intimamente relacionados diferenciam nitidamente as condições existenciais de populações inteiras e de vários segmentos de cada população. O que para alguns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel. A mobilidade galga ao mais alto nível dentre os valores cobiçados – e a liberdade de movimentos, uma mercadoria sempre escassa e distribuída de forma desigual, logo se torna o principal fator estratificador de nossos tardios tempos modernos ou pós-modernos. (BAUMAN, 1999, p.08)

Deleuze, ao realizar análise das formas de exercício de poder na sociedade capitalista realiza uma divisão que chega a se assemelhar a utilizada por Jameson (2000) – capitalismo mercantil, capitalismo industrial, capitalismo tardio – mas ao invés de focar as diferentes formas de produção, enfoca as diferentes formas de exercício de poder paralelas às transformações nas formas de produção, a saber, o da soberania, o da disciplina e o do controle. Para cada diferente forma de exercício de poder, em cada diferente desdobramento da sociedade capitalista, existe um tipo de tecnologia/técnica que exprime as formas sociais que agenciam esse exercício, não só na esfera produtiva mas também na esfera do exercício do poder.

É fácil fazer corresponder a cada sociedade certos tipos de máquina, não porque as máquinas sejam determinantes mas porque elas exprimem as formas sociais capazes de lhes darem nascimento e utilizá-las. As antigas sociedades de soberania manejavam máquinas simples, alavancas, roldanas, relógios; mas as sociedades disciplinares recentes tinham por equipamentos máquinas energéticas, com o perigo passivo da entropia e o perigo ativo da sabotagem; as sociedades de controle operam por máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência, e, o ativo, a pirataria e a introdução do vírus. Não é uma evolução tecnológica sem, ser, mais profundamente, uma mutação no capitalismo. (DELEUZE, 1992, p.223)

Para embasar sua análise e enfoque sobre as práticas de poder Deleuze se ampara em Michel Foucault. Foucault dedicou boa parte de seus estudos às sociedades disciplinares, que teriam tido início no século XVIII e atingido seu ponto máximo no início do século XX. Essas sociedades se caracterizariam por um desenvolvimento organizacional crescente de instituições e espaços de confinamento, como por exemplo: o hospício, o hospital, as prisões, as fábricas e escolas e etc. O princípio racionalizador das sociedades da disciplina consistia na concentração das pessoas dentro de um determinado espaço e na organização destas nestes espaços de confinamento.

Nesse sentido, Foucault emprega a metáfora conceitual do Panóptico: uma prisão projetada por Jeremy Bentham no fim do século XVIII, onde, em uma estrutura circular, os presos eram confinados em celas individuais, com paredes transparentes e que ficavam em volta de uma torre central onde ficavam os vigias, que não podiam ser vistos. Essa estrutura sustentava uma permanente incerteza, por parte dos vigiados, dos momentos em que estavam, ou não, sendo observados. Essa incerteza era o trunfo dos vigias, que não precisavam de uma vigilância permanente, já que contavam com a invisibilidade. Essa metáfora foi empregada por Foucault para representar o poder de

domínio da sociedade disciplinar. Onde poucos vigiam muitos. (FOUCAULT, 1979)

Com o desenvolvimento e a complexização social esses espaços de confinamento estariam passando por uma crise, desde a Segunda Guerra Mundial, e as formas da sociedade de controle estariam entrando em ascensão. Segundo a visão de Deleuze, a de Baumann e também do CAE, que analisaremos mais adiante, novas formas de exercício de poder “ao ar livre” estão se consolidando para substituir as antigas formas de exercício do poder através do confinamento.

Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro. Isso se vê claramente na questão dos salários: a fábrica era um corpo que levava suas forças internas a um ponto de equilíbrio, o mais alto possível para a produção, o mais baixo possível para os salários; mas numa sociedade de controle a empresa substitui a fábrica, e a empresa é uma alma, um gás. (DELEUZE, 1992, p.221).

A acumulação capitalista não é mais centralizada unicamente sob a lógica da produção material, que está relegada agora aos subcontratistas dos países em desenvolvimento, e sim dirigida sob uma lógica da criação de identidade, de estilos de marcas, e voltada para o mercado. Essa descentralização do processo produtivo capitalista, faz com que a disciplinarização não se apresente mais como a forma dominante, pelo menos nos moldes convencionais, mas sim o controle comunicativo. É nesse sentido que o autor afirma que:

O marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente de nossos senhores. [...] O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas (DELEUZE, 1992, p.224)

Deleuze afirma que para a sociedade do controle exercer seu poder a tarefa de organizar e gerenciar espaços de confinamento passa a ser relegada à marginalidade e o gerenciamento e controle das informações e dados, em fluxos cada vez mais velozes, passam a se configurar, progressivamente, como tarefa primordial. Fator esse que só foi possível no momento em que nosso sistema econômico, e nosso arcabouço tecnológico, conseguiram implantar a mobilidade global e a segregação local como fator de diferenciação social. É nesse sentido que o CAE parece enfatizar o abandono dos

espaços públicos locais e a partida rumo ao “lôcus virtual” de fluxos informacionais. É ainda por esse motivo que o coletivo acredita que a única forma de golpear o poder é indo onde ele está, tornado-se também um nômade.

Toda essa possibilidade de nomadismo, tanto das empresas quanto das fábricas, levaram o CAE a pensar e a refletir qual seria a maneira mais eficaz de atingir esse poder que vem se expressando cada vez mais através do controle informacional em detrimento da rigidez da disciplina. Tendo em vista esse processo de transformação das configurações de poder o coletivo pretende estabelecer novas alternativas para a desobediência civil.

A desobediência civil se caracterizaria por ações coletivas que procuram, através de manifestações, passeatas e protestos, interditar, ocupar, e algumas vezes até depredar instituições, ruas, praças públicas, enfim toda uma gama de espaços, como forma de expressar sua insatisfação com alguma prática ou modelo vigente, e como forma de pressionar instituições públicas ou privadas a modificar ou aceitar suas reivindicações. Limitamos nossa definição de desobediência civil a essas características, pois essa parece configurar a definição central do coletivo, mas também poderiam ser consideradas desobediência civil, dependendo de seu contexto histórico, publicações, pixações, e quaisquer outros tipos de ações que se contraponham ao *status quo*. Se tomarmos os movimentos civis americanos na luta contra a discriminação racial, um afroamericano que ocupasse um acento não destinado a ele no transporte coletivo, ou sua presença em um restaurante ou local privado ou público onde não era socialmente aceito, já configuraria um ato de desobediência civil.

Mas, retornando a lógica argumentativa do CAE, eles não ignoram outras modalidades de ação tática; o que o coletivo pretende propor é que a partir das mudanças nas formas de controle do capitalismo, existem formas de ações mais poderosas para se investir. Com o objetivo de criar protocolos para a desobediência civil eletrônica, mais na prática do que na teoria, e inserir essa possibilidade no debate tanto das comunidades midiativistas (esta proposta foi lançada pelo CAE em 1999, justamente para a conferência do terceiro N5M) quanto na sociedade sobre esse assunto, e para ajudar outros grupos a realizar protestos virtuais e desenvolver o diálogo entre hackers, 'hacktivistas' e net-artistas, o CAE começa a esboçar essas idéias e conceitos no Distúrbio Eletrônico (publicado no Brasil em 2001), e procura aprofundar esta perspectiva no Desobediência Civil Eletrônica (1999). A resistência a ciberelite, ou elite

nômade, deve ser travada, segundo o coletivo, primordialmente no ciberespaço ou na rede eletrônica, e não mais no espaço físico e material das ruas.

O jogador pós-moderno é um jogador eletrônico. Um pequeno mas coordenado grupo de hackers poderia introduzir vírus e bombas eletrônicas em bancos de dados, programas e redes de autoridade, colocando a força destrutiva da inércia contra o domínio nômade. A inércia prolongada se iguala ao colapso da autoridade nômade em nível global. Tal estratégia não requer uma ação unificada de classe, e nem de uma ação simultânea em várias áreas geográficas. Os menos nihilistas poderiam ressuscitar a estratégia de ocupação mantendo como reféns dados em vez de propriedades. (CAE, 2001, p.33)

Essa perspectiva parece convergir com a visão proposta por Deleuze, e inclusive parece encontrar convergências com a análise de Zigmunt Bauman (1998), que sustenta que crescentemente as formas de controle atuais, em detrimento das antigas formas da disciplina, não operam mais via confinamento e imposição de disciplina aos que não se enquadravam em seu modelo de normalidade. Na era do controle, ou do sinóptico⁸, o que os relegados ou indesejáveis façam de suas vidas pouco importa, nem o estado nem as corporações primam mais pela responsabilização ou manutenção destes; os olhares se voltam agora para os consumidores, para os modelos midiáticos e para as elites que podem consumir ou legitimar a ordem existente, o interesse agora se concentra no mapeamento das atividades, ao “ar livre”, dos cidadãos respeitáveis e passíveis de reproduzir e sustentar esse sistema. O sinóptico, ao contrário do panóptico, é o “lugar” – ou melhor dizendo a possibilidade de mobilidade - onde todos desejam estar e se incluir, sistema de exercício de poder onde muitos vigiam poucos. Esse sinóptico pode se definir também como o conjunto de informações e representações que mapeiam as atividades dos consumidores.

O principal propósito do Panóptico era instilar a disciplina e impor um padrão uniforme ao comportamento dos internos; o Panóptico era antes e acima de tudo uma arma contra a diferença, a opção e a variedade. Semelhante objetivo não se coloca ao banco de dados e seus usuários em potencial. Bem ao contrário – são as empresas de crédito e marketing quem mais aciona e utiliza os bancos de dados e o que buscam é garantir a confirmação pelos arquivos da “credibilidade” das pessoas listadas, sua confiabilidade como clientes e *eleitores*, e que os incapazes de escolha sejam peneirados antes que causem danos ou se desperdicem recursos; com efeito, *ser incluído* no banco de dados é a condição primordial da “credibilidade” e este é o meio de acesso à “melhor oportunidade local”. (BAUMAN, 1998, p.58).

⁸ Outra metáfora conceitual para exemplificar a forma de exercício de poder da sociedade do controle, mas que não pode ser descrita como o panóptico, pois não constitui uma construção arquitetônica ou espaço organizado mais palpável.

O exercício da burocracia, os registros oficiais, começaram a ter o status de realidade oficial, e o controle e gerenciamento desses dados se manifesta como a ferramenta mais poderosa de controle social. As formas de processamento, arquivamento e gerenciamento de informação têm se tornado mais e mais complexas desde a invenção de computadores e das redes informáticas, combinando sistemas imensos de arquivamento de informação com altíssima velocidade de transporte das mesmas. A partir dessa complexização o gerenciamento de informações passa a ser encarado como uma ciência de imensa precisão, aumentando assim sua legitimidade e autoridade perante a sociedade, já que a ciência é encarada como o maior sistema de conhecimento na sociedade secular. (CAE, 1999)

Segundo a argumentação do CAE (1999) cada indivíduo tem arquivos que estão em poder do estado e das corporações privadas. Arquivos sobre a formação educacional, arquivos médicos, arquivos sobre vínculos empregatícios, e para alguns, arquivos criminais. Cada deslize na trajetória de cada indivíduo é registrado e mantido. O conjunto de registros sobre um indivíduo é o seu corpo de dados. E o que se apresenta de forma mais perversa nesse desenvolvimento é que o corpo de dados não apenas reivindica um privilégio ontológico, mas na verdade já o tem. O que seu corpo de dados diz sobre você é mais real aos olhos da lógica empresarial, do que o que você tem a dizer sobre si mesmo. O corpo de dados é o corpo pelo qual você é julgado na sociedade, e é o que dita seu status no mundo social. *O que estamos presenciando nesse momento é o triunfo da representação sobre o ser.* (CAE, 1999)

O CAE afirma que se a incerteza da localização e identificação dos detentores do poder e a alta velocidade dos fluxos informacionais, dos quais os mesmos se beneficiam, são utilizadas pela cibernetica como fonte de controle, os mesmos instrumentos deveriam ser utilizados pela resistência. As novas tecnologias também podem proporcionar, segundo essa perspectiva, as ferramentas necessárias para a desobediência civil eletrônica.

Para o CAE, a revolução das tecnologias criou uma nova geografia das relações de poder, principalmente no Primeiro Mundo. A condição virtual possibilitou uma nova sede do poder, fundamentada em uma zona nômade, sem fronteiras – que divergem das antigas casamatas fixas e territorializadas. A passagem de um espaço fixo e arcaico para redes eletrônicas criou um novo tipo de *poder nômade*.

Esse modelo arcaico de distribuição do poder e estratégia predatória foi

reinventado pela elite do poder do capitalismo tardio, com praticamente os mesmos objetivos. Sua reinvenção baseia-se na abertura tecnológica do ciberespaço, onde velocidade/ausência e inércia/presença colidem na hiper-realidade. O modelo arcaico de poder nômade, outrora um meio para formar um império instável, evoluiu para um meio sustentável de dominação. Em um estado de duplo sentido, a sociedade contemporânea de nômades se torna tanto um campo difuso de poder sem localização quanto uma máquina de ver que aparece como espetáculo. A primeira prerrogativa abre caminho para a economia global, enquanto a segunda age como uma guarnição militar de vários territórios, mantendo a ordem da mercadoria como uma ideologia específica a cada área. (CAE, 2001, p.24-25)

A transferência do poder nômade para o ciberespaço pressupõe, para os autores, a transferência da resistência do poder para o mesmo espaço. Em suas palavras, “Assim como a autoridade localizada nas ruas era combatida por meio de manifestações e barricadas, a autoridade que se localiza no campo eletrônico deve ser combatida através da resistência eletrônica.” (CAE, 2001, p.33). A falta dessa perspectiva prejudicaria a eficácia dos movimentos sociais, tornando-os anacrônicos. O poder da elite hoje não poderia mais ser destruído por estratégias criadas para a contestação do poder sedentário.

Para eles, a utilização de estratégias indiretas, como a tentativa de manipulação dos meios através da espetacularização da desobediência civil, destinada a conseguir a aprovação e o respaldo da opinião pública, é uma proposta destinada ao fracasso. Dever-se-ia criar estratégias ciberespaciais de resistência, de resistência eletrônica, de perturbação à autoridade eletrônica – grandes corporações e controles estatais da rede – com a intenção de quebrar totalmente o controle e o comando. Para isso, o ciberativismo deve causar estrago, danificar sistemas. É justamente nesse ponto que o coletivo afirma mais enfaticamente a crítica às práticas mais frequentemente levadas a cabo pelos midiativistas. Segundo essa visão, a tentativa de pressionar o sistema através da mobilização pública e manipulação dos meios de comunicação seria uma via indireta de ação, e pouco eficaz, tendo-se em vista que as corporações ou governos podem contornar facilmente essas ações.

Esta forma de interpretar o controle do poder na atualidade e as formas de resistência que poderiam se contrapor ao mesmo, parece convergir com a visão de Deleuze que afirma acreditar que mais eficiente que comunicar - em um período onde os meios de comunicação parecem tomados por informações, e impregnados em uma lógica, mercantilizadas – seria a ação de obstrução comunicativa, de retenção do fluxo informacional.

Você pergunta se as sociedades de controle ou de comunicação não suscitarão formas de resistência capazes de dar novas oportunidades a um comunismo concebido como “organização transversal de indivíduos livres”. Não sei, talvez. Mas isso não dependeria de as minorias retomarem a palavra. Talvez a fala, a comunicação, estejam apodrecidas. Estão inteiramente penetradas pelo dinheiro: não por acidente, mas por natureza. É preciso um desvio de fala. Criar sempre foi coisa distinta de comunicar. O importante talvez venha a ser criar vacúolos de não-comunicação, interruptores, para escapar do controle. (DELEUZE, 1992, p.217)

Nesse sentido o CAE propõe o que ele denomina ação direta na rede, ao invés de mobilização de pessoas, apropriação de bancos de dados e outras ferramentas informacionais fundamentais ao sistema econômico que se move na rede. A retenção desse material, fundamental para o gerenciamento das atividades corporativas ou estatais, mandaria uma mensagem direta a essas instituições e se configuraria como uma forma de pressão muito mais eficaz.

Podemos perceber através dessa breve descrição do coletivo, no que diz respeito a forma de atuação política que eles julgam mais eficaz, as primeiras contradições de suas afirmações. O coletivo defende e parece primar pelo hackerativismo como a forma de atuação política mas eficaz justamente por duas características principais, a saber, a não espetacularização de suas ações e a capacidade real de controlar os bancos de dados das corporações. Entretanto, o coletivo não tem bases factuais ou historicamente comprovadas para respaldar sua argumentação. Primeiro porque não há registros de ações hackerativistas que tenham levado a cabo efetivamente uma mudança política ou institucional através da retenção de fluxos informacionais na rede.

Segundo, alguns aspectos de suas argumentações e críticas direcionadas aos usos mais frequentes de mídia táctica parecem legítimas e bem fundamentadas, mas sua crença de que é possível transformar as práticas corporativas e estatais, apenas por meio da rede, se apresenta de forma limitada. Isso se leva-se em consideração que não são apenas os modelos econômicos e corporativos que necessitam ser confrontadas, mas também novos modelos de solidariedade e de inserção mais ativa e autônoma das comunidades na esfera pública necessitam ser construídas.

Para o Critical Art Ensemble a ação política é caracterizada por uma reconfiguração ou redistribuição de relações de poder, sejam elas temporárias ou permanentes, materiais ou semióticas. Entretanto, na perspectiva de análise do coletivo, essas experiências – semióticas, ou de representação simbólica - se apresentam como

secundárias, deslocando as formas táticas de atuação da ampliação dos fluxos de informação para a interrupção, a obstrução desses mesmos fluxos. A primeira se configuraria como pedagógica e a segunda como mais propriamente ação direta.

A base de sua argumentação reside no fato das economias informacionais estruturarem todas as suas atividades a partir da rede, toda a divisão social do trabalho é agora articulada partindo dessa estrutura organizacional, e o maior desastre que poderia ocorrer para uma economia como esta é uma interrupção comunicativa. Esse fato, segundo o coletivo, deveria ser aproveitado por todos aqueles que pretendem resistir ao autoritarismo do estado e a hegemonia do capitalismo. Com táticas de invasões e destruição de barreiras protetoras do ciberespaço os ativistas poderiam forçar o estado, as autoridades corporativas e militares a negociar sem a necessidade da imposição de um estado de terror ou pânico, ou de utilização de violência contra os cidadãos. O único instrumento necessário seria o de negar ou restringir o acesso aos bancos de dados tão caros a essas organizações. Nas próprias palavras dos autores: “A maioria da força de resistência da rede se restringe a distribuição de serviços alternativos de informação ou se organizando em torno de questões sobre autonomia, tais como liberdade de informação ou discurso. Apenas para certificar, essas questões são importantes, porém secundárias”. (CAE, 1999)

Intrigados por essas acusações radicais, e se questionando sobre se seria realmente possível provocar uma campanha política unicamente através de meios técnicos, foram realizados debates e discussões que procuraremos elucidar e contextualizar no presente trabalho. Questões que envolvem definições acerca do que se constituiria uma ação política, e quanto aos anseios por uma coletividade mais ampla, mas que ao mesmo tempo não sufocasse as subjetividades dos indivíduos inseridos nesse processo foram intensamente debatidas.

O que fazer com o “resto” não digerível pelo desenvolvimento tecnológico (América Latina, Ásia, África)? Se em seus trabalhos o CAE parece deixar claro que as ações que ainda tomam o espaço físico, material, estão ultrapassadas, resta então o questionamento sobre o que comunidades ou populações inteiras, que não foram – e talvez nunca cheguem a ser – incluídas no sistema de consumo básico, podem fazer frente às opressões as quais estão submetidas. E mais do que isso, como não apenas lutar contra as instituições detentoras de poder, mas sim reconstruir os laços de sociabilidade incansavelmente minados por esse sistema que aponta para a competição e

o individualismo exacerbado, defendido pela aparente posição de “autonomia” flexibilizada, como alternativa única possível para os “cidadãos”?

Não queremos com essa análise, que procuramos desenvolver, crucificar ou satanizar todos os movimentos ativistas que acreditam na utilização de implementos hi-tech, tampouco o coletivo CAE em particular (que proporcionou, e ainda proporciona, tantas contribuições para a disseminação dessa forma de ação civil e para a compreensão, por meio de suas publicações, do midiativismo na atualidade), não estamos propondo aqui um ludismo tecnológico afirmando que os ativistas que fazem uso dessas ferramentas são neoliberais da tecnologia e que os coletivos ativistas provindos dos países do terceiro mundo sejam os atores políticos mais responsáveis.

O que pretendemos elucidar com essa análise é, primeiro, o caráter ideológico que permeia esse universo e, segundo, assinalar - seja por questões históricas, ou seja por contextos político-econômicos particulares - que foi identificado um embate entre estes diferentes coletivos no que diz respeito aos seus respectivos posicionamentos políticos e ideológicos distintos.

É evidente que o contexto histórico-político e econômico influencia nos posicionamentos que os distintos coletivos provenientes de diferentes realidades tomam com relação aos seus trabalhos e na relevância que os mesmos atribuem as suas atuações e intervenções na esfera pública. O que não significa que não haja coletivos que atuam em contextos mais privilegiados e se posicionem de maneira distinta a essa visão mais entusiasta da tecnologia, que pouco levam em consideração as realidades distintas e que façam apologia a uma utopia tecnológica.

O que estamos apresentando aqui é um reflexo da forma como o debate se deu no interior dos encontros estudados em que, apesar das discussões e dos embates, há uma predominância de coletivos que não dirigem suas ações unicamente pelos avanços das tecnologias, mas procuram se apropriar das mesmas quando se fazem relevantes dentro de contextos ou de objetivos que estes coletivos pretendem ou almejam criar e alcançar.

Parece constituir um ponto comum o que esses grupos, e boa parte dos movimentos sociais da atualidade vislumbram como negativo, o que eles - e todos os que enxergam as degradantes situações pelas quais temos sido submetidos - não querem: o desenvolvimento desse sistema que destrói comunidades e esferas públicas de debate, onde o valor de mercado e mercadorias se coloca acima dos valores humanos, de crescente exploração dos trabalhadores e de intensas desigualdades sociais.

O que não se coloca de forma clara, e nem de maneira fácil, é quais são os caminhos pelos quais esses movimentos devem tomar para atingir esse objetivo e qual ou como se definiria esse “outro mundo possível”, como fazer desse objetivo, - que tem sido constante e progressivamente transformado em um chavão ou lugar comum – um fator de integração e ação articulada entre os povos. Talvez seja justamente por não saber qual seria a melhor e mais eficaz forma de enfrentar e se opor a esse sistema que os participantes de encontros como o N5M sejam tão variados e produzam ações tão distintas como as apresentadas até então.

2.3 Uso Tático de Mídia e a Ecologia das Mídias.

Considerando tal contexto, passaremos à análise do texto assinado por Andreas Broeckmann, da V2Organisation (1995) – um instituto de arte e tecnologia em Roterdã na Holanda e parceiro do N5M em Amsterdã - que pretendia ser uma introdução das ações que seriam apresentadas na segunda edição do N5M, e também abordar a forma como estas se inseriam dentro da ação tática de mídia. Essa perspectiva adotada pelo coletivo quanto à utilização do uso tático de mídia funciona segundo uma visão mais agregadora de várias formas de uso tático de mídia se contraposta a perspectiva do CAE, tendo em vista que a ecologia das mídias tem como foco principal não a destruição de um sistema vigente, mas a construção de formas alternativas de sociabilidade.

Uma boa parte do texto produzido pela V2_Organization, e da visão que o coletivo tinha do que se configuraria como mídia tática e de sua relevância dentro do processo de democratização da esfera pública, estava amparada na visão de Felix Guattari expressa em sua obra: *As três ecologias* (1990). Guattari, bem como uma série de outros autores, constata que as intensas e velozes transformações decorrentes das progressivas inovações tecnológicas e científicas estão ocasionando uma série de desestruturações ambientais e sociais de uma forma devastadora. Vivemos em um período quando a força das padronizações dos hábitos de consumo trabalhados pelas mídias corporativas vem se acentuando, mas, como argumenta o autor, simultaneamente as brechas e possibilidades de re-singularização também podem ser potencializadas. O autor define um conceito denominado Ecosofia, e que é marcado por três registros: a ecologia mental, ecologia social e ecologia ambiental. Correspondentes ao que ele denomina: Subjetividade humana, relações sociais e meio ambiente.

A ecosofia social consistirá, portanto, em desenvolver práticas específicas que tendam a modificar e a reinventar maneiras de ser no seio do casal, da família, do contexto urbano, do trabalho etc. Certamente seria inconcebível pretender retornar a fórmulas anteriores, correspondentes a períodos nos quais, ao mesmo tempo, a densidade demográfica era mais fraca e a densidade das relações sociais mais forte que hoje. A questão será literalmente reconstruir o conjunto das modalidades do ser-em-grupo. E não somente pelas intervenções “comunicacionais” mas também por mutações existenciais que dizem respeito à essência da subjetividade. Nesse domínio, não nos ateríamos às recomendações gerais mas faríamos funcionar práticas efetivas de experimentação tanto nos níveis micro-sociais quanto em escalas institucionais maiores. (GATTARI, 1990, p.15/16)

Félix Guattari se interessou particularmente pelas rádios livres na França e na Itália dada as potencialidades que essa mídia apresentava, sua forma organizacional horizontal, descentralizada, que possibilitava uma proliferação de pontos emissores gerando vários nós comunicativos. Guattari viu nessas experiências francesa e italiana da década de 1970 e 1980, uma abertura para o desenvolvimento de uma forma organizacional rizomática. O autor vislumbrou nesse desenvolvimento e nesse suporte uma possibilidade organizacional que poderia se contrapor ao sistema centralizador da mídia de massa hegemônica. Envolveu-se diretamente com algumas rádios livres como a Rádio Alice, Rádio Fréquence Libre e a Rádio Tomate, em um período de intensa proliferação e apropriação desse suporte por diversos grupos que multiplicavam também os vários usos dessa mídia dada a maior facilidade de acesso a esse ponto emissor. Em uma entrevista que cedeu para o curso de Jornalismo da PUC-SP em 1982, e que faz parte do livro *Cartografias do Desejo. Micropolítica (1986)*, Guattari narra a proliferação destas rádios livres ou comunitárias na França e na Itália entre as décadas de 1960 e 1970 e dos vários grupos imigrantes, ecológicos, militantes e estudantis que se apropriaram deste suporte durante esse período. A Rádio Alice é inclusive citada em vários artigos sobre a história e sobre o conceito de rádio livre como uma referência de veículo comunitário fazendo oposição ao monopólio midiático estatal italiano.

Partindo de uma concepção de que o desenvolvimento tecnológico não traz em si interatividade, democratização e descentralidade hierárquica, Guattari aposta também na necessidade de apropriação de vários suportes para a criar pontos de re-singularização. Acredita que veículos que possibilitem formas organizacionais descentralizadas estimulem auto-organização política e social.

O que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre esse planeta, no contexto das acelerações das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico. Em função do contínuo desenvolvimento do trabalho maquínico redobrado pela revolução informática, as forças produtivas vão tornar disponível uma quantidade cada vez maior do tempo de atividade humana potencial. Mas com que finalidade? A do desemprego, da marginalidade opressiva, da solidão, da ociosidade, da angústia, da neurose, ou a da cultura, da criação, da pesquisa, da re-invenção do meio ambiente, do enriquecimento dos modos de vida e de sensibilidade?” (GUATTARI, 1990, p.8)

A revolução tecnocientífica informacional e comunicacional, e a paralela abertura dos mercados globais estão desencadeando um processo de intensa degradação da condição de vida de milhares de trabalhadores advinda do maior potencial produtivo desenvolvido e possibilitado pelas revoluções tecnológicas constantes, colaborando para um quadro de desemprego estrutural que segundo a lógica da acumulação flexível e de liberação dos territórios, se apresenta como irreversível. E paralelamente a esse processo dá-se uma intensificação da produção em escala industrial de subjetividades.

Na mesma ordem de idéias, assistimos a um reforço das atitudes segregativas com relação aos imigrantes, às mulheres, aos jovens e até as pessoas idosas. Tal ressurgimento do que poderíamos chamar de um conservantismo subjetivo não é unicamente imputável ao reforço da repressão social; diz respeito igualmente a uma espécie de crispação existencial que envolve o conjunto de atores sociais. O capitalismo pós-industrial que, de minha parte, prefiro qualificar como Capitalismo Mundial Integrado (CMI) tende, cada vez mais, a descentrar seus focos de poder das estruturas de produção de bens e serviços para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade, por intermédio especialmente, do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade, as sondagens etc. (GUATTARI, 1990, p.30/31)

Guattari, ao realizar sua análise de nosso sistema social, o qual ele denomina de Capitalismo Mundial Integrado (CMI), procura observar de que forma esse sistema produz em escala industrial não apenas mercadorias e produtos a serem consumidos, mas também subjetividades. E como forma de se contrapor a essa produção em escala industrial das subjetividades capitalísticas o autor apresenta a possibilidade de se produzirem, por meio de micropolíticas e de ações moleculares, processos de singularização e do que ele chama de heterogênese.

Nessa mesma perspectiva, dever-se-à considerar os sintomas e incidentes fora das normas como índices de um trabalho potencial de subjetivação. Parece-me essencial que se organizem assim novas práticas micropolíticas e micro-sociais, novas solidariedades, uma nova suavidade juntamente com novas práticas estéticas e novas práticas analíticas das formações do inconsciente. Parece-me

que esta é a única via possível para que as práticas sociais e políticas saiam dessa situação, quero dizer, para que elas trabalhem para a humanidade e não mais para um simples reequilíbrio permanente do Universo das semióticas capitalísticas. Poder-se-ia objetar que as lutas em grande escala não estão necessariamente em sincronia com as práxis ecológicas e as micropolíticas do desejo. Mas aí esta toda a questão: os diversos níveis da prática não só não têm de ser homogeneizados, ajustados uns aos outros sob uma tutela transcendente, mas, ao contrário, convém engalá-los e processos de *heterogênese*. (GUATTARI, 1990, p.35)

Observe-se que Guattari não nega as desigualdades e as consequências das degradações de existência que presenciamos e vislumbramos potencializadas no futuro, mantidas sob essa lógica capitalista. O que o autor procura assinalar, e que podemos presenciar na atualidade, é uma modificação do imaginário populacional, que pode ser encarado também como um produto das relações e formas de produção - ou pelo menos de condução das mesmas - capitalistas.

Parece se apresentar como prioridade para esses coletivos a experimentação e o exercício de novas práticas e distintas maneiras de se relacionar e de ser socialmente. Quando aqui utilizamos o adjetivo “novas”, não queremos com isso afirmar que esses coletivos em seus encontros e em suas práticas cotidianas estejam fundando uma espécie de prática social desvinculada ou autônoma de sua realidade, preconizando nesses micromovimentos uma vanguarda revolucionária capaz de se desvincular totalmente dos poderes e influências impostas socialmente, atuando livremente e de acordo com sua vontade.

Essas distintas formas de se relacionar e agir no mundo partem necessariamente do dado, e imposto socialmente, mas procuram por meio de um exercício contínuo e árduo de desenvolvimento de saberes e práticas inverter, mesmo que temporariamente a lógica pela qual a sociedade se move mais comumente. É fato que cada um desses indivíduos necessita buscar sua sobrevivência, se inserir socialmente, profissionalmente e etc. Pouquíssimos desses coletivos - justamente pelo fato da maioria deles rejeitar o formato institucional e mais “estruturado” de organizações não governamentais como WWF, Greenpeace, e etc - recebe remuneração direta advinda desse tipo de prática. Entretanto, apesar desse determinante, esses indivíduos conseguem fazer uso de seu tempo livre empregando nesses projetos e trabalhos sua criatividade e disponibilidade voluntária para experimentar formas, se não novas, “alternativas” à lógica dominante. A não restrição e não direcionamento de suas ações sob a lógica do lucro ou econômica é

fundamental para a mais dinâmica troca de conhecimentos e experiências; a descentralização de suas ações possibilitando que se descarte disposições hierárquicas ou burocratizadas para tomadas de decisões e ações; a procura, quando possível, por atuar consensualmente e de maneira mais igualitária, e principalmente a união temporária - as conexões temporárias que se estabelecem ou se rompem de acordo com a disposição voluntária e não obrigatória - apontam para a concretização de ações certamente mais prazerosas, enriquecedoras e criativas, mesmo que não mais “eficientes”, do ponto de vista hegemônico.

As organizações internacionais têm muito pouco controle desses fenômenos que exigem uma mudança fundamental das mentalidades. A solidariedade internacional é hoje assumida apenas por associações humanitárias, ao passo que houve um tempo em que ela concernia em primeiro lugar aos sindicatos e aos partidos de esquerda. O discurso marxista, por sua vez, se desvalorizou. (Não o texto de Marx, que, este sim, conserva um grande valor.) Aos protagonistas da liberação social cabe a tarefa de reforjar referências teóricas que iluminem uma via de saída possível para a história que atravessamos, a qual é mais aterradora do que nunca. Não somente as espécies desaparecem, mas também as palavras, as frases, os gestos de solidariedade humana. Tudo é feito no sentido de esmagar sob uma camada de silêncio as lutas de emancipação das mulheres e dos novos proletários que constituem os desempregados, os “marginalizados”, os imigrantes. (GUATTARI, 1990, p.26/27)

Um aspecto que se apresenta como fundamental, para Guattari, são as formas de produção de subjetividade, daí ele invocar com frequência os movimentos feministas anti-racistas. Partindo dessa linha argumentativa o autor não nega a relevância da produção material, mas sustenta a tese que a produção da subjetividade que poderia ser traduzida na produção de signos, símbolos, modas e territórios existenciais, desempenham um papel crucial no Capitalismo Mundial Integrado.

A ecologia social deverá trabalhar na reconstrução das relações humanas em todos os níveis, do *socius*. Ela jamais deverá perder de vista que o poder capitalista se deslocou, se desterritorializou, ao mesmo tempo em extensão – ampliando seu domínio sobre o conjunto da vida social, econômica e cultural do planeta – e em “intenção” – infiltrando-se no seio dos mais inconscientes estratos subjetivos. Assim sendo, não é possível pretender se opor a ele apenas de fora, através de práticas sindicais e políticas tradicionais. Tornou-se igualmente imperativo encarar seus efeitos no domínio da ecologia mental, no seio da vida cotidiana individual, doméstica, conjugal, de vizinhança, de criação ética pessoal. (GUATTARI, 1990, p.33/34)

Esse tipo de perspectiva apresentada por Guattari encontra ampla reverberação no contexto midiativista em muitos de seus artigos e trabalhos. Como podemos perceber

no texto produzido pela V2_Organization, o objetivo principal que move o uso tático de mídia é o fortalecimento local, e a criação de oportunidades e experimentos que promovam outras formas de se relacionar não apenas com um meio comunicativo, mas primordialmente o uso de vários meios e técnicas (low e hi-tech) que promovam outras formas de se inter-relacionar com pessoas e comunidades.

Segundo a perspectiva do coletivo muitos dos ativistas de mídia tática encontram-se numa situação um tanto frustrante. Estes artistas e ativistas de mídia se deparam com uma série de discursos e práticas midiáticas envoltas em uma “ideologia tecnológica” que parece condenar suas ações a um arcaísmo e falta de efetividade inevitáveis. (BROECKMANN, 1995) O texto se refere a uma “ditadura” do novo, que estes coletivos tentam se desligar. Um fatalismo McLuhaniano que preconiza que o suporte, o meio, determina a mensagem e que alude a uma suposta liberdade exclusiva aos usuários da rede ou de altos instrumentos e implementos tecnológicos. Segundo a perspectiva do coletivo, determinados meios ou suportes, que em determinados contextos seriam considerados obsoletos, se apresentam como revolucionários para comunidades territorializadas e desprovidas da tão aclamada mobilidade pós-moderna. Um exemplo que o coletivo apresenta pode ser útil para compreendermos ao que ele se refere:

“Novo” é, nesse caso, não o significado mais recorrente a novidade atual – é improvável que qualquer um identificasse a recém inventada rádio Wind-up, que realiza recepção sem necessitar de energia elétrica substituindo a mesma por meio de cabos e baterias, como um “novo meio”, entretanto o mesmo provou ser revolucionário, ou totalmente inovador, em áreas com pouca ou nenhuma infra-estrutura elétrica. Essa noção de novidade na atualidade se apresenta de uma forma limitada, se definindo como um indicador de velocidade de transmissão e de envelhecimento. (BROECKMANN, 1995)

Segundo a visão desses praticantes de mídia tática, é fato que os computadores têm causado um imenso e inegável impacto nas configurações e nas formas de desenvolvimento mais recentes sobre as tecnologias de mídia. Entretanto, a digitalização e as políticas de trabalho nas redes eletrônicas não são, necessariamente, os fatores mais importantes para uma avaliação crítica da prática de mídia contemporânea.

A visão que esse coletivo tem sobre o uso tático de mídia, e sobre as suas próprias práticas artísticas e midiáticas, configura-se sob um outro viés analítico. Este coletivo adota o termo *ecologia das mídias*, que segundo os autores, pode ser descrita

como uma série inter-relacionada de materiais, práticas e trajetórias teóricas – que antes de se excluírem, como prega a ideologia tecnológica, na verdade se complementam - que constituem uma “formação”, um *stratum*, uma máquina espacial e temporal que é dirigida por outras máquinas. Entendendo-se aqui o termo máquina no sentido que Guattari a apresenta, por exemplo, em *Cartografias do Desejo. Micropolítica*, onde o mesmo não se refere especificamente a um aparato técnico, mais frequentemente associado a idéia de máquina enquanto um aparato mecânico, mas máquinas no sentido de máquinas sociais, produtoras de subjetividade, máquinas estéticas, máquinas teóricas. *Em outras palavras, há máquinas territorializadas (em metal, em eletricidade, etc.), assim como há também máquinas desterritorializadas que funcionam num nível semiótico completamente outro.* (GUATTARI, 1986, p.239)

A maneira pela qual o coletivo expressa a forma “organizacional”, ou a forma como esses vários tipos de “máquinas semióticas” se encadeiam – máquina que dirigem outras máquinas - também se explica dentro das obras de Guattari. Segundo sua concepção, essas máquinas não funcionam isoladamente (sejam elas máquinas técnicas ou sociais), elas operam por agregação, na forma de agenciamentos maquínicos. *Uma máquina técnica, por exemplo, numa usina, está em interação com uma máquina social, uma máquina de formação, uma máquina de pesquisa, uma máquina comercial, etc.* (GUATTARI, 1986, p.320)

Segundo o texto do coletivo V2_Organizations a compreensão crítica da ecologia das mídias, amparada no modelo que Guattari nomeia de ecosofia, se apresenta de forma oportuna, pois proporciona uma perspectiva para midiativistas e artistas se habilitarem para conduzir suas vidas sociais e políticas de uma forma considerável e responsável.

Broeckmann, integrante do coletivo V2_Organization, ainda realiza a análise de outro tipo de máquina, distinta da de Guattari. Esse outro tipo de máquina seria a máquina militar, cunhada por Manuel Landa, um escritor mexicano, em sua obra *Guerra na Era das Máquinas Inteligentes* (1991). Apesar de Broeckmann acreditar que a adoção de analogias e metáforas militares não serem as mais apropriadas para descrever e orientar a ação tática de mídia, ele acredita ser essa uma boa oportunidade para se analisar e compreender em qual nível operacional a mídia tática está engajada, quando suas motivações são as lutas dissidentes contra um opressor, ou quando tentam criar uma nova forma social associando necessidade e possibilidade.

[...]uma máquina composta por níveis claramente distintos [...]: o nível das armas e dos equipamentos bélicos; o nível das táticas, no qual homens e armas estão integrados em formações; o nível da estratégia, no qual as batalhas que são lutadas por aquelas formações adquirem um objetivo político unificado; e finalmente o nível das logísticas, de mediação e suporte de redes comunicativas, na qual a guerra está conectada a recursos industriais e agrários que a abastece. (Landa apud BROECKMANN, 1995)

A maior objeção que Broeckmann realiza a aplicação de analogias entre táticas de mídia e esse tipo de tática militar é a de que o contexto militar e seu cenário são baseados numa situação de confronto e luta contra um oponente, enquanto o uso de meios, como a TV, impressos, ou redes eletrônicas freqüentemente tem a função de comunicar, de ligar, de reunir. A máquina militar é mais especificamente programada para operar em um espaço-tempo limitado e excepcional denominado “guerra”, enquanto que as mídias táticas são utilizadas tanto em situações cotidianas quanto em situações político sociais mais extremas.

Nesse sentido Broeckmann propõe uma paráfrase da máquina militar de Landa para descrever a ecologia das mídias, que segundo o autor, se configura em uma máquina também composta de níveis distintos. Os níveis dos meios comunicativos, suas ferramentas e instrumentos; o nível das táticas no qual indivíduos e meios estão integrados em formações; o nível das estratégias no qual as campanhas são conduzidas por aquelas formações que adquirem um objetivo político unificado; e finalmente, o nível das logísticas, de mediação e suporte das redes comunicativas, no qual as práticas de mídia estão conectadas a recursos de infraestrutura e industriais que as abastecem.

O autor, após realizar essa breve comparação e análise dessas formas de agenciamento maquínico, afirma não ter certeza se esse modelo se apresenta de forma satisfatória para explicitar em qual nível operacional se encontra o uso tático de mídia. Principalmente porque essa forma de encarar os agenciamentos maquínicos pressupõe uma certa hierarquização entre os níveis de hardware/suporte, táticos, estratégico e logístico. Essa forma de hierarquização dos vários níveis, segundo a interpretação do autor, atribui uma função operacional apenas primária ao nível tático, enquanto que a prática de mídia só adquire impulso político efetivo no nível estratégico.

É no que diz respeito a essa visão operacional da ecologia das mídias que o autor pretende debruçar sua análise e reflexão mais profundamente, e que parece ser oportuno resgatar a perspectiva de heterogênesse de Guattari.

Broeckmann argumenta que a aparente fragilidade estrutural das formas organizativas do uso tático de mídia, dada a sua abstenção de um objetivo político

unificado, acaba resultando no principal fator potencializador do uso tático de mídia: a flexibilidade e seu formato organizacional sugerem uma compatibilidade mais ampla com outras iniciativas. Dado seu formato organizacional descentralizado os usos táticos de mídia acabam incorporando mais amplamente uma característica mais agregadora do que segregadora. Essa característica dota o uso tático de mídia de uma maior habilidade para formar alianças temporárias, não importando diferenças políticas ou ideológicas. Segundo Broeckman, essas características não compõem apenas um estilo guerrilheiro dos midiativistas, mas uma opção consciente e pragmática feita por todos aqueles que optaram por um caminho na ecologia das mídias.

Então, frente a esta política global do poder se fazem revides locais, contra-ataques, defesas ativas e às vezes preventivas. Nós não temos que totalizar o que apenas se totaliza do lado do poder e que só poderíamos totalizar restaurando formas representativas de centralismo e de hierarquia. Em contrapartida, o que temos que fazer é instaurar ligações laterais, todo um sistema de redes, de bases populares. E é isto que é difícil. Em todo caso, para nós a realidade não passa de modo algum pela política, no sentido tradicional de competição e distribuição de poder, de instâncias ditas representativas do tipo P.C. ou C.G.T.. A realidade é o que está acontecendo efetivamente em uma fábrica, uma escola, uma caserna, uma prisão, um comissariado. De tal modo que a ação comporta um tipo de informação de natureza totalmente diferente das informações dos jornais. (FOUCAULT, 1979, p. 44)

O texto reafirma a necessidade de uma revisão da análise crítica do terreno social e cultural no qual a mídia tática opera, para pensar uma estética prática de mídia que seja ao mesmo tempo uma ética e uma política. Isso porque, segundo a visão de Broeckmann, a mídia tática pode ser descrita como transmissora de dissidências de poder, de distúrbios e de singularização. É nesse sentido que para o coletivo o uso tático de mídia pode ser potencializado na medida em que se transforma em “máquinas” produtoras de diferenças, heterogeneidades. Segundo a visão de Broeckmann, a criação e a prática de singularização sugerida por Guattari pode se apresentar como uma forma norteadora que os praticantes de mídia tática podem adotar ao realizarem escolhas de ferramentas e estratégias de ação.

Os princípios norteadores do uso tático de mídia são os processos de construção de canais comunicativos e experienciais cotidianos, que se materializam em outras e diferentes formas de se encarar o outro, o espaço, e a própria comunicação. Os suportes e ferramentas comunicativas que são utilizadas não delimitam as ações, são as ações e intervenções idealizadas e almejadas que determinam qual suporte deve ser apropriado,

ou em alguns casos, construído, para atender a demanda gerada pelo grupo de pessoas envolvidas.

Uma imensa reconstrução das engrenagens sociais é necessária para fazer face aos destroços do CMI. Só que essa reconstrução passa menos por reformas de cúpula, leis, decretos, programas burocráticos do que pela promoção de práticas inovadoras, pela disseminação de experiências alternativas, centradas no respeito à singularidade e no trabalho permanente de produção de subjetividade, que vai adquirindo autonomia e ao mesmo tempo se articulando ao resto da sociedade. (GUATTARI, 1990, p.44)

Para dar uma noção da amplitude pela qual o uso tático de mídia enquanto agenciamento maquínico desejante, produtor de singularidade, a V2_Organization apresentou em seu espaço um projeto que realizou em parceria com Krzysztof Wodiczko (Varsóvia, 1946) que é um artista multimídia e professor do MIT.

Wodiczko foi Diretor do Center for Advanced Visual Studies (1995-96) do MIT e atualmente dirige um novo grupo de estudos do Media Lab do MIT, o Interrogative Design Group. Segundo definição do site Interrogative Design⁹, seu trabalho consiste em *Homeless Vehicles* e os *Porte-Parole*. Wodiczko iniciou seus trabalhos táticos de mídia com projeções sobre edifícios urbanos com a intenção de realizar críticas sociais e políticas.

Conhecido internacionalmente por suas projeções políticas em monumentos históricos e prédios públicos, Wodiczko, aos 59 anos, é um sobrevivente da arte conceitual, nascida, evidentemente, nos anos 60. Já comprou briga com a Embaixada da África do Sul em Londres por projetar uma suástica em suas paredes. Ganhou a antipatia do governo Thatcher por criticar sua política econômica nos prédios públicos de Edimburgo e comoveu o mundo inteiro ao projetar, há três anos, em Hiroshima, depoimentos filmados de sobreviventes da explosão atômica. Wodiczko, que mora em Nova York, já participou das mais importantes bienais de arte, inclusive a de São Paulo. (GONÇALVES, 2002)

Seus principais trabalhos são obras de arte pública e projetos de intervenção social que focam sua criação artística na observação de extratos da população que são freqüentemente ignorados ou encarados como estranhos ao território/ lugar que habitam, como imigrantes, sem teto, mendigos. Wodiczko cria, com uma estética artística e comunicativa própria, ferramentas e utensílios para estes extratos da população, almejando, através de suas criações, evidenciar e criticar a forma como esses indivíduos são tratados e realizando uma crítica também ao (não)lugar social a que essas pessoas são submetidas. Não obstante, o tema da ocupação dos espaços urbanos como sintoma

⁹ www.web.mit.edu/idg

social decorrente de uma lógica de organização determinada é percebido por Wodiczko e posto em discussão em seus trabalhos.

Um exemplo característico do tático pode ser visto no trabalho do artista polonês Krzysztof Wodiczko que percebe como as hordas de desalojados agora ocupam o espaço público das cidades: praças, parques, vãos de estações de trem que tinham antes sido desenhados por uma triunfante classe média para celebrar a conquista de seus novos direitos políticos e liberdades econômicas. Wodiczko acredita que estes espaços ocupados formam novas âgoras que deveriam ser usadas para sua determinação. O artista, diz ele, "precisa aprender como operar como um sofista nômade numa pólis migratória. (LOVINK & GARCIA, 1997)

A proposta de Wodiczko não é criar produtos direcionados a um público “não-consumidor”, como uma alternativa para as desigualdades e disparidades de uma sociedade, e sim possibilitar uma crítica, viabilizar um momento para que se lance um outro olhar sob os indivíduos socialmente invisíveis, justamente por não se configurarem em um público alvo ou consumidor potencial. São instalações artísticas ou intervenções urbanas críticas e não uma linha de produção de mercadorias. Com seus trabalhos o artista em questão pretende levantar alguns pontos e questionamentos como por exemplo: Para quem é feita a arte?

Ele (Wodiczko) cria um design tecnológico performativo que não é direcionado para a transmissão de informação generalizada para amplas, e geralmente, indistintas audiências públicas, mas uma que permite à indivíduos que são normalmente silenciados e privados da possibilidade de fala, ou discurso, dadas as suas circunstâncias existenciais, de comunicar e narrar sua existência. (BROECKMANN, 1995)

O *Homeless Vehicle* (veículo para o desabrigado ou sem teto) foi criado por Wodiczko em 1987 na cidade de Nova York quando o número de desabrigados e mendigos, segundo levantamento solicitado pelo prefeito da cidade na época, Nelson Rockefeller, girava em torno de 7.000 mil pessoas. Nesse ano Wodiczko idealizou o *Homeless Vehicle*, um protótipo pensado para os moradores de rua que sobrevivem dos restos e do lixo produzido nos grandes centros urbanos.

Há muitas severas na cidade de Nova York para a eliminação inapropriada de lixo reciclável, como garrafas de plástico ou vidro, latas de ferro ou alumínio. Os *evitados* (como Wodiczko prefere chamá-los) encontraram aí sua fonte de subsistência: é muito comum, mesmo hoje, encontrar nas ruas da cidade pessoas empurrando carrinhos de feira ou supermercado cheios de garrafas e latas. Eles passam o dia todo recolhendo esse material e vendem no final do dia. Não importa onde estejam, nunca abandonam seus carrinhos. A proposta de Wodiczko uniu a necessidade de um instrumento de trabalho e moradia: no *HV* há espaço para armazenar as garrafas e latas, assim como estrutura para

atividades de sobrevivência mínimas: comer, dormir, defecar, lavar-se e descansar. (DUARTE, 2006)

A intenção do artista com a criação desses protótipos não é proporcionar uma solução paliativa para esse extrato da população, mas sim questionar e alertar para uma situação social que é mais frequentemente naturalizada e ignorada pela maioria das pessoas. Wodiczko tem uma atração especial por camadas da população que poderia ser classificada como “nômades”. Mas não no sentido de possuírem uma maior mobilidade espacial, característica exclusiva da elite nômade, mas um nomadismo que poderia ser melhor traduzido como desterritorialização forçada que relega a uma parte da população a um não-lugar social. *Os turistas viajam porque querem; os vagabundos porque não têm outra opção suportável.* (BAUMAN, 1999, p.101)

Seus protótipos foram criados para imigrantes e para sem teto, extratos da população que possuem uma relação diferenciada com o espaço e com o território, além de serem também produto dessa forma de desenvolvimento das sociedades capitalistas. Essas pessoas se configuram como um “produto indesejável” de nosso desenvolvimento econômico. E ao mesmo tempo em que se configuram enquanto produto, também são a “causa” do desenvolvimento de formas diferenciadas de gestão do espaço público e privados dos centros urbanos. As formas “alternativas” de exclusão geradas dentro desse processo de urbanização capitalista podem ser exemplificadas na criação de condomínios fechados, centros privados de entretenimento, a segregação de camadas da população mais pobres nas periferias urbanas.

O interesse principal de Wodiczko se concentra não nas formas de exclusão e segregação espacial gerada por esse tipo de desenvolvimento e gestão urbana, que se configuraria numa limitação física geograficamente como os muros ou separações nítidas entre zonas abastadas e desprovidas das cidades. Seu interesse reside na exclusão que se dá intra-muros dentro dos espaços urbanos. Como bem assinala Felipe Duarte em seu artigo: *Nomadismo e Desterritorialização Urbanos: Nova York* publicado no Rizoma.net:

Atinge-se o último estágio da fragmentação urbana: a exclusão. Desde a primeira muralha da primeira cidade, há a figura do excluído. Grupos que não faziam parte do contexto histórico, social, religioso ou cultural de determinadas comunidades se organizavam em volta dos muros que delimitavam o território das cidades. Entretanto, a figura do *homeless* traz uma exclusão intra-muros. Dentro do próprio espaço das cidades, elementos se desprendem – ou melhor,

são desprendidos – sem contudo migrarem para outros lugares. (DUARTE, 2006)

Estes indivíduos têm uma forma particular de se relacionar com os espaços urbanos, onde são indesejáveis, seja ele privado ou público, são impelidos a se movimentar constantemente pelo espaço urbano sem poderem se fixar em nenhum lugar onde possam criar laços ou uma identificação mais profunda. Esta situação, entretanto, não parece despertar a atenção dos habitantes das cidades, justamente pelo fato destes indivíduos configurarem “algo” que se deseja evitar, estranho e estigmatizado.

Quando colocamos o protótipo do **Homeless Vehicle** nas ruas, as pessoas que não são desabrigadas nos perguntavam: para que serve isso? Como funciona? Essas pessoas veem sem-tetos todos os dias e não perguntam nada. Estavam sendo provocadas pelo objeto a questionar as coisas. (DESIGN, 2006)

O trabalho que Wodiczko apresentou durante a terceira edição do N5M se dirige a outro grupo que frequentemente é estigmatizado e encarado como “estranho” no terreno que habita, os imigrantes. O *Alien Staff*:

O *Alien Staff* é um equipamento portátil de participação pública. Um instrumento em forma de bastão, composto por um cilindro onde são depositados objetos pessoais do portador, e um micro-monitor de vídeo na ponta. As pessoas na rua são atraídas pela estranheza do objeto. Ao tentar ver as imagens no monitor, são obrigadas a se aproximar e encarar os imigrantes de frente. O diálogo se estabelece. (DESIGN, 2006)

O *Alien Staff* é um sistema de comunicação móvel que tem como intuito facilitar a criação e difusão de narrativas de imigrantes, ou “seres estranhos” aos países que habitam, sejam pelas dificuldades que estes encontram para ter domínio do idioma local e para se expressarem em pé de igualdade com os cidadãos “nativos”, seja pela posição social desfavorável que estes “estranhos” ocupam na sociedade para a qual emigram. A utilização deste nome para sua criação se faz interessante pois segundo uma nota de tradução de Dowing, e também a definição que aparece no dicionário Michael da Uol, o termo alien pode ser traduzido tanto como alienígena, como pode denominar o estrangeiro, existindo em inglês até mesmo a expressão alien citizen (cidadão estrangeiro).

Para a performance interativa com esse equipamento um material narrativo é gravado previamente para depois ser transmitido. Esse material é composto por narrativas, entrevistas, informações biográficas, descrições das dificuldades as quais essas pessoas têm de se adaptar para se estabelecerem nesses locais, enfim uma gama de

histórias e narrativas que elas comumente não teriam a oportunidade de expressar nesse novo ambiente. O instrumento funciona também como um intérprete, em dois sentidos: tanto como tradutor quanto como mediador. O *Alien Staff* é para ser usado em espaços públicos como ruas e praças onde se espera que os pedestres sejam atraídos por tal equipamento e ao se aproximem acabem por travar uma “conversação” com o operador. A aposta de Wodizcko na criação desses utensílios com designs tecnológicos chamativos é a mesma em todos os projetos: se as pessoas normalmente não se incomodam, ou não reparam nessas pessoas que são lançadas à invisibilidade social, a tática é despertar o questionamento fazendo usos dessas ferramentas e aparatos tecnológicos para atraí-las.

Com essas ferramentas Wodizcko aborda a questão da arte e da mídia de uma perspectiva de comunicação interpessoal. Ele cria um design tecnológico performático que não é direcionado para a transmissão de informação generalizada para amplas e indistintas audiências, mas sim para viabilizar meios pelos quais indivíduos que são normalmente silenciados e privados da possibilidade de expressar e de se fazerem ouvir. O projeto de Wodizcko não serve apenas para chamar atenção para os grupos marginais, mas também colabora para que esses indivíduos concretizem mentalmente seu próprio deslocamento, para que eles possam construir e reconhecer sua própria complexidade.

Segundo o relato da V2_Organization a pesquisa de campo para a consolidação dessa intervenção se iniciou em dezembro de 1995, quando Wodiczko foi para Roterdã, na Holanda, para preparar o projeto para Janeiro de 1996, que posteriormente seria apresentado durante a edição do N5M2. Junto com Andréas Broeckmann e outros membros da instituição visitou um centro para exilados e conversou com uma série de imigrantes da Etiópia, Alemanha, Mongólia, Polônia, Escócia, Libéria, Somália, Turquia e dos Estados Unidos, procurando operadores para o *Alien Staff*. Essas conversas revelaram para os pesquisadores a complexidade dos problemas com os quais os imigrantes têm de lidar na Holanda, e segundo a perspectiva dos mesmos, também evidenciou a impressionante similaridade de muitos aspectos da vida dos imigrantes dos anos 1990. Cada história é diferente, ou singular, cada imigrante tem sua história e forma de lidar com ela, entretanto o fato de todos estarem contra o mesmo sistema de fronteiras - contra o mesmo sistema de leis de imigração que tem como objetivo propor formas de prevenção de imigração, contra as mesmas instituições e administradores, que definem permissões de permanência, responsáveis pela dificuldade que esses indivíduos tem de se fixarem no país – de uma certa forma une, não homogeneiza, todas essas

peessoas. Esse conjunto de limitações e obstáculos comuns que todos esses indivíduos singulares têm de enfrentar acaba por submetê-los a uma espécie de “molde” imposto pelo governo local, que é freqüentemente interpretado como “tratamento padrão”, mas que na realidade colabora para aumentar a xenofobia. O objetivo do projeto *Alien Staff*, como bem coloca o coletivo, é incitar uma performance comunicativa que procura se colocar contra os estereótipos e contra o silêncio impostos aos imigrantes.

O Alien Staff procura oferecer aos indivíduos uma oportunidade de re-lembrar e re-contar suas próprias histórias, e a confrontar as pessoas que habitam os países para os quais eles imigraram estas histórias particulares. Esse instrumento foi idealizado como um meio que colaborasse para re-subjetivar o migrante, tendo em vista que este é freqüentemente percebido como a representação de um grupo homogêneo de indivíduos problemáticos. Por meio do Staff, e da oportunidade desses indivíduos de reafirmar suas perspectivas e pontos de vista, pode-se viabilizar um momento de confronto entre os “cidadãos nativos” e a visão que os imigrantes têm do país que os recebeu. (BROECKMANN, 1995)

Nesse sentido o coletivo que colaborou para a implementação do projeto acredita que o *Alien Staff* acaba por desempenhar mais um papel nesse processo intercomunicativo: o de espelho para a sociedade que recebe estes migrantes, revelando aspectos “inconscientes” de sua forma de se relacionar com esse grupo de pessoas. Mas ao mesmo tempo os operadores do *Alien Staff*, ou seja, os indivíduos que se propuseram a narrar suas histórias pessoais e suas perspectivas, não o fazem no papel de “representantes dos imigrantes”, mas representantes deles mesmos, suas performances pretendem simbolizar a diferença e a individualidade do que é freqüentemente considerado como um conjunto generalizado de problemas.

O motivo da V2_Organization apoiar e apresentar este trabalho de Wodiczko vai ao encontro da proposta e argumentação teórica que eles apresentaram para o N5M2 e que estamos analisando nesse capítulo, a saber, a concepção de que o uso tático de mídia deve procurar e nortear suas ações para a criação de agenciamentos maquínicos geradores de momentos de singularização, que proponham formas diversas de ver e perceber a comunicação, as relações cotidianas, independentemente do suporte. Eles vêem a relevância da apresentação do projeto dentro do N5M como uma oportunidade de reafirmar um uso diferenciado das potencialidades da mídia tática, que procuram abordar questões que não necessariamente se pautam pela quantidade ou amplitude de audiências abordadas, ou que se restringem a suportes e meios massivos. A preocupação desses artistas e suas performances é, como bem assinalou Guattari, norteadas pelo

desejo de se gerar momentos de intercomunicação, em um período quando a quantidade de pessoas a que temos acesso de nos relacionar é cada vez mais ampla, mas simultaneamente a intensidade dessas relações é cada vez menor.

Será importante questionar quais são as lições que podemos tirar dessas ações e instrumentos em relação as funções comunicativas, sociais e psicológicas das outras mídias. O apelo para uma salientação da comunicação imediata humano-para-humano e face-a-face re-introduz uma função da mídia que é freqüentemente esquecida quando nosso foco se concentra na mídia de massa. (BROECKMANN, 1995)

Existem muitas formas e formatos que a mídia tática pode explorar, justamente por essa não estar vinculada a um mercado ou a corporações midiáticas, que acabam sendo deixadas de lado quando se foca exclusivamente o confronto da mídia de massa e não criação de canais comunicativos entre suas brechas. Muitas vezes deixa-se de explorar as potencialidades que essa forma de construir e operar mídia tem a oferecer, por uma espécie de obsessão com padrões propostos e impostos a mídia de massa. Guattari coloca muito pertinentemente em sua entrevista sobre as rádios livres inseridas no *Cartografias do Desejo.Micropolítica*, essa forma diferenciada de utilização dos meios comunicativos que apresentam uma série de potencialidades que podem ser exploradas, já que essas mídias alternativas podem operar livres dos padrões que os moldes comerciais impõe, como índices de audiências e informes publicitários.

A utilização da radio livre, como o próprio Guattari coloca, é completamente distinta da rádio de massa, estabelecendo inclusive novas formas de escutar rádio. Segundo relato do autor, a Rádio Tomate foi a primeira a chamar imigrantes africanos para fazer rádio, onde podiam divulgar os grupos musicais que preferiam e realizar sua própria forma de apresentação. A experiência se estendeu a espanhóis, italianos, alemães, poloneses, bascos, bretão, cada indivíduo tinha sua forma particular de produzir seus programas e alguns programas inclusive eram realizados no idioma dos “radialistas”, uma mídia de massa voltada para amplas audiências e norteadas por esses índices nunca permitiria essa forma de gerir e organizar uma rádio. Jesus Martin Barbero que, em seu livro *Dos Meios as Mediações* (2003) , propõe, em sua análise sobre a globalização e o desenvolvimento dos meios comunicacionais, focar não apenas os fluxos de capitais e de mercadorias, mas também os fluxos humanos e culturais, também atenta para esses outros usos, essas outras formas que os meios de comunicação podem proporcionar aos indivíduos além do modelo massivo a que mais freqüentemente temos acesso:

Uma rádio boliviana de Buenos Aires, além de transmitir melodias e notícias provoca saudades, propõe rituais para encontros imaginários: “Nossa música. Vamos dar as mãos, compadres. Vamos fechar os olhos e pensar que estamos na nossa terra!” Como diz o antropólogo que estudou esse grupo, a comunicação já não se dá em volta do fogo da aldeia, e sim diante da aldeia construída pelo rádio. Nesse espaço midiático, a nação se recompõe fora das relações com o território específico chamado Bolívia. (BARBERO, 2003, p.51)

Fora do âmbito corporativo a mídia ou dos meios comunicativos de massa, as práticas táticas de mídia podem desempenhar diversas funções e potencialidades; podem ter como o objetivo uma comunicação interpessoal, ou visar um grupo específico de pessoas, ou mesmo procurar uma mais ampla audiência por meios diversos e até mesmo similares, as ferramentas da mídia de massa, a grande potencialidade do uso tático é a amplitude de opções que ela oferece seja para a emissão, seja para a recepção.

Dowing também coloca essa observação em seu livro *Mídia Radical* quando alerta que quando se analisa mídias contra-hegemonicas tem que se tomar cuidado *contra o gigantismo de ignorar a mídia local por considerá-la insignificante.* (2002,p.264). Entretanto, essa potencialidade da mídia não corporativa em alguns casos pode ser encarada também como limitação, dependendo da abordagem de análise que se coloca. A falta de financiamento e a audiência reduzida, podem, em alguns casos, ser fatal.

Mas a intenção de V2_Organization não era, como eles mesmos colocaram ao longo de toda sua argumentação, propor um único modelo para o uso tático de mídia. Muito pelo contrário, eles pretendiam com suas apresentações no N5M2 abordar diferentes formas de utilização, só que não norteadas por um determinismo hi-tech, e sim comunicativo. Privilegiando ora aspectos e audiências locais, ora aspectos e audiências globais, a organização procurou contemplar distintas iniciativas que privilegiassem as ações às ferramentas tecnológicas.

Enquanto o Alien Staff de Wodiczko encaminha a questão da mídia tática partindo da perspectiva da comunicação pessoal, por e com imigrantes na diáspora, as redes de computadores e a eletrônica oferecem uma estrutura de mídia que permite o desenvolvimento de comunicação trans-local. Elas têm o potencial para manter laços entre comunidades dispersas, e de forjar ligações entre novas comunidades trans-locais emergentes. Seu êxito se concentra no grau de acessibilidade que pode ser encontrado nessas redes, e na relativa liberdade que os usuários têm para moldar a arquitetura das redes de acordo com suas próprias necessidades. (BROECKMANN, 1995)

Para exemplificar o potencial da rede a V2_Organization optou por apresentar, para a mesma edição do N5M2, o web site do Media Filter, composto por um grupo de

ativistas de Nova York, dentre eles Paul Garrin. Esse site contém informações e facilita a comunicação de e para áreas que passam por conflitos políticos, oferece análises dos desenvolvimentos políticos, proporciona estrutura para uma série de iniciativas políticas de arte e ativismo. Dentre as coberturas e ações que os coletivos promoveram foi destacado no texto as realizadas durante o conflito na Iugoslávia, entre as décadas de 1980 e 1990, por meio da manutenção de canais comunicativos para a rádio local B'92 por meio de seu servidor, e com a produção do único periódico independente na área. O site funciona tanto como fórum de discussão como também como central de distribuição e ligação entre uma série de canais de informação.

A B'92 foi uma rádio livre da Iugoslávia que procurou atuar no contexto delicado de uma nação ainda não democrática. Nesse contexto extremamente autoritário, a mídia comercial e pró-governo possuía uma ampla estrutura técnica e suporte financeiro, quando qualquer forma de mídia independente ou contra-hegemônica estava sujeita a uma lei repressora que impedia que elas exercessem seus direitos básicos. No ano em foi realizado o N5M3 (1999) a B92 a rádio, que ainda perdurava como foco de resistência, estava completando 10 anos de existência, bem como o regime autoritário imposto por Slobodan Milosevic.

B'92 uma rádio independente da Iugoslávia na Sérvia, capital de Belgrado. Teve seu início em 15 de maio de 1989 como uma estação de rádio anti-nacionalista e subcultural nos seus primeiros seis meses de existência. Quando a rádio se posicionou também contra o governo foi fechada. Tornou-se uma rádio pirata desde então e tem preservado seu status de independente e desenvolvido suas próprias críticas contra a guerra. Foi essa postura que foi o ponto chave do sucesso da rádio. Atualmente a B'92 transmite 24 horas por dia, e seus produtos jornalísticos são os mais cotados dentro do país bem como por correspondentes estrangeiros. (REESINK, 1999)

Inicialmente a mídia independente no país não teve escolha, a não ser procurar brechas que possibilitassem suas transmissões sem ter a possibilidade de desenvolver alternativas mais sérias e estáveis para se contrapor à mídia controlada pelo estado.

Segundo relato dos participantes da B'92, o regime vigente utilizava a mídia como uma arma para instigar e brutalizar os conflitos, e com as medidas repressivas exercidas contra as mídias independentes o fluxo de informações decresceu. O regime autoritário impôs uma auto promoção por meio do monopólio dos meios comunicativos impondo-se como dominante cultural e forma social.

O coletivo procurou então estabelecer ações colaborativas com uma série de projetos, como por exemplo com o Mediafilter, tanto na esfera midiática quanto no setor não governamental. Procuraram fortalecer o desenvolvimento de mídias locais e estabeleceu uma rede comunicativa com 33 rádios e 17 estações de tv. A utilização de tecnologias modernas, primeiramente a internet, possibilitou que eles burlassem a censura governamental e o fechamento. Vários departamentos foram desenvolvidos conjuntamente com a rádio como de programação de rádio, produção de vídeos e musical e um centro cultural. Eles também estabeleceram o primeiro provedor de internet da Iugoslávia, devido ao monopólio estatal e provendo acesso a internet para mídia independente e ONGs.

Como Sasa Mirkovic, produtor do B'92 explica, você tem também que se infiltrar em outras mídias, se você quer sobreviver. Ou seja, você não pode ficar por anos como uma rádio semi-pirata criticando o governo. Como bem coloca Drukey quando se fixa muito em ser contra um opressor você acaba tendo impresso a marca dele. É preciso encontrar múltiplas formas de produção de singularidade. (REESINK, 1999)

Como pudemos perceber com o exemplo da rádio B'92 o contexto no qual o coletivo e a comunidade local se encontrava exigia a utilização de outras dinâmicas intercomunicativas e criativas, outras formas de agenciamento e organização que valorizam formas de ampliar os conteúdos produzidos e de agregar diversas mídias e ferramentas comunicativas simultaneamente. O coletivo *Mediafilter* operando pela internet consegue articular em seus trabalhos arte, tecnologia, mídia e ação política; em seu site é possível promover encontros, trocas de informação, possibilita conexões com diversos meios, como a TV e o rádio, para distribuição de seus conteúdos via cabo ou satélite, em nível local, nacional e internacional, e via internet pode conectar seus conteúdos com uma série de outros diferentes meios de comunicação como jornais ou informativos.

A relevância dessa apresentação dentro do N5M2 era a possibilidade que esse meio proporcionava para explorar várias funções e inter-relações entre todas essas modalidades comunicativas. Outra característica do *Mediafilter* que foi destacada na apresentação do N5M2 foi a parceria que eles conseguiram estabelecer com alguns grupos da Iugoslávia e principalmente com a rádio B'92, que se apresentava como uma importante oportunidade de se explorar e conhecer como se davam e se mantinham parcerias e redes comunicativas trans-locais.

O texto propunha a discussão da ecologia das mídias, que pretende questionar o conjunto de subjetividades e formações de poder capitalísticas. Destarte, a atual crise ecológica não afeta apenas o ambiente natural, mas é uma crise de dimensões sociais, políticas e culturais que requerem uma completa reorientação de objetivos de produção de bens materiais e imateriais. Mas, principalmente, procurava destacar uma relação de complementaridade entre as novas e velhas mídias que pode ser muito mais proveitosa quando norteadas pelo princípio de resingularização e reestabelecimento das solidariedades sociais, do que uma obsessão tecnológica orientada por uma urgência do “novo”, que antes de estabelecer um processo contra hegemônico estabelece uma homogeneização das utilizações e das relações comunicacionais.

A rede de comunicação eletrônica, especialmente a internet, tem aberto um imenso campo de interação, o qual parcialmente substitui e parcialmente reforça as funções das velhas mídias. Geração, distribuição, acesso e desenvolvimento de informação, ou de conteúdos de mídia em geral, tem sido levados em diferentes formas e trajetórias. Precisamos, primeiramente aprender o que são as estruturas, as possibilidades e as limitações dessa nova ecologia, com o objetivo de então compreender com qual agenciamento de informação estamos lidando. (BROECKMANN, 1995)

Numa perspectiva histórica podemos perceber que as interfaces sempre desempenharam um importante papel na articulação de dados. O uso de mensageiros humanos, a distribuição de livros copiados a mão bem como a produção artística ou muitas cópias de composições são formas de interfaces que tiveram um profundo impacto nos significados e efeitos da comunicação mediada.

Como bem observa Broeckman, não é apenas a comunicação e as formas relacionadas de interação que estão mudando rapidamente, mas as relações entre os seres humanos e os domínios da informação, entre realidades mediadas e outras, entre biológico e tecnológico, estão também sendo submetidas a severas transformações. Segundo essa perspectiva, as noções sobre a vida e sobre o que significa ser humano estão sendo transformadas sob condições da nova ecologia das mídias. Atenta para o fato desses desenvolvimentos não serem exclusivos dos discursos das novas mídias, mas têm seus complementos nos debates sócio-teóricos e filosóficos que tem se travado por décadas, como propõe Deleuze e Guattari, e sugere que seria útil investigar esses debates a luz dos desenvolvimentos atuais. Tanto as necessidades práticas quanto às soluções visuais das novas interfaces ainda estão sob desenvolvimento, mas já se pode

vislumbrar que o designe de tais interfaces irá mudar e influenciar continuamente as formas pelas quais nos comunicamos e definimos o que seremos num futuro vindouro. (BROECKMANN, 1995)

Foi exatamente a partir dessa percepção – a de que não basta apenas o barateamento de equipamento de comunicação, mas a de que cada contexto e realidade política influencia num desenvolvimento diferenciado das potencialidades comunicativas – que o **N5M4** começou a se ampliar e a se interessar por conhecer como essa ação contestatória se dava em diferentes realidades, primeiro se ampliando ao Leste Europeu, posteriormente a América Latina e Oriente Médio.

O que significa o uso das novas mídias se você não fala inglês, vive em Siri Lanka e não tem telefone? Qual ou o que é o impacto de ciber ataques em websites de autoridades? Teriam as novas formas de arte emergido por causa da comunicação em rede tecnológica ou proporcionado pelas novas tecnologias? Estes são alguns dos temas que estavam endereçados à terceira edição do Next five Minutes. N5M é uma série de conferencias sobre o uso de novas mídias num contexto cultural e político. (WAAG, 1999)

Através de uma lista de discussão e alguns contatos pela net (mailman.balie.nl/listinfo/n5m4delsur) foi feito o convite do N5M4 a possíveis artistas, midiativistas e teóricos do meio na América Latina. O objetivo do laboratório seria o de se conhecer mais a fundo a realidade e as possíveis ações e seus formatos na América Latina. Podemos perceber através de alguns artigos de Derek Holzer, ou mesmo de Geert Lovink, que muitos destes artistas ou ativistas já conheciam ou procuravam unificar o oeste e o leste Europeu, e já estavam iniciando alguns projetos colaborativos entre países dessas regiões no ramo das artes visuais ou através de projetos envolvendo rádios comunitárias, mas pouco se sabia do “universo latino”.

2.3 Laboratórios táticos de mídia e o TML brasileiro.

Conforme o encontro foi se ampliando, seu formato organizacional também foi se modificando; o N5M passou a ser o encontro central de uma série de laboratórios que aconteceram em vários países do mundo. E foi a partir dessa ampliação que o Mídia Tática Brasil se inseriu nesse contexto, o MTB foi um dos laboratórios Táticos de Mídia que compôs a plataforma do N5M realizado em 2003 na Holanda e que incluiu vários destes Laboratórios em diversos países em sua plataforma.

Como esta edição do festival em particular veio à tona?

A quarta edição do festival Next 5 Minutes é o resultado do esforço colaborativo de uma variedade de organizações, iniciativas e indivíduos dispersos pelo mundo. O programa e o conteúdo do festival é preparado através de uma série de Laboratórios táticos de mídia (TML'S) organizados localmente em diferentes cidades espalhadas pelo globo. Esta série de TML'S começaram em 11 de setembro de 2002, em Amsterdã. Os TML'S têm sido organizados em: Amsterdã, Sidineï, Cluj, Barcelona, Delhi, Nova York, Cingapura, Birmingham, Nova Escócia, Berlim, Chicago, Portsmouth, São Paulo, Moscou, Dubrovnik e Zanzibar. (N5M4, 2003)

Antes da realização do N5M4 realizaram-se, em diversos locais, uma série de oficinas e laboratórios de mídia tática isolados; cada produtor de mídia ou de qualquer forma de expressão artística, dentro de sua realidade social e disponibilidade, realiza diversas oficinas que são gravadas, documentadas com suas análises, perspectivas, problemas locais. Este material coletado por diversos produtores culturais, ativistas midiáticos, artistas, é o que forma a plataforma do grande evento, que reúne pessoas de várias partes do mundo e propõe mesas de discussão, não apenas para debater a mídia produzida, mas de forma a ampliar o debate e questionar o papel da mesma, além de se apresentar como uma possibilidade de se traçar projetos colaborativos entre coletivos que possuam interesses comuns.

Como já mencionado, o Festival de Mídia Tática no Brasil incluirá os seguintes tipos de atividades e trabalhos: painéis, palestras, workshops e exposições. As palestras e os painéis serão o guia teórico de todo o Festival. Deles seguirão as propostas locais e internacionais de workshops a serem inscritos após a divulgação do evento. Todas as atividades serão complementadas durante o evento por exposições demonstrativas de trabalhos relativos aos painéis. Haverá também um trabalho editorial a ser feito após o evento, englobando toda a documentação produzida durante as apresentações, provavelmente a ser compilado em livro e publicado também no site www.N5M.org. (MTBb, 2004)

No site do Metáfora (wiki.projetometafora.org), um dos coletivos que ajudou na organização e divulgação do festival, encontramos no “documento” adaptado de lista de discussões a definição do que seria Mídia Tática, uma explicação do N5M e de como funcionava seu formato, objetivos do projeto, um plano geral de divulgação não só do festival, mas também do tema e da intenção deste grupo para desenvolver um laboratório na América latina, propondo e convidando coletivos a participarem e montarem esse evento aqui no Brasil. Dentre seus organizadores encontramos nomes como Giseli Vasconcelos, Ricardo Rosas, Tatiana Wells dentre outros.

2.1 Objetivos

A idéia geral do N5M brasileiro é que se divulgue não somente o conceito de mídia táctica assim como, através dele, se possa delinear as eventuais características de grupos Latinos atuantes. Pretendemos também que o evento seja catalisador de alianças e colaborações de trabalhos e grupos que já estão sendo desenvolvidos atualmente, mas que por alguma razão não possuem conexão entre eles. (METAFORA, 2005.)

No ano em que o MTB tomou parte do N5M4 estava organizado segundo um encadeamento de quatro núcleos temáticos centrais: **O reaparecimento do público, Profundidade Local, Tácticas de apropriação e O táctico e o técnico.**

Este encadeamento pretendia articular questões como a da interação com o público, como atraí-lo ou redefini-lo, sobre as ambigüidades da cultura midiática caracterizada por sua mobilidade e globalidade, mas que estão conectadas ao mesmo tempo a contextos locais distintos, questões sobre apropriação, levando em consideração que o produto midiático não é apropriado somente pela contra cultura, mas também pelas instituições ou corporações que trabalham com fins de manutenção e reprodução do sistema, e finalmente questões políticas e de desenvolvimento tecnológico que habilitam ou cerceiam o trabalho táctico.

Além dos debates articulados pelos quatro núcleos temáticos, o festival teve como propósito apresentar, divulgar e discutir o trabalho dos editores internacionais e outras pessoas que trabalharam em parceria com os organizadores do festival na Holanda, no ano anterior ao da apresentação do N5M4, construindo e gerindo os laboratórios tácticos de mídia em suas cidades, colaborando para disseminar essa forma de ação dentro de suas realidades e trazendo o resultado de suas experiências para intercambiá-lo na Holanda com outras experiências, tornando assim possível a presença de uma diversidade fundamental para o êxito do festival. A organização do festival tentou abarcar todos os trabalhos e experiências articulando-os com os temas propostos para enriquecer os debates realizados em cima desse material que finalizaram o evento. Veremos a explicação de mídia táctica no Brasil mais de perto no capítulo seguinte.

3. Mídia Táctica Brasil.

O principal tema do MTB era: Comunidades em Rede e Inclusão Digital. A organização do MTB foi dividida basicamente em três frentes: palestras/debates, workshops/oficinas e exposições/intervenções (de rua, de vídeo ou virtuais). As primeiras foram concentradas na Fundação Japão e Sesc, as segundas na Casa das Rosas e em algumas sedes do Sesc, e as últimas na Casa das Rosas e eventualmente na Avenida Paulista. O evento contou com o apoio dessas instituições e também do Ministério da Cultura, e teve dentre seus participantes “mais ilustres” o então Ministro da Cultura Gilberto Gil, além de Caio Prado e Hermano Vianna, John Perry Barlow, Richard Barbrook, Derek Holzer, David Garcia dentre outros teóricos, ativistas e midiativistas. O MTB mobilizou cerca de 300 pessoas para sua organização e foi realizada uma série de debates, oportunidade em que foram discutidas temáticas sobre mídia independente, arte como tática e resistência, a política das multitudes, ciberativismo, copyleft, filosofia open source, rádios livres, e produções independentes de músicas dentro do cenário brasileiro.

O propósito do Mídia Tática Brasil foi justamente evidenciar ações e projetos que valorizassem uma perspectiva crítica com relação a realidade brasileira e que procurassem intervir na mesma. Mas logo no início do processo de “tradução” do Tactical Media Lab os organizadores do projeto se depararam com a disparidade que existia entre a prática de mídia que mais comumente era apresentada nos encontros do N5M e na Nettime, amparadas em sua maioria em tecnologias sofisticadas, e o tipo de ação tática de mídia brasileiro que também se utilizava da rede para se intercomunicar mas realizavam suas ações e intervenções mais usualmente com baixa tecnologia. Mesmo porque a maioria da população brasileira não possui amplo acesso a essas mídias altamente tecnológicas, e o monopólio das mídias mais populares como rádio e televisão se apresenta de tal forma que chega a quase inviabilizar ações mais efetivas dentro desses meios.

Em Johnny Mnemonic, William Gibson escreve sobre um grupo obscuro de pessoas, os low-techs (Lo-Teks). Os lo-teks são pessoas que vivem à margem da sociedade hi-tech em um futuro próximo. Essas pessoas têm suas próprias e peculiares armas, mesmo quando elas são feitas de lixo tecnológico descartado da sociedade superdesenvolvida de seu tempo. Mas porque falar de baixa tecnologia nos dias de hoje? Uma boa parte dos praticantes de mídia tática gostam de pensar suas ações quando são mediadas por instrumentos altamente tecnológicos, os quais eles possam aprender ou ensinar a usar. É assim que as coisas funcionam, é o que nós usualmente entendemos quando lemos a Nettime ou textos sobre teorias de mídia pela web. Entretanto tal abordagem só funciona se você está falando de um país muito rico no qual um grande número de

peessoas tem acesso a internet ou a equipamentos eletrônicos avançados. E o que acontece se você é um praticante de mídia tática em um país pobre como o Brasil? (ROSAS, 2004)

Controversamente, as políticas públicas em desenvolvimento de softwares livres, ao contrário das legislações extremamente repressivas que regulamentam os meios mais populares, é considerada uma das mais avançadas do mundo. Os projetos realizados nas cidades de Porto Alegre e de São Paulo estão estabelecendo centros de computadores baseados em Linux, chamados Telecentros, localizados em periferias e subúrbios das cidades, apresentando um primeiro passo para o que poderia ser uma “utopia” de democracia virtual no Brasil. Esse quadro e discrepância apresentada pelo cenário brasileiro só vem para reafirmar o clichê que Rosas insere em seu artigo “The Context of the Tactical Media Lab in Brazil”, de que o Brasil é uma terra de contrastes.

O cenário midiativista brasileiro, segundo o relato de Rosas, parece ter começado a emergir com mais força após as movimentações de Seattle e Genova no final da década de 1990, e só ganhou força com a criação do Indymedia Brasil, chamado aqui de Centro de Mídia Independente (CMI), em 2001. Foi a partir do estabelecimento do CMI, que posteriormente se espalhou para várias cidades brasileiras realizando coberturas independentes dos movimentos sociais e protestos populares, que ocorreu uma espécie de convergência inicial de algumas de iniciativas que já eram levadas a cabo no cenário brasileiro, mas ainda se encontravam dispersas e com pouca visibilidade.

Foi este pano de fundo que se apresentava a nós quando pensávamos em realizar o TML brasileiro. Já estava claro desde o início que nós queríamos responder ao aqui e agora de nossa realidade. Conseqüentemente, nós decidimos não convidar “web-artistas” famosos, os quais realizavam práticas muito distantes do que nós entendíamos por “mídia tática”. Nós tentamos procurar por grupos que realizassem ações que poderiam ter componentes baseados no uso da web, mas que ao mesmo tempo não fossem fixos em alta-tecnologia. Tais grupos (indiferente de como eles se autodenominavam como “artistas” ou “ativistas”) estavam espalhados por todo o Brasil. Alguns eram produtores engenhosos, alguns eram parte de uma cultura underground, e existia tanta diferença e diversidade entre os distintos grupos que algumas vezes parecia que suas práticas eram antagônicas umas as outras. O TML abarcou um amplo espectro, de grupos art/ativistas e coletivos até djs e performances teatrais de rua. (ROSAS, 2004)

A forma organizacional do laboratório tático de mídia brasileiro se deu por meio da livre colaboração. Em geral cada coletivo contribuiu na organização do evento e da

grade de horários das diversas atividades nas quais cada coletivo ou midiativista integraria, além da lista de discussão sobre os temas de debates com coletivos de outras cidades mais distantes de São Paulo e que não puderam comparecer ao evento.

Coletivos que usualmente trabalham com performances e ações ou intervenções urbanas compuseram as atividades de protesto ou ação nas ruas, como o Bicletadas, Rejeitados e o Bataucação; coletivos como o Centro de Mídia Independente (CMI) que trabalham através de um site, com vídeos fundado em 2001 e um dos precursores do midiativismo brasileiro, cartazes e panfletos para difusão de informação alternativa, realizou a cobertura do evento e workshop sobre produção de informação independente além de compor mesas de discussão.

Houve também os coletivos que trabalham com imagem e som como o Bijari, Interfusion realizando raves na parte de fora da Casa das Rosas; ou realizando workshops e debates:

Os grupos envolvidos eram bem diferentes entre si: suas ações, criações e áreas de atuação. Variando entre iniciativas de base para a inclusão digital através do trabalho com computadores reciclados com Linux (Projeto Meta:fora), a video ativismo e VJs orientados politicamente (A Revolução Não Será Televisada, Bijari), ação direta e pranks (Bataucação, Rejeitados e Bicletadas), mídia independente, produtores de fanzines (Indymedia Brasil, A Cria) e revistas dedicadas à fortificação dos moradores de rua (Ocas), um coletivo de DJs dedicado a raves gratuitas nos subúrbios (Interfusion), artistas que trabalham com intervenção em mídias (Latuff, Formigueiro), um grupo que colhe narrativas de anônimos em São Paulo (Museu da Pessoa) até as políticas públicas e privadas representadas pelos Telecentros, Internet Livre (SESC) e quiosques digitais do Online Cidadão (SENAC). (MTB, 2002)

Vale destaque ainda o trabalho que o site **Mídia Tática Brasil** (www.midiatatica/mtb.org) disponibilizou sobre uma série de ações coletivas que se instalaram nas periferias de Ermelino Matarazzo, Itaquera e São Miguel. Esse site divulga a proposta do projeto AutoLabs, além de relatórios diários sobre as dificuldades desses coletivos de realizarem concretamente o que haviam objetivado frente à carência dos jovens destas periferias citadas, contradizendo assim inúmeros relatos de teóricos que exaltam o aspecto naturalmente democrático das inovações tecnológicas, ao mostrar que inúmeros jovens estão à margem de todo o “projeto” técnico-científico e produtivo:

Os autolabs são protótipos laboratoriais de alfabetização de mídia e capacitação básica técnica em novas tecnologias. São baseados no conceito de mídia tática, onde mídias baratas do tipo “faça-você-mesmo”, amplificadas na era da revolução tecnológica, permitem o desenvolvimento e aprimoramento da

produção independente individual e/ou coletiva - destacando-se como produção autônoma e elaborada de forma criativa. São centros de orientação, documentação e autoformação de acesso aberto e gratuito, onde prevalece a mediação humana no processo de acesso ao conhecimento, sendo uma troca generalizada dos saberes, estimulando a participação e o trabalho conjunto. (METAFORA, 2005B)

O Autolabs foi uma iniciativa idealizada pela artista Giseli Vasconcelos que, aproveitando a convergência de coletivos proporcionada pelo encontro do MTB e a abertura que o encontro conjuntamente com os teóricos presentes propuseram para dialogar com o Ministério da Cultura e com o Ministro Gilberto Gil quanto ao desenvolvimento de Pontos de Cultura em software livre, para tentar aplicar seu projeto. Teremos a oportunidade de detalhar mais profundamente esse projeto que nos proporcionará uma visão mais aprofundada do contexto do uso tático de mídia brasileiro.

3.1 O local de resistência e a educação tática de mídia.

Para que possamos compreender a importância do posicionamento e da resistência local, e da relevância da utilização dos aparatos comunicacionais para seu fortalecimento frente a essa era globalizada, seria interessante introduzir aqui a perspectiva de Jesus Martin Barbero, em seu artigo *Globalização comunicacional e transformação cultural* (2003), que procura realizar uma reflexão sobre o processo de globalização econômica e comunicacional, impulsionado pelo desenvolvimento de novas tecnologias informacionais e pelo processo de desterritorialização por ele acarretado, e seus efeitos sobre as culturas locais. Segundo o autor, frente a esse cenário de globalização econômica, a questão da localidade tem se manifestado ambigualmente.

Por um lado desenvolve-se uma localidade fragmentada, produzida pelo processo de (neo) liberalismo econômico, seja pela apropriação de espaços e bens culturais que mais lhe convém, seja pela segmentação e especialização das mensagens ou bens culturais que eles comercializam em busca de um nicho ou público alvo específico no mercado; e por outro lado há a localidade de resistência encarada por uma série de comunidades como o local de ação coletiva, de história e memória de um ou vários povos.

Mas o autor tenta deixar claro que a segunda definição de local nada tem a ver com xenofobismos ou extremismos dos tipos relacionados a um ódio ao outro, ou a intolerância ao diferente; isto também seria uma consequência desse processo globalizante, que antes de unir respeitando a diversidade, é massificador, em decorrência dessa fragmentação levada a cabo pelo mercado, que ao submeter todos os espaços de forma extremamente autoritária acabam gerando em muitos casos certas reações extremadas que findam por cair em um totalitarismo tão dogmático quanto o do (neo) liberalismo.

O autor ainda afirma que esse novo sentido de local, de resistência, não seria incompatível com a utilização de tecnologias informacionais e comunicacionais, visto que esse sentido de local associado à resistência e memória coletiva, antes de fragmentar, é um potencial gerador de laços de solidariedade na tessitura social. Esse sentido de local que o autor assinala não se contrapõe ao desenvolvimento de tecnologias comunicacionais globais, mas sim à forma como o sistema econômico se apropria desse local e das novas tecnologias comunicacionais para uma unificação do mercado. Barbero ressalta que em nossa sociedade contemporânea a única esfera realmente mundial – ou mais propriamente unificada –, até o presente momento, é a econômica, e que se torna fundamental traçar uma distinção entre mundialização e padronização cultural.

Essa distinção que o autor afirma existir entre padronização e mundialização cultural decorre do fato de que a última, ao contrário da primeira, não se processa de cima para baixo, ou seja, a partir de um poder dominante que busca padronizar uma cultura tendo em vista sua comercialização no mercado global; para o autor, mundializar uma cultura seria um processo que só se tornaria possível se cada comunidade localizada e enraizada territorialmente em seu cotidiano fosse capaz de se inserir de forma autônoma e não hierarquizada em um contexto global. Parece ser nesse sentido que o autor afirma a relevância da apropriação das novas tecnologias comunicacionais e globais pelas comunidades locais.

O novo sentido que o local começa a ter nada tem de incompatível com o uso das tecnologias comunicacionais e das redes informáticas. Hoje essas redes não são unicamente o espaço no qual circulam o capital, as finanças, mas também um “lugar de encontro” de multidões de minorias e comunidades marginalizadas ou de coletividades de pesquisa e trabalho educativo e artístico. Nas grandes cidades, o uso das redes eletrônicas tem permitido a criação de grupos que, virtuais em sua origem, acabam territorializando-se, passando da conexão ao encontro e do encontro à ação. (BARBERO, 2003, p.59)

O autor prossegue sua análise afirmando que estamos passando por um determinado momento – que ele denomina *modernidade-mundo* - quando a vida social tem sofrido intensas mutações, que desembocam em novas maneiras de estar e perceber, não só o mundo em sua totalidade, mas também a esfera cotidiana, no que se refere às atividades rotineiras como trabalho, lazer, alimentação, vestuário, etc. Todos esses componentes de nossa vida cotidiana parecem estar também sofrendo um processo de desterritorialização, ou como o próprio autor denomina, de *hibridização das culturas*. (BARBERO, 2003, p.60). Por isso Barbero apresenta como fundamental a necessidade de se criar laços e tessituras sociais que estimulem a solidariedade e que re-valorizem as questões públicas e coletivas.

Entretanto, Barbero ressalta em sua análise que essa revitalização do sentido da comunidade e da cultura, como memória coletiva, em nossa atual situação histórica tem que passar por questões fundamentais que se colocam de maneira inevitável, como a da mudança do sentido de diversidade cultural. O que o autor parece constatar é que os processos culturais, principalmente nos dias de hoje, são indissociáveis dos processos comunicacionais, e dentro desse contexto ficam praticamente obsoletas as antigas concepções de tradição cultural que não levam em conta a historicidade dos atuais meios de produção e difusão culturais que são inseparáveis das formas de se armazenar e atualizar elementos culturais em nosso tempo.

As relações da cultura com a comunicação têm sido freqüentemente reduzidas ao mero uso instrumental, divulgador e doutrinador. Essa relação desconhece a natureza comunicativa da cultura, isto é, a função constitutiva que a comunicação desempenha na estrutura do processo cultural, pois as culturas vivem enquanto se comunicam umas com as outras e esse comunicar comporta um denso e arriscado intercâmbio de símbolos e sentidos. Diante do discurso que vê as culturas tradicionais apenas como algo a ser conservado, cuja autenticidade se encontraria apenas no passado e para o qual qualquer intercâmbio aparece como contaminação, é em nome daquilo que em tais culturas têm o direito ao futuro que se faz necessário afirmar: *não é possível ser fiel a uma cultura sem transformá-la*, sem assumir os conflitos que toda comunicação profunda envolve. (BARBERO, 2003, p.68)

Barbero enfatiza que a noção de diversidade vem sendo modificada pela dificuldade de se manter rígidas barreiras culturais com características permanentemente distintas em uma época quando cada vez mais as culturas estão expostas umas as outras, quando se encurtam as distâncias entre o eu e o outro, e na atualidade a possibilidade de afirmar o que é próprio está cada vez mais ligada a

identificação do que lhe é estranho, ou diverso. As próprias cidades, segundo o autor, são exemplo claro disso, onde se presencia uma mistura de estilos, etnias, religiões e línguas. O autor não pretende defender o nosso período com um tom de euforia, de que vivemos numa espécie de *aldeia global* (McLuhan), ou numa comunidade universal. É fato que muitas dessas misturas de estilos e culturas que têm sido promovidas por nossa sociedade advém de uma mercantilização superficial de culturas como estilos de marca, mas juntamente com esse processo fragmentador e caricaturizador das culturas, as comunidades locais e os cidadãos inseridos em seu cotidiano estão constantemente expostos a uma série de referentes e símbolos culturais distintos de uma forma intensa.

Não é com imagens baratas e esquemáticas dos indígenas, dos negros, dos primitivos que a imensa maioria dos discursos midiáticos, e especialmente da televisão, nos aproxima dos outros? E de forma parecida funciona o mecanismo de distanciamento: exotiza-se o outro, folcloriza-se o outro em um movimento de afirmação da heterogeneidade que, ao mesmo tempo que o torna “interessante”, o exclui de nosso universo negando-lhe a capacidade de interpelar-nos e questionar-nos. (Muniz Sodré). (BARBERO, 2003, p.72)

Por isso, o que o autor esforçar-se por destacar é que paralelo a esse movimento de massificação e homogeneização promovido pelas grandes corporações, que chegam até a submeter comunidades inteiras a um processo de exotização e caricaturização cultural, acontece um processo inevitável de exposição ao outro, ao diferente. E para que seja possível desenvolver um processo não de padronização, mas de mundialização das culturas, seria preciso que essas muitas comunidades locais pudessem utilizar e se apropriar dessas ferramentas de intercâmbio e troca para finalmente ligar ou intercomunicar, não apenas com caricaturas culturais predominantemente moldadas por essas corporações, mas com comunidades autonomamente produtoras e difusoras de sua cultura e de suas tradições e representações.

E o que começa a se fazer visível nas emissoras comunitárias é o novo sentido que adquirem as relações entre cultura e política quando os movimentos sociais de bairro ou locais encontram um espaço público como aquele que uma rádio abre, a possibilidade não de *serem representados*, mas de serem *reconhecidos*: de fazer ouvir a própria voz, de poder dizer-se com suas linguagens e relatos. (BARBERO, 2003, p.73-74)

É nessa perspectiva que o autor afirma então que partindo de uma mundialização cultural seria impossível manter as antigas noções de diversidade baseadas em limites rígidos e fronteiras territorializadas, encarando qualquer tipo de intercâmbio ou troca

cultural com outros grupos como uma espécie de *contaminação*. Porque, segundo o autor, quanto mais em contato estiverem umas culturas com as outras, mais difícil se torna criar barreiras rígidas ou cristalizadas entre elas.

Mas insistimos aqui que o processo que o autor está a defender de mundialização de culturas não é o processo que está sendo difundido e mercantilizado por nosso sistema econômico, um processo de dominação de todas as esferas de produção, armazenamento e difusão cultural; este é denominado pelo autor como padronização cultural. Mundialização cultural, para o autor, seria um processo pelo qual as comunidades se intercomunicariam e entrariam em contato livremente, sem uma relação de dominação, e, estando em contato umas com as outras, se tornariam diversas de outras formas. Para serem diversas não seria necessário identificar barreiras rígidas e fixas entre elas, mas antes uma freqüente e constante identificação do outro como algo que deve ser respeitado em suas diferenças e ocasionalmente também assimilado, partindo do discernimento de cada comunidade.

Isso implica um permanente exercício de *reconhecimento* daquilo que constitui a diferença dos outros como enriquecimento potencial da nossa cultura, e uma exigência de *respeito* àquilo que, no outro, em sua diferença, há de intransferível, não transigível e inclusive incomunicável. (BARBERO, 2003, p.61)

A forma como Barbero coloca essa proposição parece estar também conectada à visão de Santaella, no que diz respeito ao posicionamento que devemos tomar frente a nossa realidade, e das formas e estratégias que temos de encontrar para enfrentar os obstáculos que estão colocados em nosso tempo. Segundo essa perspectiva, não basta apenas exaltar ou simplesmente ter uma perspectiva niilista de nosso tempo. É preciso analisar a situação apresentada relacionando-a com o conjunto de determinações, limitações e potencialidades que ela carrega. Faz-se necessário também ter ciência da impossibilidade de se construir qualquer alternativa ou transformação desta situação que não seja a partir dela mesma.

[...] o pós-moderno não pode ser simplesmente percebido como uma seqüela do modernismo, como último passo na revolta sem fim do modernismo contra si mesmo. A sensibilidade do pós-moderno do nosso tempo é diferente tanto do modernismo quanto do vanguardismo precisamente porque coloca a questão da tradição e conservação cultural, do modo mais fundamental, como uma postulação estética e política. [...] O pós-modernismo está longe de se tornar o modernismo obsoleto. A crise do modernismo vai além da crise de suas correntes internas que o ligam à ideologia da modernização. Na era do

capitalismo tardio, é também uma nova crise da relação da arte com a sociedade. [...] Uma cultura pós-moderna, emergindo dessas constelações políticas, sociais e culturais, terá de ser um pós-moderno de resistência. (SANTAELLA, 1996,p.98)

O que Barbero ressalta em seu artigo e que parece fundamental é a força que os meios de comunicação têm na construção de um imaginário coletivo, e a necessidade que o autor enxerga de que esses meios sejam explorados pelas comunidades para uma ativação de uma noção mais ampla de solidariedade e de coletividade. O autor então destaca um papel fundamental que o *comunicador* tem hoje em nossa sociedade. Segundo ele é de extrema importância deslocar o papel desse comunicador de mero intermediário entre produtores e consumidores de informações ou bens culturais, para o papel de mediador cultural que procura realizar canais entre as várias comunidades e procura ampliar o número de potenciais criadores e emissores autônomos de suas próprias representações culturais.

Essa reconfiguração do comunicador como mediador volta-se basicamente para o entendimento da comunicação como *a colocação em comum de sentidos da vida e da sociedade*. O que implica dar prioridade ao trabalho de *ativação, nas pessoas e nos grupos, de sua capacidade de narrar/construir sua identidade*, pois a relação da narração com a identidade não é meramente expressiva, mas constitutiva (P. Ricoeur): a identidade individual ou coletiva não é algo dado, mas em permanente construção, e se constrói narrando-se, tornando-se relato capaz de interpelar os demais e deixar-se interpelar pelos outros (E. Levinas). (BARBERO, 2003, p.69)

Esse levantamento do autor nos leva então a outro papel que tem sido fundamentalmente destacado por esses encontros que este trabalho tem analisado: o papel do midiativista não só re-contextualizando signos e símbolos, subvertendo linguagens e se apropriando de diversos meios e das mobilidades proporcionadas pelos novos meios de comunicação, mas também o papel do midiativista como criador de canais entre as comunidades e também de “alfabetizador em novas mídias”.

Isso porque o aumento acelerado de fluxos de informações, que antes de serem neutros têm um forte apelo ideológico e um papel fundamental na formação das representações coletivas, - impondo padrões de comportamento e ocasionando profundas mudanças nas formas de estar e perceber o mundo - coloca a questão do desenvolvimento e da ampliação de formas de produção e difusão comunicativas mais autônomas como fundamental. Questão que se coloca de maneira urgente quando se tem em vista a complexidade dessas novas linguagens que aliam imagens, texto e som numa

velocidade crescente, e se valoriza uma autonomia ou maior habilidade de manejo dessas novas linguagens por parte das comunidades territorializadas.

O desenvolvimento de aparato técnico e a utilização da mobilidade comunicacional para a subversão de ideologias hegemônicas são de extrema importância, mas o aumento de uma contra informação sem o paralelo aumento de contestadores acaba por gerar um processo mais quantitativo do que qualitativo de transformação e ampliação de visões de mundo.

Este tipo de percepção sobre a relevância de se potencializar redes comunitárias vem se desenvolvendo ao longo do N5M desde a segunda edição e se intensificando durante as outras edições, oportunidades em que se questionavam as possibilidades de se democratizar o acesso, não só ao acesso à informação, mas primordialmente ao acesso à produção e difusão de narrativas culturais autônomas. O N5M3, por exemplo, em um de seus quatro temas deu destaque exclusivo à questão da capacitação das comunidades; foi quando o termo educação tática de mídia apareceu pela primeira vez no evento, e quando se começou a dar mais ênfase ao modelo de “laboratório” para novas mídias, pretendendo explorar novos modelos de educação e aprendizado que pudessem desempenhar um papel significativo nos processos de mudanças sociais e políticas.

A ênfase foi colocada sobre formas não institucionais de aprendizado, nas quais os meios de comunicação pudessem desempenhar um papel habilitador e capacitador nas comunidades locais, de modo a que essas pudessem representar autonomamente seus interesses frente a uma esfera pública. A educação tática no interior do N5M3 pretendia reunir estratégias alternativas e modelos para educação que colaborassem para a potencialização de uma consciência crítica sobre efeitos e sobre os papéis da mídia em nossas sociedades. O termo “alfabetização em mídias” foi muito utilizado na exposição dessa temática.

As questões do acesso à mídia e a sistemas de comunicação são apenas um lado da moeda. Acesso sem capacitação é uma luta já perdida antes de seu começo. A alfabetização de mídia, e capacitação no uso de ambas, novas e velhas mídias, são questões fundamentais para o Next 5 Minutes 3. Especialmente as culturas de novas mídias independentes que tem emergido nos últimos anos pelo mundo, e que promovem um discernimento fascinante sobre as novas formas pelas quais comunidades locais podem de fato ser habilitadas utilizando ferramentas de novas e velhas mídias. Ao mesmo tempo elas capacitam essas comunidades para enxergarem através das promessas douradas da mídia internacional e da indústria ICT, e fazem uma mais ampla audiência olhar mais conscientemente

para os papéis críticos que essa mídia e as tecnologias desempenham no nosso cotidiano, pelo globo. (GARCIA & KLUITENBERG, 1999)

A percepção da relevância desse aspecto não se limitou a essas edições. Na quarta edição, quando o modelo descentralizado do festival estava mais estruturado, foi dada uma atenção especial aos materiais produzidos em cada laboratório local em várias cidades geograficamente espalhadas; foram também enfatizadas ações que estimulassem novas noções de localidade frente ao crescente processo de massificação pelo qual estamos passando, oportunidade em que foi destacado justamente que se por um lado a globalização é famosa por seus efeitos “des-localizantes”, como negócio transnacional, e programa de ação que desvaloriza e subestima a cultura local, esta também pode se apresentar como um processo que convida a criação de novos tipos de localidade.

Para tanto as comunidades locais necessitariam conseguir se desvencilhar de um papel de consumidora passiva que o mercado global lhe oferece como “espelho do mundo”, e passassem a assumir um papel mais ativo na construção de suas próprias representações e narrações de sua memória coletiva local e a interconectassem com outras comunidades, aproveitando esses espaços de translocalidade que as novas tecnologias proporcionam como aliada das culturas locais. Justamente por esse motivo, para o festival o aumento de iniciativas que promovem adaptação do digital e de outras mídias para contextos locais representa uma necessidade urgente.

Dois projetos foram destacados nessa quarta edição do festival: o do coletivo Cybermohalla (ciber vizinhança) - que usa laboratórios de mídias digitais com software livre em LNJP em uma colônia em Delhi, e que para além do uso exclusivo de alta tecnologia procuram, através de várias intervenções em bairros realizadas por jovens que habitam os mesmos, revitalizar a noção de comunidade e de espaço público seja através de produção de cartazes, revistas de muro, ou zines que discutem temas de relevância local são espalhados nesses espaços; e o do coletivo brasileiro MetaFora, que pela relevância de seu trabalho será descrito mais detalhadamente mais abaixo.

Novas paisagens para novas mídia: Parte dos objetivos do processo dos TML's (laboratórios táticos de mídia) foi o de se aprofundar no local, para os lugares onde o envolvimento dos midiativistas num ambiente local fossem para além de uma presença temporária e se tornasse um compromisso de longo período. Nessa sessão desejamos voltar nossa atenção para iniciativas que demonstrem como o compromisso com a profundidade local pode caminhar de mãos dadas com conexões trans-locais – em maneiras que re-configurem a modernidade em formas que tomem grandes responsabilidades pelos ambientes locais e comunidades. Estas iniciativas geralmente operam em um ambiente

social complicado, mais freqüentemente habitado por uma carência econômica e público marginalizado, mas de onde, surpreendentemente, tem emergido fontes fortes e altos centros únicos de cultura de mídia. Qual é a história, por traz dessas iniciativas, que proporciona uma plataforma para essas vozes marginalizadas? Qual é o seu modelo, forma, para o sucesso? (N5M4, 2003)

O Cybermohalla¹⁰ é um projeto que tomou parte na quarta edição do N5M e colaborou para estabelecer o Laboratório Tático de Mídia da Índia que comporia o quadro de TML'S (Tactical Media Labs) do festival. O projeto *Ankur/Sarai Cybermohalla* se faz emblemático pois é uma iniciativa de experimentação colaborativa que procura construir canais e conexões entre vários laboratórios táticos de mídia sediados em diferentes pontos marginalizados da cidade de Delhi. É também uma parceria entre a Ankur, uma ong sediada em Delhi e que explora alternativa educacionais, e o Sarai, que é um programa focado em novas mídias e cultura urbana do Centro de Estudos de Sociedades em Desenvolvimento, também sediado em Delhi. O projeto abarca laboratórios táticos de mídia localizados em diferentes partes da cidade de Delhi, na Índia. Um desses laboratórios se localiza no sul da cidade de Delhi em Dakshinpuri, e teve seu início em junho de 2002; outro laboratório se localiza em uma ocupação ilegal de trabalhadores no centro de Delhi, chamado LNPJ (Lok Nayak Jai Prakash) e teve seu início em junho de 2001, e por fim o Sarai Media Lab no norte da cidade de Delhi, que teve início em 2000.

O projeto procura prover uma estrutura para que jovens moradores dessas ocupações em diferentes partes da cidade de Delhi produzam suas próprias narrativas através da utilização de várias formas e meios de comunicação. Os lugares onde o projeto Cybermohalla atua são ocupações (favelas ou assentamentos) espalhadas pela cidade de Delhi e que estão em meio a várias situações de violência. Por exemplo, o laboratório LNPJ está localizado em uma ocupação ilegal de trabalhadores no centro da cidade, e as pessoas que lá residem convivem diariamente com o risco de invasões e repressões policiais e de despejo de suas moradias. O outro local onde o laboratório tático de mídia está instalado é juridicamente reconhecido, Dakshinpuri, porém, é um local onde a situação de desemprego endêmico é gritante e onde há uma cultura da criminalidade crescente. Diante desse quadro precário e cenário de muitos tipos de violência (a falta de moradia e de empregos também se configuram como formas de

¹⁰ Ainda que neste capítulo o foco principal sejam as experiências de Mídia Tática no Brasil, a discussão do Cybermohalla, em Delhi se faz interessante, na medida em que trata de uma situação e contexto próximo a experiência do Autolabs e que acabou gerando, posteriormente, uma parceria entre os coletivos do Cybermohalla e do Autolabs para o intercâmbio e troca de experiências de metodologias para a alfabetização em novas mídias destinadas à jovens das periferias locais.

violência além das mais conhecidas provenientes da criminalidade), o projeto tenta estabelecer espaços para que os jovens que se encontram inseridos dentro desse contexto possam refletir suas experiências, exercitar sua criatividade e expressar sua realidade através de vários meios de disseminação e de comunicação.

Os espaços, ou laboratórios de mídias localizados nesses pontos da cidade são denominados “Compughars”, que significaria abrigo de computadores, todos operando com softwares livres e tecnologias de baixo custo. Além desses experimentos em várias mídias que vão desde animações, websites, produção de textos e gravações de áudio, o projeto também produz wallmagazines, revistas de parede e murais, produzidos por estes jovens que procuram abordar temas que eles consideram relevantes para as suas comunidades, numa tentativa de criar um espaço dialógico e interativo com o bairro onde residem. A palavra *CyberMohalla* vem de uma junção entre *cyber* – que se refere ao espaço virtual onde o coletivo e os jovens também agem - e *mohalla* - em idioma oficial, vizinhança. Com suas ações o projeto procura atuar e interagir tanto localmente – na vizinhança, nas redondezas - quanto globalmente, através da internet.

Os jovens que se encontram regularmente nesses espaços auto-geridos chamados ‘Compughars’ no LPNJ e em Dakshinpuri têm adquirido consideráveis habilidades na utilização de computadores, câmeras digitais, gravadores de áudio e scanners e tem criado murais e projetos básicos em html, além curtas animados utilizando aplicadores de computadores e software livre. Eles se reúnem para refletir sobre as suas vidas, compartilhar uns com os outros suas realidades e experiências, e através de conversações e listas de e-mail, utilizam, desenvolvem e jogam com palavras, idéias, conceitos e imagens, para narrarem o cotidiano e realizarem uma rede de relatos através de diferentes meios comunicativos. (CYBERMOHALLA, 2005)

Não se pode afirmar que esse projeto esteja destruindo uma corporação ou pressionando grandes mudanças econômicas, mas não se pode negar que este tipo de ação pedagógica também possa ser classificado como uma redistribuição das relações de poder. Ao despertar o interesse e estabelecer o suporte para que pessoas envolvidas em situações de extrema violência reflitam sobre suas condições de vida coletivamente, e ao estabelecer um ambiente de produção colaborativa e estimuladora de reflexões e solidariedades, atuam também com um papel político significativo de restabelecimento de uma esfera dialógica. Esfera essa que ao mesmo tempo que procura questionar e refletir sobre os problemas locais, através da rede procura transpor essas barreiras e trocar experiências e iniciativas que possam convergir em um nível global. Atualmente esse conjunto de coletivos da Índia está trabalhando em colaboração com os

organizadores e gestores do *Autolabs* para realizar um intercâmbio de técnicas e métodos de alfabetização em novas e velhas mídias com o intuito de realizar um fortalecimento de suas comunidades locais.

A relevância desse tema de habilitação e capacitação tática em mídias globais como instrumento de enriquecimento de iniciativas locais que estimulem um senso mais coletivo, através de um ambiente colaborativo, criativo e des-hierarquizados dos laboratórios, que priorizem a inclusão qualitativa de comunidades locais nesses espaços globais, também pode ser profundamente sentida pela proposta do MTB, e pelo desenvolvimento após o evento do Autolabs nas periferias de Itaquera, São Miguel e Heliópolis que foi organizada por uma série de coletivos brasileiros em São Paulo. Que teremos a oportunidade de apresentar a seguir.

3.2 O coletivo MetaFora como forma organizacional midiativista brasileira.

Um dos coletivos que atuaram com papel fundamental para a organização tanto dessas oficinas que compuseram o Autolabs, quanto da realização do MTB, foi o MetaFora, com o projeto MetaReciclagem. Seria interessante nesse momento realizarmos uma breve análise e descrição desse coletivo e desse projeto específico que foi uma extensão do Mídia Tática Brasil, devido a sua estrutura organizacional e forma tática de atuação que o torna emblemático para tratarmos de alguns assuntos paradigmáticos dentro desse conceito de uso tático de mídia como: utilização de alta e baixa tecnologia, alfabetização em novas mídias, criação de canais comunitários de interconexão e ação colaborativa.

O grupo MetaFora (wiki.projetometafora.org) trabalha numa linha que parece articular muitos dos aspectos que se apresentam como fundamentais para criação de canais entre as comunidades e as tecnologias comunicacionais de forma mais ativa e menos dominadora, tendo o discernimento de que são as novas e velhas tecnologias que devem ser adaptadas às necessidades reais das pessoas, e não o seu inverso.

O Projeto Metáfora é uma comunidade aberta e livre. Tem como foco o desenvolvimento de tecnologia voltada à potencialização de redes sociais, criando alternativas para interconectar e integrar comunidades geograficamente dispersas. MetáFora é uma organização virtual: para cada projeto, uma equipe específica atua de forma descentralizada. Entre atores do conhecimento, profissionais envolvidos em projetos, membros ocasionais e observadores, o

Projeto MetáFora envolve aproximadamente duzentas pessoas geograficamente espalhadas pelo Brasil e exterior. (METAFORA, 2005A)

A breve análise desse coletivo também será proveitosa para que possamos descrever de maneira mais concreta como funciona esse esquema organizacional horizontal e descentralizado, como funciona o esquema colaborativo, para que dessa forma possamos compreender de maneira mais profunda a relevância da liberdade da propriedade intelectual e da “filosofia” *open source* para a maior efetividade das ações de diversos coletivos que procuram trabalhar com fins não lucrativos, e que priorizam o desenvolvimento de formas criativas de inclusão que se adequem às distintas necessidades locais das comunidades.

A vida humana é uma existência interativa. Desde o nascimento nós interagimos diretamente com pessoas e com o ambiente, usando nossa percepção, nossa imaginação, nossas emoções, nosso conhecimento. Atualmente, computadores e as telecomunicações nos permitem interagir indiretamente. Essas *tecnologias de interação* estão se tornando o meio através do qual interagimos um com o outro e com nosso ambiente. Essas tecnologias vêm transformando cada aspecto de nossas vidas. Por isso, nós do projeto MetaFora, acreditamos na importância de desenvolver junto às comunidades uma visão crítica sobre a evolução deste processo. Dentro das várias iniciativas do grupo - MetaReciclagem, UTIL, MetaComunidade, InteligenciasColetivas; o MetaMediaLab pretende estimular a experimentação, originar e participar de atividades artísticas colaborativas e provocar intervenções no espaço onde se está atuando. (METAFORA, 2005A).

Esse coletivo se organiza de forma colaborativa e se articula através de uma lista de discussão pela internet (wiki.projetometafora.org), como muitos dos grupos e ações em geral são organizadas. Dentro desse espaço virtual acontecem discussões que facultam aos vários indivíduos trocar idéias, experiências, informações e articular projetos colaborativos, de livre associação, de acordo com afinidades de objetivos e interesses comuns. Foi dessa forma que se originou o projeto MetaReciclagem, como pudemos constatar ao acessar no site do coletivo, onde se apresentava disponível a lista de e-mails dos diversos indivíduos que durante um determinado período trocaram informações e manifestaram anseios e acabaram por se auto organizar e montar uma série de ações que se efetivaram fora do espaço virtual.

Como já foi citado o projeto se originou a partir de uma lista de discussão onde um dos integrantes do coletivo manifestou seu desejo de montar uma estrutura para uma rede livre de intercomunicação utilizando computadores antigos ou usados. Algumas outras pessoas manifestaram interesse e foram agregando idéias e sugestões para o

projeto. A base material do projeto se constituiria no reaproveitamento de micros usados e descartados por empresas ou instituições, que após uma triagem seriam reparados e programados de acordo com a comunidade ou local para onde se destinariam esses micros. Neles seriam instalados programas, ou softwares que se adequassem às necessidades específicas, todos partindo da plataforma Linux.

Esse aspecto foi destacado durante a idealização do projeto, pois já existia uma outra organização, a CDI, uma das poucas organizações que trabalha com reaproveitamento de micros no Brasil, em parceria com a Microsoft. O CDI - Comitê para Democratização da Informática - é uma organização não-governamental sem fins lucrativos que, desde 1995, desenvolve projetos de inclusão social e implementa programas educacionais no Brasil e no exterior, com o objetivo de mobilizar os segmentos excluídos da sociedade, comunidades carentes, portadores de necessidades especiais (deficiência visual, distúrbios psiquiátricos, etc), populações carcerárias, aldeias indígenas, entre outros. Essa organização trabalha em parceria com uma série de empresas e incentivos institucionais dentre eles Microsoft, Kellogs, Philips, BID. (www.cdi.org.br)

A princípio foi sugerida na lista de discussão a possibilidade de se tentar estabelecer uma parceria com essa organização, a CDI, para se desenvolver o projeto, mas após uma reflexão sobre o que significaria vincular o mesmo a uma empresa que ideologicamente e tecnicamente é totalmente incompatível com a proposta, sem contar nas restrições que poderiam ser impostas a partir desse tipo de organização, foi definido que eles utilizariam a plataforma Linux, já que a “lógica do *open source*” era muito mais coerente com seus princípios e traz maiores facilidades para projetos de natureza colaborativa.

Os programas da Microsoft são organizados e estruturados de forma a impossibilitar que o usuário os altere, aperfeiçoe ou adeque às suas necessidades particulares. Isso porque os softwares que são produzidos pela Microsoft agregam valor e retiram sua lucratividade justamente a partir de cada modificação ou agregação de conhecimento humano inserido no modelo anterior de cada programa. Seu código fechado permite que o consumidor utilize seus aplicativos, mas não permite o conhecimento de como aquele software foi produzido, não revela o caminho pelo qual o programador construiu aquele sistema, gerando uma espécie de dependência por parte do consumidor, que ao ignorar o processo, segue sem questionar a lógica da criação de necessidades sob o capitalismo.

Poderíamos citar como exemplo a determinação lingüística inserida dentro dos modelos de softwares computacionais instituídos, ou dominantes, que não privilegiam, ou sequer levam em consideração populações que não utilizam o alfabeto romano e que também ficam à margem de todo esse processo global. Para se encontrar soluções para esse problema o desenvolvimento de softwares e mesmo de hardwares adaptados às particularidades locais tornam-se fundamentais. Mais do que se tentar homogeneizar os padrões lingüísticos em grandes áreas seria preciso um desenvolvimento tecnológico mais localizado, que levasse em consideração a grande variedade lingüística, que muito mais do que ser apenas uma questão gramatical, seria uma questão de desenvolvimento autônomo da diversidade cultural se inserindo dentro de um novo universo computacional.

A confusão imperante em termos de desenvolvimento de padrões UNICODE para as línguas que não usam o alfabeto romano tem sido responsável por uma completa arbitrariedade e por um atraso artificial no desenvolvimento de culturas computacionais na maioria das áreas do mundo. Isto é uma realidade no sul da Ásia, um dos continentes mais rico em regiões lingüísticas, que sofre de uma pobreza de suporte tecnológico adequado, em termos de se utilizar línguas do sul da Ásia, em novas plataformas de mídia. (N5M4, 2003)

A lógica que serve bem aos propósitos de autovalorização do capital, nem sempre (ou quase nunca) supre a necessidade de comunidades que não são economicamente relevantes, uma vez que esse tipo de desenvolvimento de tecnologias orientado pelo acúmulo de capitais lucra justamente em cima de cada aperfeiçoamento, ou agregamento de conhecimento humano aplicado, isto é, vinculam cada inovação do software a sistemas de hardware (parte física do computador) que suportem a utilização desses softwares eficientemente. Desse modo não há interesse em realizar desenvolvimentos tecnológicos para comunidades locais ou menores pouco representativas para o mercado.

Além de se ter que pagar royalties para se adquirir um “novo” software, freqüentemente tem-se que adquirir um novo hardware compatível com o programa, tornando esse esquema de dependência mais eficaz, já que para se ter acesso ao fluxo cada vez mais intenso de bens culturais disponíveis na internet – como programas para baixar música, filmes, ou sites de relacionamento pela rede – torna-se indispensável ter softwares e hardwares cada vez mais velozes e eficientes. Sem contar o imenso acúmulo de sucata digital que vai sendo descartada, desnecessariamente, a uma velocidade cada

vez maior sem que se criem formas de reciclagem desse material que é altamente tóxico.

O uso e apropriação do aparato tecnológico já existente é uma forma de ação tática proveitosa, mas não a única. Esse aspecto – o da produção também de ferramentas de comunicação e não simplesmente a apropriação do aparato tecnológico já existente – se apresenta como fundamental, tendo em vista que as indústrias de produção tecnológica estão orientadas por interesses mercadológicos e políticos específicos que não contemplam as demandas por formas de apropriação singulares e mais localizadas.

Formas específicas de tecnologia tornam possível e limitam possibilidades específicas de uso. A Tecnologia nunca é neutra, é construída com uma agenda interna que é mais freqüentemente formada por interesses econômicos e políticos, mas também é investida por um princípio de suposições culturais implícitas. Os que promovem o desenvolvimento de tecnologias mainstream, de massa, irão entretanto freqüentemente mais do que negar tais questões, ao invés disso, apresentar uma imagem naturalizada tecnologia. Tecnologia como um fato e força da natureza. Os midiativistas têm dessa forma sempre de se preocupar não apenas com o uso de tecnologias de mídia existentes, mas também com a construção da tecnologia ela mesma. Descobrir as políticas implícitas e as partes culturais das tecnologias de mídia, esta é uma prática crítica que nós queremos destacar aqui. O complemento necessário para isso são as pessoas construindo suas próprias ferramentas e infraestruturas, moldando suas próprias tecnologias que se adequam a suas singularidades particulares e agendas políticas. O técnico tem daí por diante um aspecto vital no tático na ecologia de mídia contemporânea. (N5M4 , 2003)

Esse tipo de desenvolvimento tecnológico gera uma dependência por parte dos usuários/consumidores, dos produtos fornecidos por essa corporação. Grandes empresas já informatizadas, com a velocidade cada vez maior das inovações tecnológicas, pagam royalties para as produtoras e constantemente têm de trocar também seus equipamentos de hardware que são compatíveis com seus programas.

A necessidade de hardware pode ser resolvida pela aplicação da idéia da MetaReciclagem: utilizando-se de computadores usados para construir novos, reciclando o lixo tecnológico. A necessidade de Software, por sua vez, se resolve pela adoção de Software Livre e de Código Aberto não apenas pela gratuidade, mas, principalmente, pela liberdade de se adaptar a diferentes realidades. Trabalhamos com a perspectiva de que cada usuário é um desenvolvedor em potencial. Nenhum tipo de barreira deve impedir o usuário de olhar dentro do sistema e aprender/compreender como ele funciona. (FREIRE, FOINA & FONSECA, 2006)

A plataforma Linux, ao contrário, foi projetada para que cada usuário seja também um produtor de softwares. Ela permite que você tenha acesso a todo o processo

construtivo dos outros programadores, e é protegida por um conjunto de licenças que permitem a livre distribuição, modificação e desenvolvimento de seus aplicativos, que não permite que se restrinja qualquer produto, que tenha sido fruto desse processo colaborativo, para fins corporativos. Ou seja, essa plataforma proporciona um suporte para que qualquer um possa alterá-la desde que não restrinja seu uso a interesses corporativos. Isso porque essa plataforma, desde sua idealização, encara todo seu desenvolvimento como um processo colaborativo de acumulação de conhecimento humano, é um “produto” coletivo, ou comum, por isso não pode estar restrito e limitado a um valor de troca, justamente por não ser propriedade exclusiva de ninguém.

Esse tipo de desenvolvimento tecnológico proporcionou uma abertura para o desenvolvimento de um sistema de troca que não se orienta estritamente segundo a lógica do lucro e que proporcionou para uma série de coletivos o estabelecimento de um tipo de relação de troca de informações e bens culturais que não segue a lógica capitalista de troca de mercadorias. Antes, portanto, de continuarmos a análise das experiências práticas promovidas com comunidades no Brasil, vamos realizar uma breve introdução sobre a lógica que coordena esse tipo de troca não estritamente mercantil.

3.3 O potlatch e a economia do dom hitech.

É necessário neste momento introduzir outro conceito que se popularizou a partir de sua apropriação pelos Situacionistas, o *Potlatch*, e observar como o conceito foi apropriado dentro da sociedade informacional e do contexto midiativista, até mesmo para que possamos compreender mais profundamente as bases argumentativas desses coletivos que priorizam o trabalho em software livre e para que possamos introduzir também a discussão sobre o papel do Estado dentro desses movimentos.

O *Potlatch* era um sistema de troca praticada por algumas tribos indígenas norte-americanas e canadenses, e também pode ser identificado em outras culturas. Esse sistema de troca foi estudado por Marcel Mauss em 1924 e se baseia no princípio da reciprocidade. (GODELIER, 2001) Era a forma como essas comunidades estabeleciam sua superioridade umas frente às outras. Conferindo prestígio conforme à quantidade ou qualidade de dons oferecidos a um inimigo, essa prática, segundo Mauss, ao mesmo tempo em que aproxima os envolvidos, já que se constitui numa partilha do que se tem, também os afasta socialmente porque torna um desses protagonistas, o que recebe o dom ou a dádiva, em devedor.

Existem vários tipos de trocas de dons e contra-dons nos estudos de Mauss, que se baseiam na premissa de que no receber está implícito o retribuir. Entre as tribos que praticavam essas trocas o *Potlatch* assumia uma forma “competitiva”: um clã oferece um dom a outro clã rival, que por sua vez retribui com um contra dom que supere o primeiro e assim sucessivamente num eterno jogo de afirmação. Evidente que o conceito de Mauss é muito mais complexo do que apresentamos aqui, mas esse foi apenas um esclarecimento para que entendamos porque os situacionistas se apropriaram deste conceito e, posteriormente, como Richard Barbrook aplica esse conceito à rede eletrônica e aos tipos de troca que são levadas a cabo dentro da mesma.

Como pudemos perceber esse tipo de troca nada tem a ver com equivalência abstrata de valores de troca; ela tem a ver com desperdício abundante e com afirmação de comunidades ou indivíduos pelo ato de dar, de abrir mão de dons e doá-los a outros. Para os situacionistas esse tipo de jogo constituía-se como a antítese da troca mercantil e, particularmente, da lógica de acumulação capitalista. Isso porque os situacionistas realizavam uma forte crítica ao sistema “racionalizado” de troca das sociedades capitalistas, baseado num princípio abstrato de equivalência que transformava todas as coisas em mercadorias, submetendo o valor de uso dos objetos ao valor de troca, e, a partir dele, todo um processo de acumulação. Esse tipo de princípio racionalizador das trocas atribui a economia uma autonomia tal que, segundo a crítica Situacionista, faz com que ela apareça como um *domínio separado da vida*. (VANEIGEM, 2002) E para eles esse jogo do desperdício de dons, o *potlatch*, se apresentava como a negação, a antítese desse sistema de troca racionalizado que é baseado na acumulação (retenção), ao valorizar quem abria mão de seus bens e o doava a outrem. Os Situacionistas acreditavam que esse jogo de troca de bens não-vendáveis (teorias, bens culturais) que a livre comunicação e distribuição de desejos e idéias, por si só poderiam se constituir em um antagonismo direto à economia capitalista.

Mas o único número de uma “nova série” de *Potlatch*, concebido como órgão interno da IS (1959), é apresentado por Debord com uma referência explícita ao *potlatch* dos índios e o anúncio de que “os bens não vendáveis que tal boletim gratuito pode distribuir são desejos e problemas inéditos; só o seu aprofundamento por outros pode constituir uma retribuição do presente” (Potl., 183). [...] Mais do que sobre a equivalência, o *potlatch* se baseia no desperdício de seus recursos que são prodigalizados sem a certeza, às vezes até mesmo com o desejo secreto, de *não* receber de volta o equivalente. M. Mauss introduziu esse conceito em etnologia (*Essai sur le don*, 1924), mas é sobretudo graças a *La Part maudite* (1949) de G. Bataille que a noção de *potlatch* entrou na reflexão francesa e adquiriu aí um valor de uma espécie alternativa para a economia de troca. (JAPPE, 1999, p.190)

Outro autor que também faz menção à prática do *potlatch* como uma forma de subversão dentro da economia capitalista é Certeau (1994), ao analisar táticas populares de utilização de recursos e de sucatas dentro das fábricas. Afirmar que a economia do dom tem resistido dentro da economia neoliberal com sua premissa de equivalência abstrata amparada na moeda. Segundo a perspectiva de Certeau, esse tipo de fazer não lucrativo, doando seu tempo livre a uma atividade criativa, com materiais e equipamentos subtraídos das fábricas e contando com a solidariedade de seus companheiros de trabalho, estabelece uma economia do dom dentro desse espaço da economia capitalista.

Seja como for, o *potlatch* parece se manter ali como o sinal de outra economia. Sobreviveu dentro da nossa, mas na periferia ou em seus interstícios. E até se desenvolve, embora ilegítimo, no liberalismo avançado. Deste modo, a política do “dom” se torna *também* uma tática desviacionista. Do mesmo modo, a perda que era voluntária em uma economia do dom se transforma em transgressão na economia do lucro: Aparece aí como excesso (desperdício), contestação (a rejeição do lucro) ou delito (atentado contra a propriedade). (CERTEAU, 1994, p.89)

Partindo da proposição situacionista de que o potlatch tribal poderia funcionar como uma antítese da economia capitalista, Richard Barbrook, em seu artigo *A economia do dom hi-tech*, faz alusão a essa crítica a economia realizada pelos Situacionistas, e realiza uma crítica a forma como os ativistas da atualidade se apropriaram desse conceito.

Durante o final dos anos setenta, atitudes pró-situs foram mais popularizadas pelo movimento punk. Entretanto rapidamente comercializada, esta sub-cultura encorajou seus membros a formarem suas próprias bandas, fazer suas próprias modas e publicar suas próprias revistas. Esta ética participatória ainda molda músicas inovadoras e políticas radicais de hoje. De raves a protestos ambientais, o espírito de Maio de 68 vive dentro da cultura DIY – do it yourself ‘faça você mesmo’ – dos anos noventa. O dom é supostamente sobre a substituição da mercadoria. A economia do dom seria a substituta da economia de mercadorias. (BARBROOK, 1999)

O autor se propõe então a realizar uma análise do desenvolvimento dessa economia do dom tecnológica e nos apresenta um outro enfoque quanto a história do desenvolvimento da internet, e evidencia até que ponto a forma como uma tecnologia é idealizada e desenvolvida potencializa, ou limita, ações dentro dela. Ele ressalta que

apesar da internet ter sido inicialmente desenvolvida para propósitos militares, a rede foi construída em torno da economia do dom. Barbrook, assim como Castells, argumentam que a internet só poderia ter se desenvolvido com o dinamismo atual se baseada em princípios não mercadológicos, pela livre disponibilização de conteúdos e descobertas pela rede. O dinamismo do desenvolvimento da internet se deu devido a boa parte de seu desenvolvimento ter sido levado a cabo dentro da cultura do dom acadêmica. Segundo Barbrook, na comunidade científica a prática do dom-contra-dom é fundamental para seu desenvolvimento e esse princípio teria sido transposto para rede na forma dos protocolos abertos e nos princípios facilitadores de disponibilização de informação inerentes a essa tecnologia.

Dentro da comunidade científica, a economia do dom tem sido a tempos o método primário de trabalho socializado. Financiada pelo estado, ou por suas doações, os cientistas não têm que tornar seus trabalhos intelectuais em mercadorias vendáveis. Ao invés disso resultados de pesquisa são publicados (...) A colaboração de muitos acadêmicos diferentes é feita possível através da livre distribuição de informação. (BARBROOK, 1999)

O autor afirma que apesar da economia moderna do dom acadêmico não criar laços estreitos entre seus participantes - como na prática do dom tribal - que agora se encontram dispersos geograficamente, esta ainda se baseia na afirmação de um certo prestígio intelectual, de reconhecimento perante os seus iguais que apenas pode se concretizar se há a divulgação dessas descobertas e estudos dentro da comunidade acadêmica, por meio de artigos e publicações. Logo, os cientistas só conseguiriam obter reconhecimento pessoal por seus esforços individuais por meio de colaborações abertas uns com os outros, através da economia do dom acadêmico. E afirma ainda que, apesar das pesquisas terem sido progressivamente comercializadas, a livre distribuição das descobertas está provando ser ainda o método mais eficiente de resolução de problemas comuns dentro de disciplinas científicas particulares. E esse fato se torna mais evidente nas trocas de informações levadas a cabo na internet. Isso porque, desde o princípio, a livre troca de informações tem se afirmado progressivamente dentro das tradições tecnológicas e sociais do ciberespaço.

Barbrook argumenta ainda que os fundadores da rede nunca se preocuparam em proteger a propriedade intelectual dentro das comunicações mediadas pelos computadores. Pelo contrário, eles estavam desenvolvendo essas novas tecnologias tanto para avançar suas carreiras dentro da economia do dom acadêmico, quanto para aglutinar mais pessoas para a resolução de problemas para o desenvolvimento da rede

eletrônica. Longe de querer fortalecer a propriedade intelectual, os pioneiros da rede tentaram eliminar todas as barreiras para a distribuição de pesquisa científica. Tecnicamente toda ação dentro do ciberespaço envolve copiar material de um computador para outro, e a partir do momento que a primeira cópia de uma informação é colocada na rede o custo de se realizar outra cópia é praticamente nulo. A arquitetura do sistema pressupõe que múltiplas cópias do documento possam ser acessadas e reproduzidas pela rede. Barbrook ainda cita Tim Berners Lee – inventor da web – que argumenta:

Os avanços na reprodução digital estão amedrontando vez mais as indústrias comerciais criativas, com a prática da pirataria de material de propriedade intelectual se dando cada vez mais facilmente. Para os proprietários de direitos autorais, a internet pode apenas tornar as coisas piores. Em contraste, a economia do dom acadêmica dá boas vindas as tecnologias que suportam a disponibilização de dados. Usuários deveriam sempre ser capazes de obter e manipular informação com o mínimo de impedimentos. O design da rede a partir daí assume que a propriedade intelectual é tecnicamente e socialmente obsoleta. (LEE apud. BARBROOK, 1999)

A transmissão e recepção de informação sem pagamento quase nunca são questionadas pelos usuários das redes. Entretanto, Barbrook ressalta que, longe de querer criar uma imagem romântica da rede, onde os indivíduos estariam trocando as informações na internet por razões puramente altruístas ou afetivas, recriando a imagem idílica de uma comunidade baseada em obrigações emocionais entre indivíduos, estes o fazem principalmente por razões pragmáticas. As razões individuais encorajam pessoas a se tornarem, segundo a visão do autor, em anarco-comunistas dentro do ciberespaço. Isso porque ao adicionar suas idéias, informações, textos, etc., cada usuário contribui para o conhecimento coletivo acessível àqueles que já estão on-line. Em troca, cada indivíduo tem potencial de acesso a todas as informações tornadas avaliáveis por outros dentro da rede. Ou seja, todo mundo pode ganhar muito mais da rede do que individualmente poderia contribuir.

Apesar da comercialização do ciberespaço, o interesse particular dos usuários da rede garante que a economia do dom hit-e-ch continue a florir. Por exemplo, músicos estão utilizando a rede para a distribuição digital de suas gravações uns para os outros. Liberando seus próprios trabalhos para a comunidade da rede comunicativa, indivíduos têm livre acesso a uma grande quantidade de músicas em troca. Não surpreendentemente, os negócios musicais estão preocupados com o crescimento das oportunidades para a pirataria de gravações protegidas pelos direitos autorais na rede. [...] Entretanto, o grande problema para as

corporações comerciais de música vem da flexibilidade e da espontaneidade da economia do dom hi-tech. (BARBROOK, 1999)

Barbrook afirma que a maioria dos políticos e dos líderes corporativos ainda cai no erro de acreditar que o futuro do capitalismo reside na mercantilização da informação, procurando por meios de desenvolvimento de aparatos legais, técnicos, ou mesmo policiais, controlar o incontrolável dentro da rede. A própria estrutura técnica da internet quase impossibilita esse controle tão rígido por parte dos governos e instituições responsáveis; a existência de milhares de pontos emissores e receptores, que simultaneamente acessam a rede para compartilhar livremente a informação já se institucionalizou entre os usuários da rede como prática cotidiana e inerente da mesma.

Segundo a lógica argumentativa do autor, na rede, a imposição de pagamentos pelos direitos autorais para cada conteúdo que se possa veicular nesse meio representaria a imposição da escassez em um sistema técnico que é designado a maximizar a disseminação da informação. A proteção da propriedade intelectual freia o acesso de todos os indivíduos às fontes de conhecimento e as restrições comerciais se configuram de maneira inflexível e pouco adaptável. Isso, por sua vez, dificulta às pessoas de ajudarem umas as outras na resolução de problemas comuns, e até mesmo retardam o desenvolvimento da rede e de novas ferramentas.

A inflexibilidade da mercadoria informação inibe a manipulação eficiente dos dados digitais. Em contraste, a estrutura social e técnica da rede tem sido desenvolvida para encorajar a comunicação aberta entre seus participantes. Como uma atividade cotidiana, os usuários estão construindo o sistema juntos. Engajados numa “criatividade interativa”, eles mandam emails, fazem parte de listas de discussão, contribuem com novos grupos, participam de conferências on-line e produzem websites. Na ausência da proteção dos direitos autorais, a informação pode ser livremente adaptada para suprir as necessidades dos usuários. Dentro da economia do dom-hi-tech, as pessoas trabalham prosperamente juntas por meio de “um processo social aberto de avaliação, comparação e colaboração”. (BARBROOK, 1999)

Barbrook afirma que com a implosão da União Soviética, quase ninguém mais acredita na vitória do comunismo. “Muito pelo contrário, um grande número de pessoas aceitou que o ‘fim da história’ hegeliano acabou culminando no capitalismo neoliberal americano.” (O autor está se referindo a obra de Fukuyama intitulada “O fim da história e o último homem”, 1992). Mas segundo Barbrook o que está se dando na rede atualmente é a construção da real forma existente de anarco-comunismo, especialmente pelos norte-americanos. Segundo sua perspectiva, quando eles se conectam à rede

acabam participando mais da economia do dom do que em atividades mercadológicas. Pelo fato dos usuários acabarem se beneficiando muito mais com a livre disponibilização da informação na rede do que sendo prejudicados pela informação que disponibilizam nesse espaço, não há um consenso popular para reivindicar a imposição do estabelecimento de regulamentações mercadológicas de troca ou equivalência. Segundo ele, mais uma vez o “final da história” parece ser o comunismo. E utiliza a máxima inaugurada por Marx nos Grundrisse: O capitalismo se encaminha para sua própria dissolução nas formas dominantes de produção.

É por isso que para Richard Barbrook a Nova esquerda teve uma visão purista da cultura faça-você-mesmo, isso porque para eles o dom era a antítese absoluta para a mercadoria. O que Barbrook consegue identificar por meio de sua análise é que, ao contrário do que a Nova Esquerda pensava, a relação dinheiro-mercadoria e a relação do dom-contra-dom não estão apenas em conflito, mas podem também existir em simbiose. Se por um lado a economia do dom hi-tech anuncia o fim da propriedade privada nas áreas de ponta da economia, por outro o capitalismo digital quer privatizar os programas compartilhados e restringir os espaços sociais de construção realizada com esforços voluntários. O potlatch e a mercadoria permanecem simultaneamente irreconciliáveis e em simbiose. (Barbrook, 1999)

Mesmo a Microsoft não é capaz de mobilizar a quantidade de trabalho doado que é aplicado a alguns programas compartilhados prosperamente por seus devotos. [...] Partindo da versão original do programa de software de Linus Torvalds, a comunidade de usuários-desenvolvedores estão conjuntamente construindo seu próprio sistema operacional não proprietário: LINUX. Pela primeira vez, Windows tem um competidor sério. O anarco-comunismo é agora a única alternativa para o domínio do monopólio capitalista. [...] A economia do dom hi-tech encontra-se até mesmo na linha de frente do desenvolvimento de softwares. Por exemplo, Bill Gates admitiu que o maior competidor da Microsoft em abastecimento de servidores da web vem do programa Apache. Ao invés de ser colocado no mercado por uma companhia comercial, este programa é compartilhado. (shareware é também freqüentemente conhecido como artigo livre ou software livre de fonte aberta. Todos esses nomes enfatizam que o programa é um dom/presente para qualquer um na Rede, especialmente para aqueles que tem as habilidades aperfeiçoar seus códigos Nota 21) [...] Justamente porque seu código fonte não é protegido pelo copyright, o programa pode ser modificado, emendado e melhorado por qualquer um com as habilidades de programação. (BARBROOK, 1999)

A despeito da visão purista da nova esquerda, afirma o autor, a economia do dom e o setor comercial podem apenas expandir-se através de colaboração mútua dentro do ciberespaço. Segundo a perspectiva do autor não há possibilidade de se manter qualquer

desenvolvimento subversivo que seja totalmente autônomo, seja de capital corporativo, seja da ação do Estado; para ele o desenvolvimento do anarco-comunismo só pode florescer dentro do que ele denomina “economia mista”.

Isso porque a livre circulação de informação entre usuários conta com a produção capitalista de computadores, software e telecomunicações. Os rendimentos das companhias nas redes comerciais, por sua vez, dependem do crescente número de pessoas participando da economia do dom hi-tech para abastecê-las de conteúdos, de implementos. Cita o exemplo da Netscape, que tem tentado realizar oportunidades abertas para avançar com seus negócios tentando romper o monopólio de sua competidora, a Microsoft. Para tanto, a Netscape distribui livremente seu navegador para todos os usuários da rede. Hoje em dia seu código fonte está livremente disponível e o desenvolvimento de produtos para o Linux tem se tornado sua prioridade principal. A sobrevivência comercial da Netscape dependeu do êxito colaborativo com hackers e usuários/desenvolvedores da economia do dom hi-tech. Com esse exemplo afirma que o anarco-comunismo é, paradoxalmente patrocinado pelo capital corporativo.

Outra crítica que o autor direciona à cultura DIY digital é referente a suposta autonomia que esta prega frente ao Estado; ele defende que existe uma impossibilidade de se manter qualquer ação fora de seu sistema político. Para Barbrook o Estado não é apenas um potencial censor e regulador da rede. Isso porque o setor público pode fornecer uma estrutura essencial para a economia do dom hi-tech. Se o Estado, por um lado, pode ser um instrumento de repressão das iniciativas independentes ou contra-hegemônicas de mídia, por outro ele pode se constituir como um instrumento fundamental para a legalização dessas práticas independentes. Entretanto, é fato que para muitas ações táticas de mídia a mobilidade e transitoriedade são a única forma de atingirem seus objetivos. Como happenings, intervenções subversões de outdoors, e atos declarados de desobediência civil que são por natureza efêmeros e não têm por intenção se transformar numa espécie de prática institucionalizada, formalizada, estável.

Nas duas décadas seguintes a revolução do maio de 68, essa visão purista de anarco comunismo inspirou comunidades de ativistas de mídia. Por exemplo, as estações de ‘radio livre’ radical criadas pelos militantes da Nova Esquerda na França e na Itália recusaram todos os fundos do estado e recursos comerciais. Ao invés disso, esses projetos tentaram sobreviver através de doações de tempo e dinheiro de seus auxiliares. A Mídia emancipatória supostamente poderia apenas ser produzida dentro da economia do dom. (BARBROOK,1999)

Como tivemos oportunidade de observar, para o desenvolvimento de ações que visam desenvolvimento de processos colaborativos, estabelecimento de fóruns públicos de discussão, fortalecimento de solidariedades, manutenção de um espaço, de troca e difusão de conhecimentos, legítimo (legal e institucionalmente), enfim de locais para exercício dessas práticas e apropriações por parte dos sujeitos, o apoio e aparato legal proporcionado pelo Estado pode se apresentar como uma alternativa ao gueto ou marginalidade a qual muitas dessas ações estão relegadas. Entretanto, as críticas de Barbrook não podem ser generalizadas para todas as ações de uso tático de mídia. O caso da rádio B'92, por exemplo, esses coletivos se encontravam em uma situação de claro antagonismo ao Estado e quando não havia a menor possibilidade de apoio deste a sua iniciativa, em muitas situações a mídia tática emerge justamente para esse confronto.

O próprio movimento das rádios livres na França, levado a cabo durante a década de 1970 e criticado por Barbrook no extrato acima, tinha por objetivo primordial romper com o monopólio estatal que impunha modelos a serem seguidos para a legalização das rádios livres que sofriam com fortes repressões do governo.

Os sucessivos presidentes franceses assumiram que a radiofusão era propriedade sua. A título de ilustração, logo após os acontecimentos de maio a junho de 1968, quando os estudantes franceses e, em seguida, 11 milhões de trabalhadores entraram em greve, alguns funcionários da rede de notícias que havia aderido à greve foram demitidos pelo governo ou transferidos para as províncias quando o tumulto cessou. (DOWING, p.251, 2002)

Guattari (1986) coloca a pertinente questão de que para os operadores das rádios livres não interessava simplesmente a legalização de um ponto transmissor, mas visavam primordialmente a autonomia na produção e difusão do conteúdo planejado por cada ponto transmissor. Uma série de iniciativas independente de rádio começou a emergir de forma descentralizada, ligada a uma diversidade de micromovimentos, minorias étnicas, grupos marginais, imigrantes, sindicatos locais que não possuíam um objetivo unificado, a não ser o de se apropriar de pontos de emissão e transmitir seus programas autonomamente, questões que acreditavam que precisavam ser representadas em suas comunidades: cultura popular, reivindicações e denúncias, debates e programações “menores” que não encontravam espaços em outros formatos de produção de mídia por não preencherem lacunas burocráticas ou comerciais.

O movimento das rádios livres na França sofreu os efeitos das intervenções do poder do Estado, a partir do momento em que ele parou de reprimi-lo. O Estado socialista na França disse: “muito bem, agora vocês vão fazer rádios livres

numa boa, só que todas as rádios livres vão se submeter a um estatuto. Vamos subvencioná-las, mas para isso é preciso que elas tenham um mínimo de audiência, de qualidade e de utilidade social”. Com isso, noventa por cento das rádios livres francesas, caindo na tentação, se precipitaram num funil, com exceção de algumas poucas rádios (vinte ou trinta em toda a França, inclusive a Rádio Tomate). (GUATTARI, 1986, p.115).

Guattari não nega o avanço que foi conquistado no processo de democratização das rádios livres na França; o apoio estatal foi importante para proporcionar uma estabilidade para uma série de rádios que tiveram início dentro desse movimento, entretanto, para o autor, o que ainda se coloca como fundamental é a autonomia produtiva que a utilização desse meio possa também proporcionar às pessoas ou movimentos que se apropriam do mesmo, seja como receptor seja como emissor das mensagens e informações, a experienciar outras formas de se relacionar cotidianamente com as pessoas e com a própria mídia. Se por um lado não se deve negligenciar o papel potencializador que o Estado pode desempenhar para o desenvolvimento dos usos táticos de mídia, por outro, há situações e contextos políticos específicos em que o Estado pode se apresentar como um claro opositor e alvo de ataques desses midiativistas.

Outro ponto que é importante destacar é a natureza dessa economia do dom hi-tech que Barbrook coloca. O autor aponta que só é possível efetivar essa troca porque se tem acesso a tecnologia e ao dinheiro; em comunidades pobres onde há escassez de recursos e empregos impera a não possibilidade de se instaurar essa economia do dom. Isso porque para praticá-la e fazer parte dela os indivíduos necessitam tanto de tempo quanto de dinheiro. Então qual o papel as nações ou comunidades que não têm acesso direto a esses tipos de tecnologia podem desempenhar dentro desse desenvolvimento da economia do dom hi-tech? Seriam suas ações, protestos, transmissões de rádio e utilização de outros meios inúteis? A vanguarda intelectual direcionadora, que Barbrook tanto critica, exaltando o potencial que a rede tem de agregar pessoas comuns para instaurar o anarco-comunismo estaria sendo substituída por uma vanguarda de potenciais usuários/desenvolvedores da internet? Estes são questionamentos importantes que teremos a oportunidade de confrontar depois da análise da experiência dos Autolabs, que nos auxiliará a compreender o papel do uso tático de mídia em outros contextos que não o do primeiro mundo, para a compreensão da razão da valorização que os ativistas atribuem a autonomia.

3.4 A noção de comum associada ao uso e a “filosofia *open source*”.

Seria relevante aqui realizar um breve parêntese para discutir um artigo apresentado por Eric Kluitenberg - um teórico e escritor, também organizador do acervo sobre cultura e tecnologia do De Balie em Amsterdã –*Construindo a noção do comum digital (2003)*, que foi apresentado na última compilação do N5M. Isso porque para o desenvolvimento de projetos colaborativos na rede são necessários mais do que protocolos tecnológicos abertos; “protocolos sociais” colaborativos têm de ser estabelecidos. A visão que Kluitenberg apresenta aparece de forma interessante justamente por ele frisar o aspecto da importância do estabelecimento de vínculos de solidariedade e de responsabilização que torna possível a construção de um ambiente colaborativo.

Nesse artigo o autor procura definir em que princípios se baseariam essa noção de “comum” – no sentido de algo que é compartilhado por uma série de pessoas ou comunidades – dentro desse espaço e conteúdo compartilhados pela rede. O autor inicia sua argumentação afirmando que essa noção de comum está constantemente presente nas discussões que dizem respeito à dimensão social da comunicação e das redes de trabalho digitais, e que o que todas essas discussões parecem ter em comum é a preocupação de que esse potencial que as redes têm de criar um ambiente aberto e democrático, de compartilhamento de conhecimento e informação, está crescentemente sendo desperdiçado e apropriado por interesses estreitos e pequenos que são promovidos por poderosos atores econômicos e políticos em escala mundial.

Kluitenberg prossegue então realizando um breve resgate da origem dessa noção de comum, que segundo ele emergiu da Inglaterra por volta do século XIV. Teria vindo à tona depois de surgirem problemas com relação ao aparecimento de algumas propriedades agrárias em locais onde originalmente existiam trilhas que as pessoas utilizavam costumeiramente para ir de uma vila a outra, surgindo então a necessidade de se criar alguma espécie de proteção pública para manter essa possibilidade de interconectividade entre esses locais. Ficou estabelecido então que essas trilhas só poderiam continuar existindo enquanto as pessoas permanecessem utilizando-as, caso contrário seria proibida a passagem e aquelas trilhas se tornariam efetivamente propriedade privada.

O autor utiliza essa pequena história para definir o que, segundo sua visão, está mais próximo do que deveria estar associado à noção de comum, no caso o uso. Kluitenberg argumenta então que o espaço (seja ele virtual ou físico) comum é construído e definido através do uso. Não é algo dado, *é um produto da práxis social viva*, e envolve tempo. Não seria um espaço permanente ou eternamente disponível, mas pode ser mantido por muitas e muitas gerações, desde que cada nova geração se importe o suficiente com esse espaço para o manter ativo através da sua permanente utilização.

Para o autor, se faz fundamental distinguir essa noção de comum de uma idéia passiva, de algo que pode ou não ser utilizado, pois se essa noção não estiver entrelaçada com um senso de responsabilidade ela tende a desaparecer. Nesse sentido Kluitenberg se opõe à noção de domínio público estabelecida por David Bollier – escritor e estrategista político americano – que aparece de forma mais passiva, como algo que pode ser dividido por todo mundo e por ninguém, que pertence a todos e simultaneamente não pertence a ninguém. Essa definição aparece de forma problemática segundo a visão de Kluitenberg, pois a partir do momento em que não há fronteiras entre pertencimentos público ou privado, ninguém se sente responsável pela manutenção e pelos recursos que residem no domínio público. Por isso Kluitenberg afirma que o conceito, contrário ao que Bollier afirmou, deve sim implicar em fronteiras, pois se refere a um recurso, um espaço, a meios de produção de conhecimentos e informações comuns que são compartilhadas entre comunidades mais ou menos bem definidas, não necessariamente fixas ou imutáveis, baseadas em princípios e valores também comuns.

Segundo essa visão, dentro dessa noção de comum existe uma propriedade sim, mas propriedade coletiva, que mantém esses espaços e gestionam os mesmos segundo interesses e/ou idéias também comuns, que está muito longe de uma noção de disponibilidade eterna e passiva, sem a necessidade de um real envolvimento ativo de todos os indivíduos que pretendem compartilhar esses espaços, conhecimentos e informações. “O conceito de propriedade coletiva implica responsabilidade e a sobrevivência de recursos comuns depende da disposição das pessoas de tomarem responsabilidade sobre elas”. (KLUITENBERG, 2003)

Entendemos que esse breve esclarecimento se coloca de maneira oportuna, pois nesse artigo o autor conseguiu definir de uma forma interessante o que permeia toda essa “filosofia *open source*”, tão defendida por esses coletivos. O desenvolvimento das plataformas Linux, por exemplo, não teria sido possível se uma série de pessoas não se

dispusesse a trabalhar por ele e não estivesse constantemente comprometida a atualizá-lo, de acordo com suas necessidades reais. Também não teria se espalhado da forma como tem ocorrido se fossem aplicadas taxas para sua atualização, e o mais importante, mesmo que descentralizadamente e des-hierarquizadamente, essas pessoas conseguiram trabalhar juntas, cada uma acrescentado e colaborando livremente para a elaboração desse processo a partir de suas experiências e conhecimentos. Isso coloca outra questão fundamental, a do direcionamento do desenvolvimento, seja de ferramentas seja de conhecimento, que estão voltadas especificamente para o uso e as necessidades reais das comunidades, e não um desenvolvimento de produtos vinculados a necessidades criadas pelo mercado.

Outra questão que está implícita tanto na definição do projeto Autolabs, quanto nas oficinas oferecidas, é a desmistificação do “novo”, do “último lançamento” como necessariamente mais eficiente, e que é constantemente exaltado pelas corporações, seguindo a lógica de criação de necessidades. Com material barato, e com a utilização de softwares livres pode-se desempenhar quase todas as funções que o software proprietário proporciona, se bem direcionado e aproveitado. A utilização dessas tecnologias pode proporcionar informatização de bibliotecas, cooperativas, organização de planilhas em laboratórios e workshops para o ensino de produção de web sites, navegação, etc. Outro aspecto fundamental para a utilização de softwares não proprietários dentro do Autolabs diz respeito não apenas a gratuidade dessa tecnologia, mas ao potencial que a mesma carrega consigo de proporcionar um suporte para se produzir e gerar conhecimentos mais autônomos, já que seus protocolos abertos permitem que se crie e adapte ferramentas e plataformas as necessidades de cada usuário/desenvolvedor.

3.5 O projeto AUTOLABs: comunidades em rede e inclusão digital.

Boa parte dessa estrutura organizacional que prioriza a produção de um ambiente comum, colaborativo e horizontal, pode ser percebida no projeto realizado por uma série de coletivos para implementar o AUTOLABs a partir da experiência e dos coletivos que compuseram o Mídia Tática Brasil. Cada coletivo que já desenvolvia projetos na área contribuiu para promover um ciclo de oficinas, com intuito de também gerar possíveis “replicadores”, no caso os jovens das periferias trabalhadas, para que pudessem, mais do que adquirir meras habilidades técnicas, desenvolverem uma

perspectiva crítica e também analítica desses meios, capacitando-os para utilizar os instrumentos de forma ativa dentro de seu contexto.

O intuito do projeto, mais do que proporcionar apenas uma base técnica que os habilitasse a interagir unicamente com a máquina, estava focado em tentar interagir com esses jovens para estimulá-los a não serem meros consumidores passivos de informação e passassem ao papel de produtores de suas próprias visões e perspectivas do mundo. E para que esse objetivo pudesse ser alcançado a metodologia e o conteúdo dessas oficinas e workshops deveriam incluir, não só termos técnicos para o manuseio dessas mídias, mas também conteúdo crítico e analítico das informações e representações que circulam por esses meios.

Segundo relato de Giseli Vasconcelos e Ricardo Rosas (FINDETATiCO, 2004) , a primeira versão dos Autolabs durou seis meses (de julho de 2003 até junho de 2004) compondo o eixo de novas mídias do projeto CAJUs - Agente de Gestão Participativa e Multiplicação em utilização em Novas Mídias - financiado como uma parceria entre a UNESCO e a Prefeitura Municipal de São Paulo conjuntamente com a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, trabalho e Solidariedade (PMSP/SDTS). Esse projeto já atendia cerca de 300 jovens do programa bolsa-trabalho nas periferias de São Miguel Paulista, Itaquera e Ermelino Matarazo. A idéia de se vincular os Autolabs a esse projeto surgiu pela necessidade dos idealizadores de encontrarem alguma forma de se aproximar destes jovens e de estabelecer um vínculo com os mesmos.

Está sendo ofertado, ao conjunto de beneficiários, um circuito de atividades de formação dialogada propiciando situações e meios para que se constituam como atores políticos entre seus iguais e diferentes, e frente ao Estado. A ação juvenil é entendida como a que parte dos próprios jovens, mobilizados por suas necessidades objetivas e subjetivas; elaborando estratégias de satisfação daquelas necessidades, pressupõe-se que, por serem sociais, estas demandam a combinação de iniciativa individual, ações coletivas mobilizadoras de outros jovens e subsídios de formação em habilidades específicas, principalmente em métodos de pesquisa, planejamento e elaboração de projetos e utilização de novas mídias. (MTBb, 2004)

Segundo a análise de Pablo Ortellado, que participa do Centro de Mídia Independente e tomou parte das oficinas do projeto, se por um lado a inserção do projeto Autolabs dentro do programa do Centro de Ações Juvenis proporcionou uma aproximação com os jovens da periferia de São Paulo, por outro o formato e modelo mais burocrático do programa também limitou os objetivos principais do Autolabs.

A instituição que financiou parte do projeto foi a ong La Fabrica, que arrecada fundos para projetos sociais para outras ongs ou instituições. Depois do projeto estar formado e da La Fabrica ter contribuído com os fundos iniciais, foi encaminhado para UNESCO. O projeto foi aprovado e recebeu os recursos para os instrutores e para os alunos. Inicialmente o projeto foi concebido para ser equipado com 20 computadores e um mini estúdio para facilitar a produção e criação musical e de rádio. Então o departamento tecnologia do governo da cidade de São Paulo, o Governo Eletrônico, decidiu também fazer uma parceria com o projeto.

O Governo Eletrônico de São Paulo realiza iniciativas para combater a “exclusão digital” como os Telecentros, todos rodando em plataforma Linux. Juntamente com o Prodam, o órgão dedicado a prover infraestrutura tecnológica, decidiu apoiar o Autolabs com conexão de banda larga. Foi combinado que após a finalização das oficinas o laboratório se tornaria um Telecentro e seriam absorvidos todos o desenvolvimento, infraestrutura e o pessoal do Autolabs.

Segundo os idealizadores do projeto, essa mobilização de uma série de parcerias só aconteceu porque o modelo do Autolabs de compartilhamento de habilidades autônomas e criatividade atraiu a atenção do governo de São Paulo para participar mais ativamente em um processo que adotava um método mais participativo e ativo para a coordenação dos Telecentros, e porque visava a criação de condições para o surgimento de editores, provedores de conteúdos e técnicos de manutenção de computadores que fossem das comunidades onde atuavam.

Dentre os grupos e projetos que tomaram parte dessa organização encontravam-se o MetaFora, e o projeto MetaReciclagem, O Centro de Mídia Independente (CMI), o Base V, Coletivo Histórias Digitais (CHD) em Parceria com o Museu da Pessoa, Rádio Muda e o Interfusion.

Foram oferecidas oficinas de Informática Livre para Mídia Independente (CMI); Mobilização e Colaboração On-line (MetaFora); Histórias Digitais (CHD); Experimentação e Publicação Gráfica (Base V); Rádio Livre/Web Rádio (Rádio Muda); Produção Sonora (Interfsusion); Manutenção para Computadores Reciclados (MetaReciclagem). E ao final dos ciclos de oficinas pretendia-se estabelecer um website informativo com os resultados e processos de construção em cada oficina, onde todo o material estaria disponível. Esse website onde hospedam-se os resultados das várias oficinas tinha o intuito de ser muito mais do que uma avaliação “final” do desempenho desses jovens, intentava-se que esse site funcionasse como um canal de conexão entre

esses jovens e osicineiros, e outras possíveis comunidades com as quais eles poderiam se conectar, como um estímulo para que se desse continuidade ao projeto colaborativo autogerido pelos próprios jovens.

Isso poderá ficar mais claro a partir da análise que faremos a seguir abordando o conteúdo e objetivos das oficinas que cada coletivo ofereceu e que resultou na plataforma do laboratório tático em seu conjunto, de acordo com as potencialidades que cada forma de mídia, utilizada diferencialmente por cada coletivo, poderia oferecer a esses jovens de forma a estimulá-los a se inserirem de forma mais ativa tanto em suas comunidades quanto no espaço mais “global” da internet.

O **Coletivo Histórias Digitais** trabalha com o resgate, divulgação e difusão de (his)estórias individuais e cotidianas, via rede digital, com um caráter de preservação das (micro) memórias populares e culturais que se desenvolvem anonimamente, contextualizando-as num ambiente global. A oficina gerenciada por esse coletivo, em parceria com o Museu da Pessoa, teve como intuito desenvolver habilidades nos bolsistas que colaborassem para que estes fossem capazes de compor suas próprias narrativas se reconhecendo enquanto pertencentes e relevantes a uma comunidade e a um contexto mais amplo.

Histórias Digitais é um projeto que visa fomentar a criação de uma rede de produção de conteúdo digital inédito, ficcional, jornalístico ou artístico, normalmente de caráter híbrido, dentro de comunidades carentes. Esse projeto tem suas origens intrinsecamente ligadas ao surgimento e direção apontada pela mídia digital (muitos-para-muitos), que a cada dia vêm se estabelecendo não só como importante contrapondo à mídia de massa (um-para-muitos) - hoje caracterizada por sua incapacidade em retratar com suficiente diversidade a sua sociedade - assim como um meio de superar os problemas de visibilidade de conteúdo comunitário, dentro desta mídia atual, através de uma projeção nacional e internacional. Além disso, o Coletivo também visa fortalecer as comunidades em que atua, construindo laços de diferentes etnias, sexos, classes etc através do reconhecimento de estilos expressivos diversos. (CHD, 2004)

Para o desenvolvimento dessa oficina os bolsistas teriam que aprender a realizar tarefas como a coleta de depoimentos, em sala ou em campo, coleta de fotos, cartas, objetos de uso cotidiano, *flyers*, jornais, revistas, além de material e informações de referência obtidas através de pesquisas via web; deveriam fazer leitura de textos relevantes ao tema, aprender a utilizar ferramentas audiovisuais, ferramentas para produção de texto, com o intuito de incorporação dessas (his)estórias num ambiente digital. Para coleta dos depoimentos esses jovens também entrariam em contato com equipamentos para registro em áudio e vídeo. Para poderem publicar as (his)estórias, produzidas através do material coletado via web em um site de publicação coletiva, os

participantes deveriam aprender como usar um site de forma colaborativa e portanto sem direitos autorais.

Objetivos: Ensinar a trabalhar com a tecnologia digital através do confronto com a história pessoal, resgatando a cultura das comunidades e integrando-as a um contexto de globalização, através do: · Entendimento de sua história pessoal como processo comunicativo; · Este processo como campo semiótico de possíveis interferências cotidianas; · A transformação da memória em objeto de prática coletiva. (METAFORAb, 2005)

Esperava-se que através desse processo os bolsistas aprendessem também a se valorizar como um dos vários protagonistas de narrativas cotidianas registradas, e entendessem a relevância da apropriação e do domínio de processos de construção de narrativas, coletivas e individuais, e que se tornassem capazes de produzir uma mídia mais condizente com as reais questões de sua comunidade. Esperava-se também que esses jovens aprendessem a valorizar também seu espaço como um local significativo e as pessoas ao seu redor, como pertencentes a sua comunidade, dignas e portadoras de valores sociais e culturais relevantes. Para tanto tinham, também, que observar com mais criticidade os meios de comunicação.

Assim como os espaços urbanos vêm sido desenhados para afetar nossos sentimentos - para conduzir nossas trajetórias, para nos colocar em um estado de espírito que nos conduza mais ao consumo do que ao lazer, mais à passividade do que ao ato crítico - seja através da arquitetura ou de um conhecimento especializado de como reagimos a estes espaços, o espaço público das TVs também está sendo tomado por (antigas e novas) estratégias de controle e consumo. Nos subúrbios das grandes cidades brasileiras ou no interior do Amazonas, 89% da população brasileira está assistindo TV (fonte:IBGE). Temos no Brasil mais TVs do que geladeiras. Do índio ao político, todos assistimos à vida da classe média carioca, o drama da imigração paulista, a bravura dos sulistas, a malemolência das meninas do nordeste. A falta de diversidade de gênero, raça e classe na TV não é fenômeno novo ou apenas brasileiro, mas se confunde com as raízes coloniais e ditatoriais do país. (MTBa, 2004)

Além da coleta de materiais que pudessem colaborar no resgate da história e das narrativas de cada bairro abordado pelo projeto, foram utilizados mapas desses locais que foram divididos em espaços onde os jovens deveriam realizar entrevistas com moradores das próprias localidades e de bairros vizinhos, que indagassem qual a imagem ou impressão que esses indivíduos da comunidade têm sobre o seu espaço cotidiano, tentando dessa forma resgatar as opiniões subjetivas dos moradores e promover uma reflexão nesses indivíduos, e nos próprios jovens que estavam realizando

essa pesquisa, sobre um espaço que é tão vital e que deveria ser público e estimulante, mas que é constantemente ignorado ou considerado inferior.

A proposta era, após realizar essas entrevistas aliadas ao material coletado, editar essas narrativas e histórias na web para que as perspectivas dos próprios moradores sobre o seu espaço cotidiano fossem divulgadas. Eles chamaram essa narrativa de “web/anti novela”, pois essa experiência se propunha primeiro a ser uma forma narrativa construída por seus próprios atores, e contraposta à narrativas da mídia de massa que freqüentemente passa uma imagem caricaturizada e distante da realidade. Web por ser esse o meio comunicador pelo qual a narrativa foi difundida, e com alusão a psicogeografia, pois o processo de coleta de entrevistas e de pesquisa pelo bairro deveria ser uma “aventura” pelo espaço das ruas do bairro e suas distribuições de uma forma mais atenta e sobre um outro olhar. (o resultado dessas narrativas encontram-se no site da contra-tv.net)

Como usar um testemunho cotidiano para resistir criativamente ao seu discurso? Através da criação de uma (anti/web) novela pretende-se reapropriar os sentidos e propósitos de uma narrativa coletiva, autônoma e diversificada, mostrando que a linguagem de uma área transitada criticamente pode ser decodificada e subvertida com a ajuda de experimentos cartográficos que promovam ativamente uma narrativa emocional e íntima, ao invés dos tradicionais clichês do gênero. Pretendeu-se encorajar, através de entrevistas, que os jovens produzissem depoimentos e imagens em texto, áudio e vídeo para comunicar emoções, sentimentos, memórias e expectativas ao engajar com diferentes aspectos do cenário urbano que habitam: o projeto Caju, a casa, a rua, comércios, estações de trens etc. Ao moverem pela cidade, um mapa irá emergir que desenhará a psicogeografia de seu ambiente. Este será o cenário da novela. (MTBa, 2004)

Esse tipo de experimentação diferenciada pelos espaços urbanos que procura através de um olhar mais atento des-naturalizar as disposições dadas desses espaços e tentar re-inserir uma perspectiva mais humana sobre as cidades e os bairros foi tema também da “Teoria da deriva”, artigo produzido para a revista internacional situacionista escrito por Guy Debord em 1958, que pode nos dar uma primeira dimensão do que se trataria essa tal interdisciplinaridade na crítica e análise dos espaços e disposições urbanas da sociedade atual e suas possíveis potencialidades.

Entre os diversos procedimentos situacionistas, *a deriva* se apresenta como uma técnica de passo interrupto através de ambientes diversos. O conceito de deriva está ligado indissolivelmente ao reconhecimento de efeitos de natureza psicogeográfica e afirmação de um comportamento lúdico-construtivo, o que

põe em todos os aspectos nas noções clássicas de viagem e de passeio. (DEBORD, 1999, p.14)

Neste artigo publicado pela *Internacional Situacionista* Guy Debord desenvolve essa proposição analítica interdisciplinar chamada psicogeografia, que pode ser aplicada a uma nova perspectiva e experimentação do espaço social, ou que deveria ser espaço público, e que tem como foco não apenas construir uma teoria sobre como se organizam as distribuições espaciais e arquitetônicas urbanas ou de capital simbólico capitalista, mas também se concentra em elaborar um “esquema metodológico” que propicie ao sujeito “comum” um novo olhar sobre a cidade, uma nova percepção, que leve em consideração também as expectativas e as formas pelas quais os indivíduos se apropriam desta.

Para desenvolver essa metodologia e sua argumentação o autor utiliza Chombart de Lauwe, produtor de um estudo sobre a cidade, no qual afirma que maior do que a determinação geográfica e econômica que está fortemente presente no bairro, é a determinação advinda da representação que os próprios moradores, vizinhos, enfim toda gama de sujeitos ou indivíduos que utilizam realmente este espaço tem dele. Esta forma de representação se reflete na forma como esse espaço é utilizado, pois além das determinações físicas impostas nesses espaços, encontra-se a determinação do imaginário – afetividade, temor, orgulho, repulsa, etc – sobre esse local cotidiano. Ou seja, o que o autor destaca é que para além do estudo das disposições geográficas e materiais para a análise do espaço urbano se faz necessário também realizar uma análise das representações imaginárias que os indivíduos que habitam cotidianamente esses espaços têm deles. Por exemplo, o temor por determinada região vinculada a algum acontecimento trágico ou revoltante, o descaso ou valorização por uma praça local, o orgulho de sediar um espaço coletivo como um campo de futebol, ou sediar uma escola de samba tradicional do bairro, enfim, toda a gama de sentimentos que esses indivíduos comuns sentem em relação ao espaço em que vivem cotidianamente e que se refletem na forma como estes são utilizados.

Ainda segundo o autor, esse é também um fator fundamental para se realizar estudos sobre a geografia urbana que se propõe a analisar não apenas as disposições materiais, mas também as disposições subjetivas e imaginárias que os indivíduos atribuem a esses espaços.

Parece ter sido desta forma que o coletivo Histórias Digitais procurou atuar com esses jovens, para que estes refletissem e conhecessem as representações imaginárias

que normalmente estão implícitas, mas que ao mesmo tempo permeiam a utilização de todos os espaços urbanos. As preferências, a familiaridade ou a repulsa por determinados espaços do bairro, que são cotidianamente visitados ou evitados, mas que dificilmente evocam uma reflexão mais profunda, que são mais freqüentemente encarados de forma não problemática.

Nesse ensaio Debord (1999) esboça algumas das possibilidades de se analisar o funcionamento de cada bairro ou cidade, dos usos de mapas e fotografias antigas – para se comparar às mudanças pelas quais esse espaço possa ter passado -, impressões que os moradores ou vizinhos têm de determinado local, buscando assim reconhecer um local não mais apenas pelo ponto de vista das imposições ideológicas, mas a partir do ponto de vista do sujeito e de sua percepção dentro desse espaço.

Chombart de Lawe, em seu estudo *Paris et l'agglomération parisienne* (biblioteca de sociologia contemporânea, P.U.F. 1952) assinala que ‘um bairro urbano não está determinado somente pelos fatores geográficos e econômicos mas também pela representação que seus habitantes e os dos outros bairros tem dele’; e apresenta na mesma obra – para mostrar a estreiteza da Paris real na que vive cada indivíduo... um quadrado geográfico sumamente pequeno. (DEBORD, 1999,p.14)

Assim como o próprio título do artigo indica - Teoria da Deriva - a proposta de Debord consiste no vagar ou caminhar pela cidade. Essa ação, segundo o autor, pode partir de uma ou mais pessoas, mas a mesma deve ter uma perspectiva diferente da convencional, percebendo as mudanças pelas quais a cidade vem passando, e refletindo sobre o espaço social utilizado. O que Debord quis insinuar utilizando o estudo de Lawe, por exemplo, é que apesar de Paris ser uma cidade imensa, cheia de recursos, cada indivíduo está, de certa forma, restrito a um espaço, normalmente pequeno, habitual. E isso se dá justamente pela perspectiva, ou caráter funcional, pelo qual encaramos a cidade. Circulamos e encaramos como “nosso”, ou reconhecemos de forma mais familiar apenas o espaço que necessitamos, seja por motivos profissionais ou ocasionais, ignorando, ou muitas vezes não encarando a degradação do mesmo, e aceitando este como dado, como um imperativo a nossa circulação e movimentação pela cidade.

Esse sentido de apropriação, responsabilização e identificação de um determinado espaço como comum e também de debate de questões coletivas e públicas pode ser manifestado de diversas maneiras. É bastante conhecida a problemática concernente a crescente inundação de material publicitário pelas vias públicas impondo

sua lógica corporativa e privada associada a estilos de vida e identidades cada vez mais efêmeras. As mensagens e conteúdos desses anúncios publicitários, apesar da brevidade e velocidade com que são transmitidas – os poucos segundos do intervalo comercial, ou os minutos parados no trânsito em frente a um outdoor –, são dotadas de uma complexidade sónica considerável. Imperativos de beleza, status, e de comportamento são propostos e estão contidos em cada meio difusor.

El urbanismo no existe: no es más que una "ideología" en el sentido de Marx. La arquitectura existe realmente, como la coca-cola: es una producción investida de ideología que satisface falsamente una falsa necesidad, pero es real. Mientras que el urbanismo es, como la ostentación publicitaria que rodea la coca-cola, pura ideología espectacular. El capitalismo moderno, que organiza la reducción de toda vida social a espectáculo, es incapaz de ofrecer otro espectáculo que el de nuestra alienación. Su sueño urbanístico es su maestro de obras. (KOTANVI & VANEIGEM, 1999)

Estes são imperativos e padrões de comportamentos difundidos a partir de uma escolha na utilização e organização de signos e símbolos, que antes de aleatória, se faz de maneira consciente e racional, visando determinado nicho no mercado consumidor ou se direcionando a uma camada específica da população. O espaço urbano e coletivo não sai ileso dessa apropriação capitalista e é visto também como local de disputa tanto pelos Situacionistas, quanto pelos coletivos que procuram se inserir criticamente dentro desses espaços. A apropriação tanto desses espaços quanto da produção e difusão de mensagens criativas e provocativas tem sido amplamente utilizada pelos midiativistas.

Um dos coletivos que procura trabalhar com o estímulo da produção gráfica experimental e autônoma para a divulgação e compartilhamento de idéias e experiências é o **Base V** que colaborou com o ciclo de oficinas do Autolabs.

O Base V (BaseV.has.it) é um coletivo que trabalha com editorial e publicação gráfica independente e alternativa, cujo objetivo é trabalhar numa linha interdisciplinar para desenvolver projetos estéticos experimentais que consigam agregar uma variedade de artistas e indivíduos interessados em uma livre associação com vistas à produção de um material não norteado pela obtenção de lucros e direcionado pela troca de experiência e conhecimento humano. Esse coletivo trabalha com uma série de atividades ligadas à imagem, estética e conceitos, para a produção de materiais gráficos, em projetos alternativos e design experimental.

O site BaseV.has.it efetivou a participação de inúmeros trabalhos do mundo inteiro firmando a característica do coletivo, e permitindo dessa forma, a citação em alguns sites, tais como: gouw.nu, creatiu.com, pleasezine.net, karborn.com,

digitalultras.com, terrorpilot.com, derush.net, visualdesigner.net, neorona.com, k10k.net. (METAFORAb, 2005)

A oficina oferecida por esse coletivo tinha como intuito, além de mostrar as várias formas de se produzir e editar material gráfico práticos e baratos para divulgação de projetos e temas de relevância para a comunidade local, promover também aulas teóricas que evidenciassem as múltiplas formas de se utilizar imagens, signos e formas de disposição destes para compor uma mensagem. O objetivo era fazer com que esses jovens, além de aprenderem a produzir suas próprias imagens gráficas e entender o porquê de cada disposição desses símbolos ou signos, pudessem compreender que a montagem desses materiais, ou produtos, consistem em escolhas, e que esse material possui muito mais do que um valor meramente estético; ele pode e deve ser interpretado através da identificação de cada um de seus componentes e significado de seu conjunto.

Tentando estimulá-los a terem uma postura crítica em relação às imagens gráficas que os cercam, procuraram fazer com que um processo colaborativo também estivesse inserido em todas as criações dentro do conteúdo metodológico da oficina idealizada pelo coletivo, por parecer o caminho mais pertinente com a proposta crítica, social, cultural e política, a qual a oficina se propunha.

Justificativa: Gerar nos bolsistas um pensamento estético crítico de seu meio e tornar fato a possibilidade da interferência nesse meio através de uma publicação de baixo custo e autônoma. A Base V irá oferecer uma iniciação às técnicas e equipamentos que podem tornar isso possível, para assim poderem agir como atores culturais e políticos na sociedade. (METAFORAb, 2005)

O Centro de Mídia Independente (CMI), é uma rede mundial de coletivos que trabalha com disponibilização de informação on line, procura realizar uma cobertura que não se direcione por interesses corporativos, e divulgar informações que não possuem espaço na “grande mídia”. A política de publicação do coletivo é aberta e dirigida pelo consenso do grupo frente a alguns princípios éticos (como no caso da exclusão de matérias que contenham conteúdo racista, homofóbico, nazista, pedófilo, etc.) e onde todos podem postar suas notícias e informações para serem publicadas, além de poderem publicar on line suas opiniões sobre as notícias já publicadas. O CMI está presente em várias cidades do mundo em rede, porém de forma descentralizada; cada unidade local possui sua própria política e esquema organizacional, ligada por uma

“filosofia comum” que diz respeito à rede Indymedia: como manter uma estrutura de publicação aberta, *copyleft*, livre circulação de informação e tomadas de decisões por consenso. Está presente em várias cidades do Brasil estimulando também uma série de projetos colaborativos.

Oficina: Informática Livre para Mídia Independente CMI Brasil - Rede de produtores independentes de mídia que busca oferecer ao público, informação alternativa e crítica de qualidade fundado há 2 anos atrás, o CMI Brasil paulatinamente se espalhou pelo país formando hoje uma rede de coletivos em Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, além de novos grupos gerenciados no Paraná, Salvador, São José dos Campos e Vila Velha. O CMI não é apenas um site de internet, mas uma rede de coletivos de ativistas produtores de mídia que busca democratizar o acesso e a produção da informação. Além do site, o CMI mantém e ajuda rádios livres e comunitárias, produz jornais impressos e jornais-muro, produz e veicula documentários, além de incentivar grupos e indivíduos a produzir a própria mídia. (METAFORAb, 2005)

O objetivo e a finalidade da oficina oferecida pelo CMI, além de prover conhecimentos técnicos básicos de produção e de difusão de uma informação independente por vários métodos (zines, jornais impressos, cartazes, ou publicação virtual), era atentar também sobre a necessidade de se produzir e inserir um conteúdo crítico nesses espaços públicos de modo a enfrentar a hegemonia da grande mídia. Para isso se torna aspecto indispensável uma discussão e também um debate sobre a grande mídia, buscando desnaturalizá-la e retirar dela o papel de emissora da grande verdade. Procura-se demonstrar que a grande mídia proporciona apenas uma das várias versões de um mesmo fato, e que esta parece produzir essa sensação de “verdade” por se estabelecer de forma hegemônica na esfera comunicacional. Dessa forma, os idealizadores dessa oficina buscaram elaborá-la focando o desenvolvimento dessas novas práticas para estimular indivíduos sensibilizados à imagística visual, ao som e ao discurso, bem como quanto à estrutura narrativa e aos significados e efeitos de texto, do virtual ao real, aplicando o seu aprendizado às novas formas de trabalho e de produção de informações.

Justificativa: A mídia empresarial freqüentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses dos ricos e dos poderosos. Faz-se importante dar voz aos que não têm voz, desenvolvendo visão crítica, capacitação básica editorial e práticas de produção em um ambiente libertário, baseado em Software Livre, para que os jovens publiquem versões dos fatos de suas comunidades a toda sociedade.

Objetivos: A oficina Mídia Independente para Informática Livre tem como objetivo geral capacitar os jovens à formarem uma estrutura consciente de mídia independente, como política editorial própria e conhecimento sobre o trabalho jornalístico, para tanto tem os seguintes objetivos específicos: · introduzir o conceito de 'copyleft' no contexto do 'software' livre; · introduzir o conceito de 'copyleft' no contexto da mídia independente; · discutir sobre mídias impressas e hipertexto; · promover o uso de 'software' livre para produção de mídia; · incentivar a reflexão sobre notícia, verdade e credibilidade; · incentivar os jovens a serem multiplicadores dos conceitos envolvidos na oficina. (METAFORAb, 2005)

Esse tipo de livre disponibilização se baseia em outro tema freqüente de debates e é importante para que este conceito de uso tático de mídia se preserve e amplie. Pois como um dos objetivos principais desses coletivos é não apenas debater sobre mídia, mas também ampliar esse debate intervindo no cotidiano, o fluxo de informações tem uma importância ímpar. A livre circulação, a real circulação da informação, é essencial para a troca de experiências, dificuldades e produção do material idealizado. Por isso é freqüente nos temas de debates ou artigos produzidos a questão de propriedade intelectual, *copyleft*, a questão do software livre (LINUX), entre outros.

A Rádio Muda é uma rádio livre estabelecida na Unicamp e se propõe como espaço de colaboração e difusão de informações e cultura de forma dialógica com a comunidade. Possui, por essa razão, espaço em sua programação para conteúdos enviados por qualquer indivíduo. Agregado a esse projeto há um grupo de estudos sobre práticas de rádio e web rádio, e mais uma série de projetos junto à comunidade e de apoio a outras iniciativas e ações que são paralelamente tocadas por esse coletivo.

Oficina: Rádio Livre/Web Rádio Rádio Muda FM - Rádio livre situada no campus da Unicamp que agrega um grupo de estudo e prática em rádio e web-rádio, que vem elaborando oficinas, trabalhos comunitários, vídeos, coberturas jornalísticas e Mini-Cursos, além de participar de diversos debates, seminários e mesas redondas sobre o tema rádio. O trabalho já abrange diversas esferas da sociedade, principalmente comunidades, universidades e movimentos sociais. Entre alguns dos eventos ou instituições nos quais atuaram foram: Encontros Nacionais de Estudantes, SESC's, Fórum Social Pan Amazônico, Mídia Tática Brasil, Desperta Maria Antônia (DCE – USP) além de Congressos relativos ao tema e da cobertura das três edições do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS). (METAFORAb, 2005)

A oficina de rádio livre e web rádio oferecida pela Rádio Muda tinha como objetivo estabelecer uma base para a autogestão comunicativa nas comunidades periféricas, e em geral segue as mesmas bases horizontais e colaborativas de produção e

difusão das outras oficinas. Com o intuito também de quebrar conceitos como de profissionais versus amadores, consumidor versus produtor e assim por diante, intentavam também desmistificar a produção da grande mídia como produção da verdade.

Metodologia: Formando um paralelismo entre as teorias de Freire e as rádios comunitárias, sua função e os métodos para atingi-la não seriam muito diferentes. É a partir do diálogo que o grupo ou coletivo oriundo da comunidade, cria e recria seu próprio mundo, levando-o ao conhecimento de todos através do microfone. Na medida em que o microfone é aberto ao direito de contestação, o processo de criação e recriação do mundo da comunidade está em constante exposição às novas idéias, críticas e/ou analíticas. O espaço da rádio torna-se portanto um espaço aberto para o fomento contínuo do diálogo, promovendo a constituição da cidadania e a integração dos moradores da comunidade. Sendo assim, a metodologia de trabalho será baseada em palestras expositivas visando introdução de conceitos fundamentais para comunicação comunitária. Debates visando a construção coletiva das demandas locais e entendimento dos conceitos propostos. Apresentação de quatro curtas-metragens do grupo ilustrando e estimulando o debate. Exercícios de interpretação e crítica de conteúdo (escrito, áudio e vídeo) com acompanhamento dos oficineiros. (METAFORAb, 2005)

Estimulava-se também os indivíduos de cada comunidade a se inserirem ativamente nesse espaço da rádio acrescentando perspectivas e críticas dentro de uma esfera pública, visando aumento na produção criativa dos indivíduos e grupos que a compõe. Pretendiam enfatizar na sua oficina uma produção e difusão de informação e cultura que priorizasse não uma mera capacitação técnica – apesar deste conteúdo técnico também fazer parte da programação metodológica para que os jovens fossem capazes de manusear essas ferramentas - mas principalmente estimular esses jovens a se auto-organizarem com uma política aberta de difusão, que tivesse como prioridade o respeito ao outro, para que o funcionamento da rádio não se desse de maneira unilateral – dos programadores para os ouvintes - mas que promovesse um espaço de discussão e integração da comunidade, oportunidade em que todos pudessem igualmente fazer uso do microfone para inserir suas opiniões dentro da comunidade.

Justificativa: Uma rádio comunitária, sob a ótica deste projeto, deve ser desenvolvida e gerida a partir da participação direta dos moradores do bairro ou região em questão. A rádio deve atender os interesses da comunidade promovendo debates, eventos, e atuando para fortalecer a cidadania e cultura dos ouvintes. Deve ter caráter autônomo, servindo não para beneficiar particulares, mas contribuir com o coletivo através da noção de trato com a coisa pública. Deve respeitar as diversidades da comunidade, ou seja, não ter caráter excludente, e trabalhar observando e respeitando as peculiaridades da comunidade atingida. Uma rádio na web oferece a possibilidade de

fortalecimento da produção local num espaço de acesso global, a Internet, utilizando para tanto programas e servidores livres, seguindo a filosofia de compartilhamento de informação. A função das rádios comunitárias neste sentido não é diferente da função da Internet, da imprensa ou do telefone. Essas emissoras têm a característica de serem instrumentos de emissão e recepção e vice e versa da comunicação. (METAFORAb, 2005)

O Interfusion é um coletivo que realiza raves e eventos festivos gratuitos nas periferias com o intuito de incluir pessoas que estão à margem desse universo a conhecerem e experimentarem esse ambiente. A forma de atuação desse coletivo estaria muito próxima da Zona Autônoma Temporária, elaborada por Hakin Bey (2001), que a define como um espaço ocupado por um curto período de tempo destinado à experimentação de formas autônomas e alternativas de relações sociais não controladas pelo poder Estado. Bey também denomina estes espaços de “enclaves livres”, que poderiam se manifestar através de eventos festivos, pequenos distúrbios e ocupações inesperadas. Além de atuar nesse sentido quando realizam suas ações diretas pelas periferias, o coletivo também procura promover uma estrutura para que músicos ou artistas do meio, que não possuem oportunidade e nem recursos para a divulgação de seus trabalhos, possam ser gravados e divulgados via internet.

Oficina: Produção Sonora. realiza evento de Rave de Rua em zonas periféricas da grande São Paulo. O foco principal dos seus objetivos são parcerias e apoios com as comunidades e comércio local, oportunizando gratuitamente acessibilidade de música eletrônica à população da periferia. Rádio Cipó - Comunidade musical evolutiva e dinâmica, que agrega músicos de variados estilos, estruturados na tecnologia “Low-Tech”. Ela foi criada com o objetivo central para a produção independente de mídia sonora, visando gravar com os artistas regionais, compor em parceria e divulgar os trabalhos realizados via CD’s e via internet (MP3). (METAFORAb, 2005)

O propósito da oficina oferecida por esse coletivo é capacitar esses jovens a produzirem mídia sonora independente, utilizando-se de baixa tecnologia a baixo custo, para que essa capacitação fosse possível. Outro propósito é o aprendizado do manuseio técnico de novas mídias, quando esses jovens seriam levados a refletir sobre a mídia sonora e suas linguagens, música brasileira, e entrar em contato com formas de gravação e difusão dessas mídias.

Metodologia: O laboratório de Música Digital Brasileira é uma oficina de produção musical, técnicas de gravação, áudio, MIDI e informações sobre cultura e tecnologia musical, ele é oferecido em dois módulos devido a grande variedade de assuntos abordados. As atividades são abordadas de forma

progressiva, abrangente e numa linguagem clara, de interesse para os que estão começando na produção musical independente. Serão utilizados os seguintes recursos: apostila e internet para consultas; Aprenderam o processo em novas linguagens para a cultura digital musical Em cada módulo, os alunos produzem um CD. Todos operam a mesa e o computador, em revezamento, gravando uma canção executada pelos músicos da própria turma. Depois, a mixagem é feita também pelos alunos, que ainda participam da masterização do CD. (METAFORAb, 2005)

A oficina promovida pelo MetaFora tinha como intuito promover canais que intercomunicassem comunidades e promovessem o compartilhamento de experiências e idéias entre as mesmas. Para tanto o coletivo planejou um conteúdo metodológico que priorizasse tanto a valorização da colaboração e da necessidade dessas comunidades de se intercomunicar quanto o ensino do manuseio de ferramentas e programas que facilitassem essa troca e conexão. Os programas e conteúdos aplicados estavam voltados também para a criação de uma rede inter-comunidades que se organizasse de forma descentralizada e mediada por todos.

Oficina: Mobilização e Colaboração on-line Projeto MetáFora - Facilitador da criação e desenvolvimento descentralizado de projetos relacionados à democratização do acesso à informação, à valorização da voz das comunidades e sua inserção em um contexto de globalização, à liberdade da informação e à capacitação básica de redes sociais mediadas pela tecnologia. (METAFORAb, 2005)

A oficina, **Manutenção para computadores reciclados**, oferecida pelo **MetaReciclagem**, apresentava como intuito inserir uma perspectiva crítica com esses jovens com relação ao desenvolvimento tecnológico. Foi possível, através dessas oficinas, demonstrar que o conceito de “acesso” à tecnologia não necessariamente está vinculado a aparelhos de última geração, e que com equipamentos simples e baratos é possível se democratizar esse acesso formando redes e terminais colaborativos entre as comunidades

Objetivos: A oficina de reciclagem de máquinas é um processo de capacitação básica que aborda três frentes de trabalho, que são interdependentes e complementares na construção efetiva de redes livres: 1) aspectos logísticos; 2) reprocessamento do material de informática; 3) estrutura de rede. Essas etapas têm como objetivo fornecerem subsídios técnicos e sociais de forma a permitir a reprodução dos conhecimentos adquiridos e validados nas oficinas de formas variadas, seja em outros projetos sociais, ou como meio de autogestão de negócios solidários, por meio de conhecimento em hardware, administração de rede, logística, reciclagem, e etc. (METAFORAb, 2005)

Ao final do ciclo de oficinas e da montagem do website os jovens teriam a oportunidade de intercambiar suas experiências e trabalhar num grupo mais amplo para disponibilizar seus registros no ambiente virtual, e para interagir com perguntas e dúvidas que as pessoas poderiam colocar ao visitar o site. Para isso todos os bolsistas deveriam ter desenvolvido habilidades relacionadas a um trabalho cooperativo e colaborativo e noções de programação para que pudessem manter a atualização e manutenção do site autonomamente.

Cada oficina segue com a sua proposta de avaliação classificada como registro, a conclusão de um produto de mídia, cartaz, fanzine, website, cds. E para o conjunto das oficinas a avaliação é determinada por dois sistemas on-line interativos. Para que eles funcionem é necessário que orientadores e alunos participem na mesma proporção para contribuir na alimentação contínua dos sistemas propostos. Estes sistemas são: Rau-Tu e o Nou-Rau. O Rau-Tu possibilita que orientadores possam responder dúvidas e dificuldades questionadas por visitantes do website. O sistema Nou-Rau tem por objetivo implementar um sistema on-line para arquivamento e indexação de documentos (apostilas, tutoriais, textos de referência), provendo acesso controlado e mecanismos para busca. Ambos os sistemas foram desenvolvidos pelo Instituto Vale do Futuro em parceria com o Centro de Computação da Unicamp. O uso é livre e gratuito, sendo distribuído sob a licença GPL2 . Além dos sistemas interativos é proposto um debate, para cada núcleo aplicado nos distritos, pautado nas dúvidas e dificuldades levantadas pelo Rau-Tu. (METAFORAb, 2005)

Através da análise das propostas de conteúdos, das finalidades e metodologias expostas no documento desse projeto, pudemos constatar várias características comuns entre as diversas oficinas: a) ênfase na alfabetização em novas mídias para capacitar esses jovens a atuarem de maneira crítica e ativa dentro de suas realidades e contextos locais; b) ênfase na difusão de formas de produção colaborativa e horizontal que utilizem e estimulem a produção de conhecimento livre, ou comum a todos, desvinculados da noção de propriedade privada; c) desmistificação dos meios de massa e de seus símbolos que proporciona a esses jovens uma capacitação interpretativa dessas várias formas de texto, além de iniciarem, pelo próprio formato do projeto, os jovens em várias mídias, demonstrando múltiplos meios que possuem relevância e que podem se entrecruzar em zonas de tempo e espaço distintas.

3.6 Os objetivos e dificuldades encarados pelos coletivos: um balanço crítico

Essa experiência “híbrida” de mídia que procurou aliar desde a recuperação de narrativas dos bairros, a produção de cartazes, zines, produções gráficas, passando pela aprendizagem de como se realiza uma reportagem jornalística, as várias diferenças de linguagens do meio impresso para um site, reciclagens de computador, rádios, webrádios, até no desenvolvimento de mixagem e música eletrônica, proporcionou um momento de simultaneidade que se faz de grande importância quando se tenciona, mais do que valorizar apenas uma capacitação técnica para o mercado de trabalho, desmistificar a utilização fetichizada desses meios e apresentar o valor de utilidade real destes em favor das comunidades.

Este aspecto parece ter sido priorizado também por Osvaldo Leon, em seu artigo *Para uma agenda social em comunicação*(2003), que destaca o papel fundamental de uma alfabetização em novas mídias para que os cidadãos sejam capazes de realizar uma interpretação crítica frente a crescente unificação da esfera comunicativa por megaconglomerados que tendem cada vez mais a controlar e unificar essa esfera, que se utiliza de todo esse aparato para a eterna manutenção do sistema.

- Desenvolver uma cidadania informada requer uma capacidade de leitura crítica dos meios de comunicação, que é o que os programas de “alfabetização midiática” (ou media literacy) buscam desenvolver para que a cidadania possa entender melhor a natureza socialmente construída dos meios de comunicação. (LEÓN, 2003, p.412)

A questão educacional ou de aprendizado dentro do contexto da mídia táctica tem sido constantemente valorizada, como pudemos perceber ao analisar o encadeamento temático, tanto das edições do N5M, quanto na própria temática central do MTB. A questão do domínio de informação e conhecimento para um mais amplo desenvolvimento da autonomia dos indivíduos que se propõe a serem, mais do que consumidores, produtores de informação e cultura dentro desses meios, é fundamental. E não somente por essa razão, mas para que os indivíduos sejam capazes também de reconhecer no desenvolvimento tecnológico, não uma entidade superior, exterior e estranha ao homem, mas de compreenderem sua aplicabilidade real e, acima de tudo, como produto humano. Produto e acúmulo de conhecimento, que deve favorecer a humanidade e não o seu inverso. Para tanto é necessário trazer todo esse universo tecnológico para dentro do mundo cotidiano dos indivíduos, para que esses descubram por si mesmos quais os rumos tácticos, as possibilidades e limitações que cada meio ou

veículo pode proporcionar para a obtenção de seus objetivos e expressão de seus anseios.

Uma compreensão do potencial das novas mídias como táticas e não como um fim em si mesmo, refletindo menos em conteúdo – que seria primariamente relacionado a uma memória imediatamente audio-visual – e mais em seu modo de produção, passa primariamente pela criação de novos processos de aprendizado e de possibilidades; condições e estratégias de aprendizado para então estar diretamente relacionado a educação. Investir em uma pedagogia crítica dos meios é a partir disso essencial para projetos futuros que não sejam regulados pelos mercados econômicos voláteis ou pela visão limitada de instituições governamentais ou não governamentais. Sem uma perspectiva tecnológica sócio-histórica, cultural e política, de crescimento trans-disciplinares e convergência em suas práticas, os novos educadores do início do século não entenderão a sociedade em que estão vivendo, tão pouco desenvolverão seus próprios valores e convicções, apenas se submetendo a paradigmas tecnológicos, sem tomar decisões significativas sobre suas práticas profissionais e informais e quanto a organização de recursos, simbólicos e instrumentais que os ajudarão ou não. (MIDIABRASIL, 2006)

O que todos esses grupos parecem querer é atentar para um uso mais humano de todo esse desenvolvimento tecnológico. Para tanto é de extrema importância que esses indivíduos sejam capazes de identificar, nessa enxurrada de informações de velocidade cada vez mais difícil de se acompanhar, qual dessas é realmente relevante para sua vida individual e coletiva, e mais do que isso que estes indivíduos possam se configurar como representantes de si mesmos dentro da esfera comunicativa, que possam também se tornar produtores e contestadores dentro desses meios, e porque não, também fora deles.

O Autolabs também revelou uma outra faceta dos projetos de inclusão digital (baseados em capacitação/técnica/trabalho) que não reconhecem nas novas tecnologias a possibilidade de criação contextos de aprendizagem diversos. Quando se articula iniciativas de acesso (metareciclagem) e produção de conteúdo livre (basev, submídia, contratv) se percebe por quase todos os oficinairos referências visuais e comportamento dos participantes que podem ser diretamente relacionados a velhos padrões de uso (e consumo) imagético. Que se traduzem em uma passividade e falta de capacidade básica de escolha e personalização, um fator chave para uma possível (re)construção de identidade, simplesmente deslocando da TV para a internet, “com muitos estudantes vindo para as aulas procurar por uma sala de bate-papo ou procurando por uma continuação de um enredo da novela das 8 com atores famosos”. (MIDIABRASIL, 2006)

Inácio Ramonet, em sua obra *A Tirania da Comunicação*, nos alerta para um interessante fenômeno da era infomacional: a “censura democrática”. Enquanto a

censura tradicional seria caracterizada pela restrição, pelo corte, pelo impedimento, o autor nos aponta que a censura democrática seria aquela que atua de maneira totalmente inversa, ela se dá justamente pelo excesso, pela acumulação, pelo super fluxo informacional, impossível de ser apreendido em sua totalidade, e cada vez mais dificultando a seleção mais cuidadosa e refletida sobre o conteúdo. (RAMONET, 2003, p.11)

O CAE também identifica esse fenômeno e a dificuldade cada vez maior de nos situarmos frente a esse fluxo; e identifica-o também como uma forma de censura, que gera uma dependência dos indivíduos a grandes corporações ou autoridades que definam por eles o que deve ou não ser priorizado. Mas isso não leva o coletivo a ter uma perspectiva totalmente negativa ou ludita com relação à tecnologia e quanto aos incrementos na esfera comunicativa. O que o coletivo procura indagar é justamente como todo esse aparato pode ser utilizado a favor do ser humano. Destaque-se que boa parte da solução deste problema concentra-se na tentativa de se inverter uma lógica que vincula a tecnologia a uma concepção passiva, voltada para o consumo, para uma lógica que encare a mesma como um meio ativo de produção. (CAE, 2001, p.132)

Raoul Vaneigem (2002) vincula essa passividade à “lógica da dependência” que o sistema capitalista gera em torno do indivíduo/consumidor, e destina um capítulo de sua obra *A Arte de viver para as novas gerações* (2002) para discutir a técnica e seu uso mediatizado, oportunidade em que procura enfatizar que não são os instrumentos ou aparatos tecnológicos que estariam alienando os indivíduos de seu potencial criativo e produtivo, mas que a alienação estaria localizada no condicionamento da escolha e da ideologia embutida nesse condicionamento. Seria a mediação no ato da escolha e não a mediação técnica que aliena o indivíduo, o que segundo o autor, separa o indivíduo de seus desejos, sonhos, anseios e satisfações reais de suas necessidades. Essa mediação entre o indivíduo e os instrumentos que estes podem ou não utilizar produzem uma dependência e um isolamento entre esses indivíduos, isolamento que não se dá exclusivamente entre os indivíduos, mas segundo o autor, também pode provocar um auto-isolamento.

Quando a mediação escapa ao meu controle, um movimento que julgo ser meu me arrasta imediatamente para o estranho e para o desumano. Engels mostrou cuidadosamente que uma pedra, um fragmento de natureza estranha ao homem, tornava-se humana logo que se tornava uma extensão da mão ao servir como instrumento (e a pedra humaniza por sua vez a mão do hominídeo). Mas, apropriado por um senhor, um patrão, um ministro do planejamento, uma

organização dirigente, o significado do instrumento se altera: ele desvia os gestos do seu usuário para outros fins. Aquilo que é válido para o instrumento é válido para as mediações. (VANEIGEM, 2002, p.106)

Fala-se em dependência porque os indivíduos passam a crer que necessitam dessa mediação controlada para realizar suas escolhas, e isolamento de si mesmo devido a separação que essa mediação controlada realiza entre esse sujeito e sua realização.

O instrumento na produção e a escolha condicionada no consumo tornam-se os suportes da mentira: eles são as mediações que incitam o homem produtor e o homem consumidor a *agirem* ilusoriamente em uma *passividade* real, e os transformam em seres essencialmente dependentes. As mediações controladas separam os indivíduos de si mesmo, dos seus desejos, dos seus sonhos, da sua vontade de viver; e assim as pessoas passam a acreditar na lenda segundo a qual ninguém pode ficar sem o poder que as governa. Quando o poder fracassa em paralisar pela coação, o faz pela sugestão: impondo a todas muletas que ele controla e é dono. (VANEIGEM, 2002, p.94)

Parece ser nesse sentido que todos esses grupos têm procurado atuar: a alienação não estaria depositada propriamente nesse aparato comunicacional produzido pelo sistema capitalista, isto é, não é intrínseca ao instrumento, mas na forma como este é apropriado. É preciso romper com a passividade inserida na vida dos homens para que outras utilizações e técnicas passem a ser praticadas pelos indivíduos, mas não mais através de uma mediação controlada pela lógica do lucro, e nesse sentido, pela criação de falsas necessidades, e sim por uma mediação desvencilhada desse controle totalitário segundo uma lógica da realização “real” do homem, ou seja, emancipadora.

Esse tipo de dependência de uma mediação controladora pode ser sentido também por esses coletivos durante o desenvolvimento das oficinas. O projeto foi desenvolvido e alguns materiais foram produzidos como resultados dessa experiência que se realizou, porém não sem muitas dificuldades. No site do Autolabs encontram-se relatórios gerais e parciais sobre o acompanhamento das oficinas, além de comentários sobre alguns dos jovens bolsistas que participaram do ciclo de atividades. Listas de discussão e arquivos com relatos tanto dosicineiros quanto dos alunos foram registrados e guardados tanto para dar uma satisfação documentada a Unesco, quanto para ações futuras apontando sucessos e falhas na execução dos projetos. Esses dados encontram-se no website <http://autolabs.midiatic.org> e nos proporcionaram uma visão das dificuldades práticas desses coletivos ao tentarem efetivar fora do espaço virtual o conteúdo idealizado

teoricamente, e dos obstáculos que esses encontraram ao tentar aplicar no cotidiano desses jovens esses conceitos de participação e ativismo proposto pelos coletivos.

O perfil dos jovens que eram contemplados com as bolsas trabalho e que foram englobados pelo Autolabs abarcava jovens entre 15 e 25 anos, cursando o ensino médio ou com o mesmo concluído, pertencentes a comunidades carentes, o que evidencia a necessidade que os mesmos tinham dessas bolsas. O problema maior enfrentado pelos oficinairos foi justamente esse vínculo que se estabeleceu entre as atividades e o pagamento das bolsas, principalmente porque a estrutura das instituições estabelecia que as atividades deveriam, obrigatoriamente, serem dadas em conjunto, como um pacote, o que não possibilitava aos alunos a oportunidade de escolher quais atividades eles preferiam participar.

Todas as atividades eram compulsórias e um terço de faltas levava ao não pagamento da bolsa. Isso não apenas criava uma situação anti-pedagógica, onde uma parte considerável dos assistentes não tinha qualquer interesse pelo assunto, como estava em flagrante contradição com os objetivos do projeto que buscava o protagonismo, a auto-iniciativa e a auto-gestão. (ORTELLADO, 2004)

A vinculação do projeto com as instituições governamentais e não governamentais foi vista inicialmente como a única forma de se concretizar o mesmo, entretanto o formato burocrático e estrutural pelo qual funcionavam essas instituições acabaram por “desvirtuar” o objetivo principal do Autolabs, que visava uma ação mais ativa entre os participantes. Outra questão institucional que limitou um dos objetivos do projeto foi o fato de que após o período das oficinas os laboratórios ficaram sob a tutela das prefeituras, pois os Autolabs tinham o intuito de ser um espaço livre e auto-gestionado pela própria comunidade local, para que as pessoas pertencentes as mesmas pudessem utilizá-las para questões que considerassem relevantes. Toda a estrutura do projeto foi pensada para esses fins, o intuito de cada oficina era prover de habilidades e capacidades tanto técnicas quanto interpretativas para que os sujeitos pudessem gerar um espaço autônomo e pudessem trabalhar na manutenção do mesmo.

Além dessas limitações houveram enormes transtornos oriundos da precariedade material e estrutural das instalações que deveriam se providas pelas instituições. Os oficinairos passaram por muitas dificuldades estruturais, desde instalações em determinados municípios onde não havia banheiros, lugares escuros e abafados, problemas com os computadores, etc., fatos esses que interromperam uma série de

oficinas, até problemas ainda mais difíceis de serem solucionados, como a distância que esses jovens se encontram desse universo, a dificuldade destes se expressarem e procurarem uma inserção mais ativa na comunidade, e as expectativas que esses jovens tinham de que o projeto os capacitasse profissionalmente, dado a condição carente desses jovens. **(ver no anexo 1)**

Dentre os relatos apresentados era comum ler-se sobre a falta de interesse dos jovens pelo conteúdo das oficinas e o não entendimento exato de qual seria a “utilidade” daquilo que estava sendo ensinado. Essa foi uma das maiores dificuldades, havia alguns deles interessados, como pudemos identificar, mas uma grande parte, de origem extremamente carente, participaram do ciclo das oficinas unicamente interessados nas bolsas que eram oferecidas pelo programa. Foi grande o número de baixas durante o projeto, ou por jovens que conseguiram empregos, ou jovens que haviam engravidado, ou por jovens que simplesmente abandonaram o curso **(anexo 2)**.

Durante todo o projeto osicineiros procuraram estimular e inserir os conhecimentos em mídia, software livre, produção independente, etc., no cotidiano desses jovens, tendo inclusive que adaptar o conteúdo das oficinas para melhor desenvolvimento do projeto. **(anexo 3)** Mas a carência e o total desconhecimento, ou a falta de familiaridade com esse universo digital se impôs de uma forma muito mais difícil do que a prevista. Porém, parece que maior que a dificuldade de se aprender a forma como os computadores funcionam ou o aspecto técnico oferecido pelas oficinas foi a dificuldade de estimular esses jovens a interagir, expressar opiniões, ou seja, mais propriamente, motivá-los a ter uma atitude menos passiva frente a esses meios. **(anexo 4)**

Um exemplo disso seria alguns dos relatos que ilustram as dificuldades que alguns oficineiros estavam sentindo para explicar alguns comandos básicos de navegação dentro do sistema Linux, como abrir janelas, links etc., notou-se que os jovens não estavam absorvendo muito bem esse conteúdo, e apresentavam até uma falta de interesse. Notou-se também que esses jovens, que em sua quase totalidade não possuíam nenhum contato com computadores, invariavelmente tinham grande curiosidade pela Internet. Entendendo que a absorção dos comandos básicos de navegação e compreensão desse “espaço virtual” se daria de forma muito mais proveitosa se os jovens estivessem se movendo por interfaces que mais lhes interessavam, os oficineiros abriram espaço para que eles pudessem então navegar na rede de acordo com seus próprios interesses e gostos. **(anexo 5)**

A partir dessa abertura, que procurava sanar a carência desses jovens por esse universo, pode-se constatar um fato curioso entre esses jovens, fato esse que pode vir a ilustrar bem essa necessidade de uma “mediação controlada” que é construída entre os sujeitos/ consumidores e os monopólios das mediações comunicativas: a grande maioria dos jovens ia imediatamente a salas de bate papo e a sites como da globo.com que é um grande referencial para eles. **(anexo 6)**

A partir dessa abertura os jovens em sua maioria passaram a perder o interesse pelas oficinas e a tentar utilizar todo o tempo disponível para acessar sites de relacionamento na internet, chegando ao ponto de agilizar as atividades da oficina para que sobrasse mais tempo disponível para a utilização da internet. **(anexo 7)**

A única oficina que parece não ter tido problemas dessa natureza foi a de reciclagem de computadores. Primeiro porque esta oficina trabalha com computadores desmontados que não estavam conectados a Internet e, segundo, justamente porque abordava uma questão mais técnica, que era encarada pelos bolsistas como um conhecimento com perspectiva de capacitação profissional despertando maior interesse dos jovens. **(anexo 8)**

Isso demonstra que a dificuldade de se transmitir o conteúdo das oficinas não residia numa incapacidade de aprendizado dos bolsistas, e sim no que mais propriamente representava, ou não, suas esferas de interesse. Visto que as oficinas que os bolsistas consideravam mais “úteis” ou interessantes ocorreram sem problemas, não houve dificuldade, depois da abertura de espaço para livre navegação, por parte desses jovens de se movimentar na rede, o problema se concentrava nas oficinas, ou nos tópicos pelos quais os jovens não se interessavam, ou não viam uma “utilidade prática” aplicável.

Todas essas questões apresentadas estão intimamente ligadas a uma noção de dependência que o sistema capitalista estabelece entre o cidadão/consumidor e o produto/mercadoria. O grande questionamento que todos esses coletivos parecem apresentar se concentra na reflexão sobre a relevância de todos esses aparatos e informações que são constantemente inseridos em nossa vida cotidiana. Temos cada vez mais informações e aparatos à nossa disposição, mas não indagamos qual a sua real relevância para nossa realização enquanto sujeitos e coletivos. Não refletindo qual o rumo que devemos tomar frente a esse “desenvolvimento” desenfreado e assim acabamos por aumentar nossos vínculos de dependência com interesses que são exteriores a nós mesmos e nos acomodando em nossa confortável posição de meros

expectadores passivos desse espetáculo. O que todas essas ações procuram destacar é que os indivíduos devem procurar meios que os capacitem e os habilitem por si próprios, buscando enfrentar essa empreitada de descobrir os usos e potencialidades que esses meios portam para colaborar na construção de sujeitos mais autônomos; devem capacitar seus instrumentos cognitivos e interpretativos para tomarem um papel mais crítico e ativo frente a esse fluxo de informações que se impõe diariamente.

Apesar de todas essas dificuldades - que serviram para demonstrar que o desafio de se “democratizar o acesso” aos computadores é tão urgente e importante – estas se apresentam como um obstáculo ainda “menor” do que o de inserir cotidianamente o ideal participativo e ativamente crítico na população. Simplesmente ter acesso a um terminal de computador não se faz suficiente se não se rompe com a lógica e a forma de dependência, às quais a maioria da população está submetida, tanto materialmente quanto simbolicamente.

No Brasil as autoridades estão acostumadas a pensar que o antídoto para a exclusão digital é o que eles chamam de “Inclusão Digital”, uma expressão bem brasileira, e um conceito impregnado por alusões obscuras, paternalistas e demagógicas. Significando “dar acesso digital a todos os que não possuem computadores”, o termo “Inclusão Digital” em si reflete a mesma cultura de desigualdade e hierarquia que aparentemente se propõe a modificar. A política, concebida de cima para baixo, num caminho de uma via levada pelo estado, geralmente carece de uma compreensão mais profunda da prática cotidiana, usos e necessidades das muitas comunidades que eles pretendem atender. [...]. Isto reforça a crença que o mero fornecimento de hardware é a única solução e dá mais ênfase ao consumo do que a produção crítica e criativa. (ROSAS, 2004)

A dificuldade que a maioria da população tem de se representar autonomamente, sem necessitar de um referencial corporativo, e de ser capaz de realizar uma mediação autônoma entre a vastidão das informações disponíveis e seus próprios interesses, sem o “aval” de uma grande corporação para selecionar o que realmente é relevante – como no caso da globo.com no Brasil – se mostrou de forma latente nesses relatos.

Esse fato demonstra como uma capacitação técnica, isoladamente, não soluciona a questão que nos parece primordial no uso tático de mídia: a inserção crítica e participativa na esfera cotidiana e pública.

Apesar de todas as dificuldades que esses coletivos tiveram para enfrentar quando se procurou aplicar esse projeto “virtual”, em uma situação cotidiana “real” – ou pelo menos materialmente real – alguns pontos positivos foram extraídos dessa experiência.

Alguns dos jovens realmente se envolveram nos projetos e se interessaram pelos temas, outros inseriram suas próprias demandas dentro dos mesmos, como um grupo de jovens do município de Itaquera, que manteve contato como Centro de Mídia Independente, e de um outro grupo que se interessou pela oficina de manutenção de computadores reciclados e iniciaram uma cooperativa. **(anexo 9)** O projeto ainda gerou a criação de uma rádio livre, um grupo de jovens utilizou os espaço e os equipamentos para produzirem um cd de hip hop e um grupo de meninas fundou o GAGA, com a finalidade de apoiar adolescentes grávidas.

Essas experiências levaram os coletivos e sujeitos que tomaram parte do projeto a pensar se a tentativa de se transmitir *o domínio de uma técnica e seu uso como ferramenta de expressão cultural das periferias foi talvez uma proposta radical demais para um grupo tão distinto quanto o do bolsa trabalho. Muitos meninos e meninas sem muito foco em vida tão cedo-tão dura e com muitas necessidades básicas e mais urgentes em suas cabeças **girando como bolsas***. (WELLS, 2004) Questionou-se também se não teria sido mais proveitoso tentar se inserir autonomamente nas comunidades para que as atividades e trocas de experiências que eles intentaram proporcionar fossem levadas a cabo por sujeitos que se interessassem espontaneamente pelo projeto e não por pessoas que, levadas por um programa institucional assistencialista, fossem impelidas a ele. *Poderia, no entanto, haver outro modo de viabilizá-lo? Talvez sim, e talvez não, pois são essas mesmas brechas que permitem a existência de transdisciplinares projetos, como esses de novas mídias, educação e suas formas de mobilização político social. Os Autolabs sobreviveram.* (WELLS, 2004)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Como pudemos identificar, as dificuldades de se construir canais entre as comunidades e de estimulá-las a criarem as suas próprias representações estão muito mais depositadas sobre o desenvolvimento de uma capacidade crítica e interpretativa, do que propriamente no desenvolvimento técnico de aparatos comunicacionais. Esta é mais uma evidência de que, ao contrário do que muitos teóricos que ainda acreditam que estamos rumando para uma sociedade mais heterogênea e des-hierarquizada, vivemos em um tempo que, apesar da crescente disponibilidade de bens e artigos de consumo, está se encaminhando cada vez mais para uma homogeneização, ainda que construída de forma fragmentária, da população e do imaginário coletivo. O aumento da disponibilidade de bens de consumo, tanto comunicacionais, quanto simbólicos, não torna uma sociedade mais diversa e descentralizada hierarquicamente se não há uma capacitação crítica dos sujeitos e se todos esses bens e símbolos resultam de uma escolha ideológica já realizada na produção, antes de serem resultado de uma inserção crítica e autônoma dos vários indivíduos que percebem a sua relevância enquanto sujeito/ativo, e a relevância de sua comunidade e de seu espaço como lugar de responsabilidade e de apropriação.

Capacitação crítica e interpretativa, esse seria – se pudermos ter a pretensão de definir o que seria fundamental para esses coletivos – o mote principal da mídia tática brasileira, seguindo bem ao estilo *faça você mesmo*, de onde esse tipo de ação parece ter se originado, que carrega consigo um princípio fundamental: o da descentralização e o da des-hierarquização, por terem como prioridade o desenvolvimento de ações que não sigam o caminho “de cima para baixo”, mas que priorize o confronto e a criação de soluções para os problemas locais pela própria comunidade envolvida, e que não se dá sem a aplicação de tempo, disponibilidade, e muito menos sem dificuldade.

Como pudemos perceber a prática civil do uso tático de mídia não tem seu início num marco localizável ou num dia determinado, principalmente por ser uma prática político-cultural civil, e não uma atividade político partidária estabelecida institucionalmente, ou um processo de mudança na forma de acumulação corporativamente instaurada. E por tratar-se de um ato civil não-hierarquizado, autônomo, heterogêneo e fragmentado de múltiplas formas, seu desenvolvimento é ainda mais desigual, descompassado e de desenvolvimento fragmentário aqui e ali.

Realidades diferentes necessitam de modos de ações diferentes. Cada país, ou mesmo cidade ou bairro, é portador, por diversas razões, de diferentes contextos, e para cada um destes é preciso se utilizar diferentes táticas.

Mas não queremos, através dessa afirmação, criar uma “teoria” de caráter espontaneísta, afirmando que essas ações surgiram de um nada absoluto. Muito pelo contrário, só foram possíveis dentro de seu contexto histórico objetivo, graças a uma forma ou um regime de acumulação que dá ênfase à produção cultural, e mais do que isso, ênfase no consumo cultural passivo. O que pretendemos deixar claro é que como consiste em uma forma civil de apropriação, ainda não apropriada pelo capitalismo, subvertida e disseminada – ou distribuída – pelo sistema capitalista, não há necessariamente uma padronização. Como indivíduos socialmente localizados e limitados, movidos por um desejo de crítica à sociedade espetacular, estes mais comumente utilizarão os recursos e alvejarão mais diretamente, e freqüentemente, os meios e os problemas ou contradições de sua realidade mais próxima, que não necessariamente se apresentam de uma forma generalizada em todo mundo.

O que podemos perceber é que todo esse movimento surgiu a partir de uma maior mobilidade comunicacional, proporcionada pelas novas tecnologias, e que o ciberespaço, dado suas características – horizontalidade, descentralidade, auto-organização e não-hierarquização – possibilitou a uma série de pessoas e movimentos, como o MST, o movimento Zapatista, o Actup, as manifestações em Seattle, Genova, Praga, o próprio N5M e o MTB, dentre outros, a utilizarem estas ferramentas de forma a se oporem à forma de desenvolvimento dominante.

O N5M não foi o “criador” do uso tático de mídia, este, na verdade, parece ter funcionado como uma espécie de canalizador e divulgador desta manobra tática civil fragmentada já existente. Promoveu a ampliação da discussão crítica sobre a utilização desses meios comunicadores não só para fazer crítica social, mas também para se comunicar, ou melhor, se intercomunicar com pessoas que realizam trabalhos semelhantes – não apenas priorizando suas formas ou meios, mas também levando em conta objetivos comuns: crítica social nos seus mais amplos aspectos, e possibilidade de ampliar sua gama de ação e de conhecimento sobre o assunto, oportunidade para auto-refletir enquanto ação e pensar o poder nômade, local e globalmente. A utilização da lista Nettime e o patrocínio de algumas instituições auxiliaram a possibilidade dessa conexão e organização desses movimentos, proporcionando uma conexão global de movimentos que antes estavam restritos ao âmbito local.

O MTB também parece ter funcionado como um catalizador e divulgador dessa tática de ação no Brasil, e acabou colaborando também para a proliferação e a multiplicação dessas ações articuladas em várias frentes no cenário ativista brasileiro. Basta observarmos a quantidade de encontros e ações promovidas após sua realização em 2002, como o Digitofagia, realizado em outubro de 2004 no Museu de Imagem e Som em São Paulo, que pretendia manter as discussões e aglutinar mais coletivos para a troca de experiências e potencializar ações articuladas entre os coletivos brasileiros; o Findetático, realizado em junho de 2004 na Unicamp e que tinha como objetivo realizar um balanço quanto a realização dos Autolabs e uma discussão também quanto a relevância e as dificuldades de se levar a cabo iniciativas que procurassem estabelecer vínculos mais duradouros nas comunidades locais e que acabou resultando na parceria entre o Autolabs e o Cybermohala, na Índia, que pretende estimular a produção de táticas e metodologias de alfabetização em novas mídias; a realização de um encontro paralelo dentro do Fórum Social Mundial em janeiro de 2005 onde foram realizados uma série de mesas de discussão relacionadas a propriedade intelectual, democratização das rádios livres e encontro de uma série de coletivos da América Latina; o Submidialogia em outubro de 2005 que se propôs a manter o debate sobre a inserção crítica e ativa dentro da esfera comunicativa organizando mostras de vídeos e que também se propunha a convidar uma série de grupos e coletivos a participar de uma publicação que Ricardo Rosas está organizando para mapear as práticas e perspectivas de uso tático de mídia de forma que possamos ter acesso a um material mais sistematizado sobre essas práticas contestatórias brasileiras. E mais uma série de encontros e redes colaborativas que ainda estão se dando cotidianamente.

Esses são importantes passos para a ampliação e maior diversificação do assunto. Proporcionou o estabelecimento de conexão de um assunto isolado – mídia apenas como meio – com várias questões sociais e políticas e suas pertinentes consequências. A discussão acerca do desenvolvimento tecnológico comunicacional poderia se limitar à questões relacionadas às possibilidades de criação artística, áudio visual no âmbito mais puramente estético, às múltiplas possibilidades e potencialidades de tecnologia e interatividade artística o público. Mas o que podemos perceber observando o conteúdo e a proposta da grande maioria dos programas tanto do N5M quanto do MTB, é que a presença de propostas, objetivos, artigos e projetos que contém em si um conteúdo crítico e uma proposta mais ampla ao conceito de democratização comunicacional em todas as suas formas está fortemente presente.

Esperamos que através deste trabalho tenhamos conseguido expor não só os anseios e perspectivas que esses coletivos almejam atingir, mas também as dificuldades que os mesmos enfrentam ao tentarem estabelecer e concretizar o ideal de uma real democratização dos meios quando se confronta o objetivo almejado com as condições concretas e materiais às quais a maioria da população marginalizada está submetida.

Com toda a exposição anterior objetivou-se deixar claro o motivo desse tipo de apropriação ter-se dado só neste momento, e não em períodos históricos anteriores, pois só no contexto da acumulação flexível esse tipo de apropriação comunicacional alcançou tal força no imaginário coletivo. O que põe um problema atual: não só os meios de comunicação estão em disputa pela esfera pública, mas o imaginário comum também é visto como novo terreno de disputa. E é nesse terreno que os midiativistas travam suas batalhas.

ANEXOS:

(1)

ROGÉRIO ARAGÃO, PRODUÇÃO SONORA – Itaquera. Infra-estrutura inadequada do local, nas primeiras semanas ficamos sem cadeiras, telefone, computadores e conexão com internet; instalação elétrica inadequada para a Oficina de sonorização, há constantes queda de energia dificultando o funcionamento dos equipamentos de áudio; há goteiras em cima do servidor e localizadas próxima a montagem dos equipamento de som.

ISADORA LINS, INFORMÁTICA LIVRE PARA MÍDIA INDEPENDENTE – Ermelino Matarazzo.1) a sala não tem nenhuma ventilação 2) a limpeza da sala é feita pelos próprios bolsistas 3) a rede elétrica é pouco confiável. A limpeza do banheiro e sala é feita somente 1 vez por mês, por uma funcionária do local. Sendo assim, é necessária a intervenção dos jovens para garantir a limpeza da sala e do banheiro, mesmo o banheiro sendo utilizado por outros projetos ligados a bolsa trabalho no local. (AUTOLABS, 2005)

2)

EVASÃO: Dos 300 jovens beneficiados do programa que participam do projeto CAJU nos últimos 4 meses, há agora um número reduzido de participantes, algo em torno de 150 jovens, entre os três distritos. Para falar sobre a evasão, será preciso acrescentar alguns pontos que necessitam de uma análise em números que servirão como norte para que ao final do projeto torne-se claro os motivos que levaram à evasão.

1. Ao final do eixo de gestão, em dezembro de 2003, já havia um registro de jovens não freqüentes: durante abordagem prévia realizada nesse período, foi feita uma pesquisa sobre uso de computadores e internet com os jovens no projeto. Era o momento de encerramento das atividades e o total de jovens que responderam a pesquisa foi de 153.

2. No início do eixo, em janeiro de 2004, deparou-se com a falta de credibilidade dos jovens em relação ao projeto. Eles questionavam o mesmo, discutindo sua permanência nele. Esses argumentos foram apresentados por jovens, em Itaquera e em Ermelino Matarazzo, no início da oficina de Produção Sonora e Informática Livre para Mídia Independente. Isso não justifica a evasão. No entanto, é um assunto que está relacionado diretamente com a obrigatoriedade e permanência dos jovens no projeto, e que deve ser discutido ao se justificar a saída de muitos deles. Acrescento que este fato gerou preocupação na abordagem das duas oficinas que iniciaram o projeto, e que ambos os grupos se empenharam em resgatar ou estimular o jovem ao aprendizado. (AUTOLABS, 2005))

(3)

RAFAEL DINIZ, RÁDIO LIVRE – Itaquera. A experiência de se levar o tema da convergência entre os meios analógicos e digitais

a pessoas que, em sua maioria, estão tendo o primeiro contato com a informática e a Internet e com aparelhos de produção sonora pareceu, em uma primeira vista, difícil. No entanto, com o tempo e a conversa, inserindo possibilidades de se usar a convergências dessas tecnologias de comunicação aliando-a aos aspectos cotidianos da vida dos bolsistas, pôde-se perceber que as coisas foram ficando mais fáceis e entendíveis por eles. (AUTOLABS, 2005)

(4)

CÁSSIO QUITÉRIO, RÁDIO LIVRE – Itaquera. A maior dificuldade, como já havia sido previsto, foi fazer com que os bolsistas deixassem de lado o sentimento de “vergonha”, próprio daqueles que não costumam ter a prática de se expressar perante outras pessoas, dado que os indivíduos são cada vez mais restritos por vários fatores à condição de receptores passivos da informação veiculada tanto na rádio, como em outros meios de comunicação (jornais, revistas, TV, Internet...). (AUTOLABS, 2005)

(5)

PABLO ORTELLADO, INFORMÁTICA LIVRE PARA MÍDIA INDEPENDENTE - São Miguel Paulista. Assim, por exemplo, buscamos incentivar o uso livre (mas supervisionado) da internet, uma vez que havia ficado claro que a automotivação do uso livre proporcionava um desenvolvimento das habilidades que não podia ser conseguido com nenhuma atividade dirigida. Acessando livremente as páginas de seu interesse, os alunos desenvolviam capacidades de navegação, pesquisa e uso de email que se equiparavam a de usuários experientes. (AUTOLABS, 2005)

(6)

PABLO ORTELLADO, INFORMÁTICA LIVRE PARA MÍDIA INDEPENDENTE - Ermelino Matarazzo. Os sites mais acessados por eles são globo.com e paparazzo.globo.com - além de chats e o webmail. É interessante notar que os sites mais acessados sejam da Globo porque é a referência de mídia para quem não tem internet. Eu não conheço os números mais recentes sobre os sites mais visitados no Brasil, mas até pouco tempo atrás os sites mais visitados eram o IG e o UOL e os sites de busca YAHOO e GOOGLE - ou seja, portais que têm alguma história de mídia de internet. Já a Globo tem tentado se promover na internet

usando seu poder como rede de televisão. Parece que ela está conseguindo, porque os meninos chegam sem referências e vão direto aos sites da Globo. Mas o significativo nisso, no meu entender, não é que eles acessem sites da Globo, mas que eles sintam que *precisam* acessar o site da Globo. (AUTOLABS, 2005)

(7)

ADRIANA VELOSO, MANUTENÇÃO PARA COMPUTADORES RECICLADOS - Ermelino Matarazzo. Grande dificuldade com as atividades realizadas no computador. Alguns alunos não seguem a atividade por estarem checando e-mail ou entrando em salas de bate papo. A solução encontrada é desligar a internet (adsl-stop). (autolabs.midiaticas.org) FÁBIO F SILVA, bolsista de Ermelino Matarazzo. Miltom, muitas pessoas estão navegando sem limites, isso quer dizer, que estão usando o bate-papo, sites pornográficos e de jogos, ou seja, nada daquilo que nós combinamos está acontecendo, tem pessoas que chegam no curso e ficam sem fazer nada por causa que as pessoas não param de usar a net. Isso não é culpa do Thiago, por que esse era um acordo que nós tínhamos feito, que iríamos entrar mais cedo para que pudéssemos navegar. Dando início a atividade, as pessoas fazem o mais rápido possível para novamente entrar na net. Isso faz com que as pessoas que realmente estão interessadas em aprofundar mais os conhecimentos não possam desfrutar da aula que lhes é dada. Que pena que não tem máquinas para todos, e que as pessoas que gostam de bate-papo e outros sites, seja lá qual for, não tenham um espaço reservado para um livre acesso. Após a conversa que você teve com o grupo este problema reduziu, mas não o suficiente, pode melhorar bem mais com a ajuda de todos. (AUTOLABS, 2005)

(8) Como podemos perceber nas citações abaixo:

THIAGO DE MENEZES, MANUTENÇÃO PARA COMPUTADORES RECICLADOS- São Miguel Paulista. Mais uma vez todo o conteúdo proposto foi passado na íntegra sem complicações, fato este que nos motivou a produzir algumas gincanas com perguntas sobre as aulas, o prêmio era: meia hora de internet.

THIAGO DE MENEZES, MANUTENÇÃO PARA COMPUTADORES RECICLADOS - São Miguel Paulista. Todo o conteúdo do dia foi passado com êxito total, e as aulas estão rendendo bastante, e alguns alunos estão até muito interessados em montar a tal cooperativa, este item também é muito citado nas oficinas, eu também vos digo que fico impressionado com a facilidade de compreensão dos alunos para com os nomes

técnicos de peças, acessórios, etc, isso facilita e muito o progresso das aulas e também o desempenho dos mesmos. (AUTOLABS, 2005)

(9)

MOBILIZAÇÃO DOS JOVENS :Diante de um cenário complexo de problemas em vários níveis, o que se viu foi, mesmo que problemático, o aumento de interesse por parte dos jovens nas oficinas: no uso de espaço, e começam a se mobilizar para o futuro do projeto. Alguns grupos surgidos, como o GAGA (Grupo de Apoio à gravidez na adolescência), usufruem de alguns novos recursos como lista de discussão, e-mails e o espaço físico para encontros. Este grupo se consolidou durante as oficinas de gestão e foram assessorados por Clésio. E hoje estão em contato constante com os oficineiros do CMI, participaram do encontro de grupos autônomos e produziram um artigo para a revista S/Nº. Em São Miguel Paulista, após a oficina de manutenção de computadores, um grupo de 8 bolsistas se reuniu para formar uma cooperativa de manutenção de micros, assessorados pelos oficineiros de manutenção de computadores. Há casos como o de Roger Russel, 'hacker' que já conhecia a linguagem HTML, Linux e hoje auxilia voluntariamente no suporte de Ermelino. E também Arnaldo de Alcantra, de Itaquera, tem interesse em desenvolver uma rádio livre no local. Estes jovens passam a compor o time de participantes das reuniões semanais, toda sexta-feira, para o esclarecimento de dúvidas, entendimento e articulações sobre o futuro dos laboratórios. Em relação com as polêmicas que surgiram em torno da bolsa, já é notado um interesse e questionamento por parte dos jovens em compreender as dinâmicas que envolvem a relação do bolsa-trabalho com o projeto, auxiliando inclusive no desenvolvimento de uma consciência política. (AUTOLABS, 2005)

Bibliografia:

AMRC, Asia Monitor Resource Center. *What is AMRC?* Disponível em www.n5m.org/n5m3/pages/programme/articles/ccc1.html. Acessado em 23/03/2006.

ANDERSON, Perry. *As origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

AUGUSTIN, G. *RECLAIM THE STREETS: The Film and Other Media Tactics*. Disponível em: www.n5m.org/n5m3/journal. Acessado em 24/03/2005.

BARBROOK, Richard. and CAMERON, Andy. *The Californian Ideology*. "Science as Culture", nº 26, vol. 6, págs. 44-72, 1996.

_____. *Cibercomunismo: Como os Americanos Estão Superando o Capitalismo e o Ciberespaço*. Folha de S. Paulo, Caderno MAIS de 03/10/1999. Texto integral em inglês disponível em: <http://www.nettime.org/nettime.w3archive/199909/msg00046.html>. Acessado em 12/04/2006.

BARBERO, Jesus Martin. *Globalização comunicacional e transformação cultural*. In: MORAES, Denis. *Por uma outra comunicação- Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999

BEY, Hakim. *TAZ – Zona Autônoma Temporária*. São Paulo: Conrad, 2002.

BIFO, Franco B. *O Futuro da Tecno-Esfera na Rede*. In MORAES, Denis. *Por uma outra comunicação- Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BIJARI. Disponível em www.bijari.com.br. Acessado em 10/05/2005.

BRANDÃO, A.A. *Miséria da periferia. Desigualdades Raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas; Niterói; PENESB, 2004.

BROECKMANN, Andréas. *Some points of departure V2*_Organisation Rotterdam, 1995. Disponível em www.n5m.org/n5m2/journal. Acessado em 24/03/2005.

BROECKMANN, Andréas. *El GHI de los médios tácticos: Entrevista a Geert Lovink en el Festival Transmediale.01 (Berlin, julio de 2001)*. Disponível em www.aleph-arts.org/pens/ghi.html acessado em 25/02/2005.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2003A.

_____. *Internet e Sociedade em Rede*. In MORAES, Denis. *Por uma outra comunicação- Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003B.

CAE, Critical Art Ensemble. *Distúrbio Eletrônico*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001.

_____. *Eletronic Civil Disobedience*. Disponível em <http://www.critical-art.net/books/index.html> (1999), acessado em 20/02/2005.

CERTEAU, Michel. *Artes de fazer – A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CCC. *Using the Media: the Clean Clothes Campaign A How-to-Guide for Fellow Activists*. Disponível em www.n5m.org/n5m3/pages/programme/articles/ccc2.html (1999)., acessado em 23/03/2006.

_____. *Clean Clothes Campaing*. Disponível em www.cleanclothes.org (1999b), acessado em 23/03/2006.

CHD. *Coletivo Histórias Digitais*. Disponível em <http://chd.memelab.org/>. Acessado em 24/03/2005

CLEVER, Harry. *The Zapatista Effect: The Internet and the Rise of an Alternative Political Fabric*. Disponível em: www.uff.br/mestcii/cleaver.htm (1999). Acessado em: 23 fev. 2003.

CONNOR, Steven. *Cultura Pós-Moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1993.

CONSTANT, Nieuwenhuis. *Sobre nuestros medios y nuestras perspectivas*. In: *Internacional situacionista, vol.1 de Internationale Situationniste*. Madrid: Literatura Gris, 1999. Disponível em www.sindominio.net/ash/is0000.htm, acessado em 16/04/2005.

_____. *Otra ciudad para otra vida*. Publicado en el # 3 de *Internationale Situationniste* (1959). Madrid: Literatura Gris, 1999. Disponível em www.sindominio.net/ash/is0000.htm, acessado em 16/04/2005.

_____. e DEBORD, Guy. *Declaración de Ámsterdam*. In: *Internacional situacionista, vol.1 de Internationale Situationniste*. Madrid: Literatura Gris, 1999. Disponível em www.sindominio.net/ash/is0000.htm, acessado em 16/04/2005.

CYBERMOHALLA. Disponível em www.sarai.net/community/saraincomm.htm (2005), acessado em 10/06/2005.

DEBORD, Guy. *A sociedade do Espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

_____. *Teoría de la deriva*. In: *Internacional situacionista, vol.1 de Internationale Situationniste*. Madrid: Literatura Gris, 1999. disponível em www.sindominio.net/ash/is0000.htm. Acessado em 16/04/2005.

_____. *O papel do potlatch, ontem e hoje*. Potlatch No. 30, 15/06/1959. Disponível em : <http://www.psychogeography.co.uk/>. Acessado em: 16/04/2005.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DENNING, Dorothy E. *Activism, Hacktivism, and Cyberterrorism: The internet as a*

tool for influencing Foreign policy. RAND Press, 2003. disponível em www.rand.org, acessado em 20/03/2006.

DESIGN, Interrogative. *Krzysztof Wodiczko*. Disponível em www.puc.br/artecidade/novo/pesquisa/index.htm. Acessado em 12/06/2006.

DIJK, Geke Van. (1996) *Final Debate*. Disponível em www.n5m.org/n5m2/journal, acessado em 21/03/2005.

DIP, Andréa. *Mídia Tática.org* in Caros Amigos nº75 de junho/2003. Disponível em www.pfilosofia.hpg.ig.com.br/04_miscelanea/04_04/caros_amigos/caros_amigos23_midia_tatica.doc, acessado em 06/04/2005.

DOWNING, John D. H. *Mídia Radical – Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

DUARTE, Fábio. *Nomadismo e desterritorialização urbanos: Nova York*. Rizoma. Disponível em www.rizoma.net, Acessado em 25/05/2006.

EZLN. *Primeira Declaração da Selva de Lacandônia*. México, 2004, disponível em www.ezln.org, acessado em 03/02/2005.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo: Nobel, 1995.

FINDETÁTICO. *Guia de navegação* (2004). Disponível em www.midiatatica.org. Acessado em 21/06/2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Alexandre; FOINA, Ariel G.; FONSECA, Felipe. *O impacto da sociedade civil (des) organizada: Cultura digital, os articuladores e software livre no projeto dos Pontos de Cultura*. (2006). Disponível em: www.cultura.gov.br. Acessado em: 15/04/2006.

GARCIA, David. *Islam and Tactical Media in Amsterdam*. Disponível em www.n5m.org/n5m4_reader.pdf, (2002) acessado em 24/03/2005.

_____. (1996) *Openspeech to N5M 1996*. Disponível em www.n5m.org/n5m2/journal de 18/01/1996, acessado em 24/03/2005.

_____ e LOVINK, Geert. *O ABC da Mídia Tática*. Disponível em <http://amsterda.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-9705/msg00096.html> (1997), acessado em 05/09/2004.

_____ e _____. *El D-E-F del Tactical Media*. Disponível em www.aleph-arts.org/pens/def.html (1999), acessado em 24/05/2005.

_____ e KLUITENBERG, Eric. *Tactical Education*. (1999) Disponível em: www.n5m.org/n5m3/journal. acessado em 24/03/2005.

GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GONÇALVES, Antônio Filho. *O professor Pardal da vanguarda*. Revista Época, Edição 200, 18/03/2002.

GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.

_____. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HABEMAS, Juergen. *A nova intransparência*. São Paulo: CEBRAP, 1987.

- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2002.
- HAUG, Wolfgang Fritz. *Crítica da Estética da Mercadoria*. São Paulo: Unesp, 1997.
- IVAIN, Gilles. *Formulario para un nuevo urbanismo*. In: *Internacional situacionista, vol.1 de Internationale Situationniste*. Madrid: Literatura Gris, 1999. Disponível em www.sindominio.net/ash/is0000.htm, acessado em 16/ 04/2005.
- JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo – A lógica cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 2000.
- JAPPE, Anselm. *Guy Debord*. Rio de Janeiro: Vozes 1999.
- KLEIN, Naomi. *Marcas Globais e Poder Corporativo*. In MORAES, Denis. *Por uma outra comunicação- Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- _____. *No Logo, El poder de las marcas*. Paidós, Barcelona, 2001.
- KLUITENBERG, Eric. *Constructing the Digital Commons: A venture into hybridisation* (2003). Disponível em www.n5m.org/n5m4_reader.pdf, acessado em 24/03/2005.
- KOTANVI, Attila. VANEIGEM, Raoul. *Programa elemental de la oficina de urbanismo unitario*, 1961. Publicado en el # 6 de Internationale Situationniste. Traducción extraída de *Internacional situacionista, vol. I: La realización del arte*, Madrid: Literatura Gris, 1999. Disponível em www.sindominio.net/ash/is0000.htm, acessado em 16/ 04/2005.
- LEÓN, Osvaldo. *Para uma agenda social em comunicação*. In: MORAES, Denis. *Por uma outra comunicação- Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- LOVINK, Geert. *Una reciente historia de la cybercultura de los anos 90. Futuros recientes: TAZ (Zonas Autônomas Temporales), Wired y el internet*. Disponible em www.aleph-arts.org/pens/futuros.html, acessado em 25/02/2005
- LOVINK, Geert; GARCIA, David. *Manifiesto inicial Mídia Tática* Disponível em: <http://www.midiatatica/mtb.org>. Acessado em: 20 ago 2004.
- LOVINK, Geert e SCHENIDER, Florian. (2003) *Um mundo virtuales posible. De los médios tácticos a las multitudes digitales*. disponível em <http://amsterda.nettime.org/lists-archives>. Acessado em 25/04/2005.
- LUDD, Ned Ludd (org.). *Urgência das ruas: Black Block, Reclaim the streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo, Conrad Editora do Brasil, 2002.
- MCLIBEL. Disponível em www.mcspotlight.org. acessado em 15/03/2006.
- METAFORA. Disponível em <http://wiki.projetometafora.org> (2005A). Acessado em 22/03/2005.
- METAFORA. *Fase 3 Eixo NOVAS MÍDIAS Oficinas Laboratórios de Mídia Tática AUTOLABs (LMTBs)* Disponível em: <http://wiki.projetometafora.org/index.php?MetaForaProjetos>. (2005B) Acessado em: 22/03/2005.

METARECICLAGEM, Disponível em <[http:// www.metareciclagem.org](http://www.metareciclagem.org)>. Acessado em: 27 out. 2004.

MIDIABRASIL. Disponível em <http://www.midiatatica.org/wakka/wakka.php?wakka=TextSearch?phrase=MidiaBrasil>. Acessado em 02/03/2006.

MONACHESI, Juliana. *A explosão do a(r)tivismo*. Publicado no jornal Folha de São Paulo, no caderno Mais do dia 06/04/2003. Disponível em www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/ acessado em 20/12/2004.

MOLES, Abraham. *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MORAES, Denis. *Por uma outra comunicação- Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MTB. *Mídia Tática Brasil*. Disponível em <<http://www.midiatatica/mtb.org>> (2004A) Acessado em 05 de jun 2004.

MTB. *Next Five Minutes 4 - Laboratório de Mídia Tática Brasil*. Disponível em <<http://www.midiatatica/mtb.org>> (2004B) Acessado em 15 de jun 2004.

N5M. *The Art of Campaing*. Disponível em www.n5m.org/n5m3/pages/programme/articles/cccl.html (1999), acessado em 23/03/2006.

N5Mb. *Tactical Education – Media Competence*. Disponível em www.n5m.org/n5m3/pages/programme/tactical.html, (1999b) acessado em 23/03/2006 .

N5Ma. *Laboratório Táticos de Mídia na America Latina*. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org>>. Acessado em: 20 ago 2004.

N5Mb. *Next Five Minutes*. Disponível em <[http:// www.nextfiveminutes.org](http://www.nextfiveminutes.org)>. Acessado em: 20 ago 2004.

N5M. (2003) *The Tactical and The Technical*.. Disponível em www.n5m.org/n5m4_reader.pdf acessado em 24/03/2005.

N5M4. (2003) *New Landscapes for new media*. Disponível em www.n5m.org/n5m4_reader.pdf acessado em 24/03/2005.

NETTO, J. Teixeira Coelho. *Semiótica, informação e comunicação*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2003.

NETTIME. *5 questions over/around N5M3*. Disponível em www.nettime.org (1999). Acessado em 25/03/2005.

ORTELLADO, Pablo. *Contexto Institucional*. In FINDETÁTICO. *Guia de navegação* (2004). Disponível em www.midiatatica.org. Acessado em 21/06/2005.

ORTIZ, Pedro H. F. *Das Montanhas Mexicanas ao Ciberespaço*. Estudos avançados. vol.19 no.55 São Paulo Sept./Dec. 2005

RAMONET, Ignácio. *O poder midiático*. In: MORAES, Denis. *Por uma outra comunicação- Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

REESINK, Maarten. *Tactical Media As Tools For Survival*. (1996) Disponível em www.n5m.org/n5m2/journal, acessado em 24/03/2005.

RICHARDSON, Joanne. (2002) *The language of Tactical Media*. disponível em <www.nettime-1ATbbs.thing.net> , acessado em 15/04/2005.

RIZOMA. *Rizoma.net*. Disponível em <[http:// rizoma.net](http://rizoma.net)>. Acessado em: 20 ago 2004.

ROSAS, Ricardo. *The Revenge of Low-tech. Autolabs, Telecentros and Tactical Media in São Paulo*. Sarai Reader 2004. Disponível em <http://amsterdam.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-9705/msg00118.htm>. Acessado em 25/05/2006.

_____. *SATÉLITE Uma entrevista com A REVOLUÇÃO NÃO SERÁ TELEVISIONADA*. Disponível em: <[http:// rizoma.net](http://rizoma.net)>. Acessado em: 20 ago 2006.

SITUACIONISTA, Internacional. *Situacionista – Teoria e prática da revolução*. São Paulo: Conrad, 2002.

_____. *Problemas preliminares a la construcción de una situación*. In: *Internacional situacionista, vol.1 de Internationale Situationniste*. Madrid: Literatura Gris, 1999. Disponível em www.sindominio.net/ash/is0000.htm, acessado em 16/ 04/2005.

_____. *Definiciones*. In: *Internacional situacionista, vol.1 de Internationale Situationniste*. Madrid: Literatura Gris, 1999. Disponível em www.sindominio.net/ash/is0000.htm, acessado em 16/ 04/2005.

_____. *La nostalgia por debajo de todo*. In: *Internacional situacionista, vol.1 de Internationale Situationniste*. Madrid: Literatura Gris, 1999. Disponível em www.sindominio.net/ash/is0000.htm, acessado em 16/ 04/2005.

_____. *El desvío como negación y como preludio*. In: *Internacional situacionista, vol.1 de Internationale Situationniste*. Madrid: Literatura Gris, 1999. Disponível em www.sindominio.net/ash/is0000.htm, acessado em 16/ 04/2005.

SPYER, Juliano. *Zapatistas, guerreiros da Informação: entrevista com Ricardo Domingues, um dos fundadores do Movimento Zapatista no Ciberespaço*. Disponível em <http://www.rizoma.net/interna.php?id=133&secao=espaco> (2001), acessado em 12/02/2006.

STEIN, Laura. *Televisão comunitária e comunicação política popular nos Estados Unidos*. In DOWNING, John D. H. *Mídia Radical – Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

SUBIRATS, Eduardo. *Textos situacionistas: crítica de la vida cotidiana*. Barcelona: Anagrama, 1973.

SUBIRATIS, Eduardo. *A cultura como espetáculo*. São Paulo: Nobel, 1989

SUBMÍDIA, Disponível em <[http:// www.submidia.radiolivre.org](http://www.submidia.radiolivre.org)>. Acessado em: 27 out. 2004.

VANEIGEM, Raoul. *A arte de viver para as novas gerações*. São Paulo: Conrad, 2002

WAAG.(1999) disponível em www.waag.org/tmn acessado em (18/03/2005)

WELLS, Tatiana. *Realização: Ato de tornar efetivo*. In FINDETÁTICO. *Guia de navegação* (2004). Disponível em www.midiatatica.org. Acessado em 21/06/2005.